

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Escola de Administração
Departamento de Ciências Administrativas

Ana Danielle Santana Cavalheiro

O Morro é Nosso: Sobre a luta pelo direito à moradia e a preservação do bem comum

Porto Alegre

2016

Ana Danielle Santana Cavalheiro

O MORRO É NOSSO: SOBRE A LUTA PELO DIREITO À MORADIA E A PRESERVAÇÃO DO BEM COMUM

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharelado em Administração.

Orientadora: Ana Mercedes Sarria Icaza

Porto Alegre

2016

Ana Danielle Santana Cavalheiro

Monografia apresentada junto ao Curso de Graduação em Administração Pública e Social da Escola de Administração da UFRGS, avaliada pela banca examinadora constituída pelos professores abaixo especificados.

Conceito Final: Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora - Prof^a Dra. Ana Mercedes Sarria Icaza - UFRGS

Prof^o Dr. Ariston Azevêdo - UFRGS

*Aos Movimentos sociais, as minorias, as lutas contra a desigualdade - sejam elas de classe,
gênero, etnia...
À luta pela democracia.
As ações afirmativas e as ações de permanência na Universidade;
Aos grandes amores, [mas também
aos singelos prazeres da vida: café, cinema, literatura e poesia].
A minha família [de sangue e de coração].
À dádiva de ser e tornar-se mulher.*

AGRADECIMENTOS

“**Primeiramente**, Fora Temer!”. Para não perder o hábito em meio a conjuntura do país.

Segundamente, os agradecimentos: agradeço a Deus (a Deusa, e a todas as divindades) que me concedeu a honra e a graça de poder cursar a graduação em uma Universidade pública, de qualidade - mesmo com todos os seus percalços - que é a UFRGS.

A minha família, em especial a minha mãe, por aguentarem minhas crises de ansiedade, nervos, choros, reclamações por causa de cálculo, e principalmente por assegurar minha estada na Universidade em termos financeiros e psicológicos. Ah, Larissa, permanece nas biológicas que vai dar certo.

Aos amigos e amigas que me acompanham desde a infância e adolescência e que aceitaram meu sumiço nas reuniões praticamente familiares: Leandro, Márcia, Marisa, Vitinho, Luísa, Morgana, Mogni, Jessica, meu afilhado Pablo... e toda a turminha do brigadeiro, bolo, pizza e lasanha.

Aos meus amigos e amigas de escola que me acompanharam desde então, (principalmente da Escola Prof^o Tolentino Maia e do Colégio de Aplicação), no qual tenho muito carinho e admiração: Ana Paula, Carol Brum, Henrique, Morgana, Lucas Greff, Germana, Franja, Bruna, Dani, Ilon, Leti..

As amigas e amigos que fiz em minha estada na Secretaria de Avaliação Institucional, especialmente: Claudete, Débora, Fernanda e Flávia, por sempre me incentivarem e me adotarem. Serei eternamente grata pelo aprendizado e pela amizade de vocês.

Ao Bernardo pela paciência, companheirismo e incentivo. Os cafés, filmes e as problematizações foram sempre nos momentos certos.

A professoras e professores da EA que colaboraram para minha formação e lutam pelo curso de Administração Pública e Social.

Aos amigos e amigas da EA iniciando pelo pessoal de 2011/2, como a Carla e as Thais's. E ainda, devido às lutas e as tretas acabaram se agregando desde então: Coletivo Nós Críticos, CAAPS, galera da Ocupa da EA... Cito a Fabielly, a Gabi e a Ari para representar esse pessoal.

Ao GEDAP, que me recebeu e me deu a oportunidade de conhecer as dinâmicas de pesquisa dentro da Universidade e sobre o conhecimento s de Administração Pública, democracia e participação.

Ao Núcleo de pesquisa e extensão NEGA, que me acolheu e tem me proporcionado relações orgânicas de aprendizado e vivência na gestão social. Agradeço aos professores, Ana, Pedro e Fábio pela oportunidade. Aos participantes dos projetos Cadeia Solidária da Lã e dos Bancos Comunitários... Vocês me ensinaram que um outro mundo é possível. As amigas e aos amigos que fiz durante a bolsa, especialmente a Luzinha, Ju e ao Gui. Vocês são demais.

A minha orientadora Ana Mercedes com quem muito aprendi, mas especialmente, por ser minha amiga e companheira. Por seu exemplo de luta e militância.

Ao pessoal da Enactus que me acolheu e com quem aprendi muito. Gabi Rabello, obrigada pelo convite e amizade.

Aos meus queridos e fofos bichinhos: Cassie, Zeus e Caetano pela acolhida desde sempre.

E por fim, aos militantes e as militantes do Movimento O Morro é Nosso, em especial a Orley, que sempre me recebe e esclarece minhas dúvidas sobre o movimento com carinho. Gratidão!

*“O dia em que o morro descer e não for carnaval
ninguém vai ficar pra assistir o desfile final.
(...)o tema do enredo vai ser a cidade partida
no dia em que o couro comer na avenida
se o morro descer e não for carnaval
O povo virá de cortiço, alagado e favela
mostrando a miséria sobre a passarela
sem a fantasia que sai no jornal.”*

Wilson das Neves - O dia em que o morro descer e não for carnaval

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa, O Morro é Nosso. “O Morro é Nosso”, tem como pauta a preservação do Morro Santa Teresa como patrimônio ambiental, social e histórico. O Morro é Nosso surgiu em meados de 2009, momento no qual a então governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, elaborou o Projeto de Lei nº 388/2009 (PL 388/2009) que autorizava a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE) a alienar ou permutar imóvel situado no município de Porto Alegre, especificamente no terreno localizado no Morro Santa Teresa. Admite-se que a relação do movimento social estudado está extremamente relacionada ao papel e posicionamento do Estado, elaborou-se na seguinte problematização: “Em que medida o Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa (O Morro é Nosso) consegue manter a resistência ou acaba sendo incorporado a lógica dos interesses dominantes?”. O estudo, a partir dessa proble, tem como objetivo geral analisar as dinâmicas de organização interna do movimento, seus níveis de democracia e participação (na comunidade e dos apoiadores), a relação do Movimento e o governo do Estado do RS e suas estratégias e capacidades de mobilização para colocar suas reivindicações na pauta da sociedade.

Palavras-chave: Movimento Social, direito à moradia, cidade

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa da Cidade de Porto Alegre /RS, em destaque Bairro Santa Teresa.....	17
Figura 2. “Morro da TV”: Vista do Morro Santa Teresa com o Estádio Beira-Rio e as antenas de transmissão.....	17
Figura 3. Mapa com as delimitações estabelecidas pela Lei Complementar 717/2013..	19
Figura 4. Fotos da instalação de luz na Vila União (Morro Santa Teresa).....	21
Figura 5.1. Quadro fases de articulação do Movimento.....	60
Figura 5.2. Quadro sobre as articulações e principais conquistas do Movimento durante as gestões.....	61
Figura 6. Área total do Morro Santa Teresa, Porto Alegre – RS.....	67
Figura 7. Projeto para a orla do Guaíba para a Copa do Mundo de 2014.....	68
Figura 8. Mapa com as delimitações para cada área da Lei Complementar 717/2013.....	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. O MORRO É NOSSO: MOVIMENTO EM DEFESA DO MORRO SANTA TERESA...	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
2.1 TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	24
2.1.1. Sobre a definição de Movimentos Sociais.....	25
2.1.2. Movimentos sociais clássicos.....	27
2.1.3. Os Novos Movimentos Sociais.....	28
2.1.4. Teoria de Mobilização de Recursos.....	31
2.1.5. A teoria da estrutura de oportunidades políticas e enfoque de dinâmicas de enfrentamento.....	33
2.1.6. Movimentos em rede.....	37
2.2. A CIDADE É UM DIREITO: LUTA URBANA COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA.....	38
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	49
3.1 Coleta de dados.....	50
3.2 Apresentação das entrevistas.....	52
4. O dia em que o Morro descer e não for Carnaval: Apresentação e análise dos resultados.....	54
4.1.A configuração do movimento.....	54
4.2. As diferentes fases da luta: a relação com os governos balizando o movimento.....	57
4.3. Conflitos urbanos e papel da mídia.....	62
5 Considerações finais: O Morro desceu e o tema do enredo foi direito à cidade.....	62
REFERÊNCIAS.....	79
ANEXOS.....	85

INTRODUÇÃO

Primeiramente é importante destacar que a construção deste trabalho foi iniciada muito antes do ano vigente. A relação estabelecida com o Movimento iniciou-se em 2014 por conta de um trabalho de uma disciplina do curso Administração Pública e Social. O contato realizado com pretensões superficiais acarretaram em acompanhamentos curiosos das atividades do grupo. O que foi extremamente importante para a realização desta pesquisa. Esta aproximação prévia possibilitou um recorte não apenas de fatos esclarecidos por informações secundárias, mas sim pela possibilidade de observação e participação concomitantemente com seus acontecimentos na história.

O Movimento em Defesa ao Morro Santa Teresa, intitulado “O Morro é Nosso”, tem como pauta a preservação do Morro Santa Teresa como patrimônio ambiental, social e histórico. O Morro é Nosso surgiu em meados de 2009, momento no qual a então governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, elaborou o Projeto de Lei nº 388/2009 (PL 388/2009) que autorizava a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE) a alienar ou permutar imóvel situado no município de Porto Alegre, especificamente no terreno localizado no Morro Santa Teresa.

O Morro Santa Teresa é constituído por cinco (05) vilas, sendo estas: Gaúcha, Ecológica, União Santa Teresa, Prisma e Padre Cacique. O movimento surgiu devido à necessidade de proteger um patrimônio público de Porto Alegre e o direito à moradia de seus moradores, pois a aprovação do PL 388/2009 abriria precedente para a privatização de áreas do morro e sua utilização para efetivação de projetos imobiliários vinculados ao capital privado. O interesse por essas áreas é decorre da localização privilegiada do morro, entre o Centro e a Zona Sul da cidade, e pelo fato de que o Morro Santa Teresa faz frente ao Rio Guaíba um dos principais cartões postais de Porto Alegre.

Outros dois elementos importantes que influenciam o debate sobre a chamada “privatização” do território da FASE. Dentre elas são a quantidade de emissoras instaladas na região, sendo estas tanto televisivas (RBS TV, SBT, Record e TVE) quanto de radiodifusão (AM e FM). Ou seja, a área do Morro Santa Teresa é um território em disputa de empreiteiras e redes de mídia da região.

Em Porto Alegre /RS, assim como em tantas outras metrópoles, o debate sobre a ocupação dos espaços urbanos têm mobilizado a população bem como os agentes públicos. Em torno desta questão a reflexão sobre o direito à cidade, que em linhas gerais, diz respeito ao direito de todos poderem aproveitar o que a cidade tem a oferecer, entretanto, esta questão vai para além de “aproveitar a cidade”. A urbanista Raquel Rolnik, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), em suas obras e apresentações coloca que esta questão está diretamente ligada ao fato de que os cidadãos devem e podem participar da urbanização e construção da cidade.

Não é por acaso que os movimentos sociais ligados a luta urbana voltam suas discussões sobre a utilização dos espaços urbanos e sobre a função social da propriedade privada. A cidade e a forma que ela está planejada – ou não planejada – pontua diversos fatores sociais importantes, dentre eles a consciência de classe abordada pelo referencial marxista. David Harvey (2013), ao falar sobre cidade faz apontamentos cruciais: “saber que tipo de cidade queremos é uma questão que não pode ser dissociada de saber que tipo de vínculos sociais, relacionamentos com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos nós desejamos”.

Inicialmente, a hipótese que motivou a construção deste trabalho foi a de que O Morro é Nosso resiste a um conflito de interesses relacionados fortemente a especulação imobiliária e fortalecido por elementos relacionados a mídia, seja enfatizando a violência do local seja pelo interesse imobiliário. Levando, assim, a segunda hipótese: a de que o Estado acaba se tornando um ator que representa um dos agentes de conflito.

Admite-se que a relação do movimento social estudado está extremamente relacionada ao papel e posicionamento do Estado, elaborou-se na seguinte problematização: “Em que medida o Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa (O Morro é Nosso) consegue manter a resistência ou acaba sendo incorporado a lógica dos interesses dominantes?”. O estudo, a partir dessa pergunta problematizadora, tem como objetivo geral analisar as dinâmicas de organização interna do movimento, seus níveis de democracia e participação (na comunidade e dos apoiadores), a relação do Movimento e o governo do Estado do RS e suas estratégias e capacidades de mobilização para colocar suas reivindicações na pauta da sociedade. Para sanar a problematização e o objetivo geral desta pesquisa, foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os momentos de intensificação das pautas de privatização da área e a situação no atual contexto seus atores e seu papel;
- Analisar a dinâmica de organização interna do movimento, seus níveis de democracia e participação (na comunidade e dos apoiadores);
- Analisar a relação do Movimento e o governo do Estado do RS;
- Analisar suas estratégias e capacidades de mobilização para colocar suas reivindicações na pauta da sociedade;
- Fazer histórico dos principais momentos do movimento.

A fim de contextualizar o fenômeno e embasamento científico o referencial teórico deste trabalho foi dividido dois grandes pontos: teoria dos movimentos sociais e abordagens sobre as cidade. No que diz respeito aos movimentos sociais, no primeiro capítulo foram explanados alguns conceitos norteadores sobre o tema, movimentos clássicos, novos movimentos sociais, assim adentrando na teoria de mobilização de recursos e na teoria da estrutura de oportunidades políticas e enfoque de dinâmicas de enfrentamento, bem como uma breve explanação sobre movimentos em rede. Em seguida, seguindo a temática dos movimentos sociais o terceiro capítulo voltou-se às dinâmicas referente às resistências das lutas urbanas.

O terceiro capítulo deste trabalho trata dos processos metodológicos apresentando as formas de coleta de dados. Já o quarto capítulo, nomeado como “O dia em que o Morro descer e não for Carnaval”, fazendo referência a canção da Música Popular Brasileira (MPB) de Wilson das Neves, apresenta os resultados e a análise desta pesquisa. Este trabalho conta com o quinto capítulo de considerações finais em torno da pesquisa realizada, referências e anexos.

1. O MORRO É NOSSO: MOVIMENTO EM DEFESA DO MORRO SANTA TERESA

Conforme o documento “História dos Bairros de Porto Alegre” o bairro Santa Teresa foi criado oficialmente pela Lei nº 2.022 de 7 de dezembro de 1959. A área situa-se entre o centro e a zona sul da cidade em uma região montanhosa, por muito tempo ocupada apenas por chácaras e pelo bioma nativo, sendo cortada apenas pela atual rua Corrêa Lima, e pela rua Silveiro (GERMANO, s/a). Segundo o documento:

algumas ruas estavam incluídas na planta municipal de 1896, mas o bairro começou a se desenvolver depois da década de cinquenta do século XX, quando as empresas de comunicação começaram a se instalar no bairro devido sua posição geográfica. O bairro abriga uma parte da chamada “Grande Cruzeiro”, conglomerado de vilas populares que possui uma população de mais de 200.000 habitantes. (p. 16)

Sobre a região é importante destacar a presença de prédios históricos, entre os quais: a Travessa Paraíso se localiza o Solar que tem o mesmo nome, prédio este que serviu de charqueada no século XIX, que foi tombado como Patrimônio Cultural em 1977, reconhecido como sítio arqueológico em 1994 e restaurado em 2000. Outra instituição histórica do bairro é o Asilo da Mendicidade Padre Cacique, localizado na avenida de mesmo nome, inaugurado em 1881 e que permanece em atividade. No local ainda estão sediados o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre- CPOR, o 3º Batalhão de Polícia do Exército - Batalhão Brigadeiro Jerônimo Coelho e a 3ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército. No ponto mais alto do Morro Santa Teresa, “está instalado o Belvedere Deputado Ruy Ramos, que proporciona uma vista de Lago Guaíba e do arquipélago de ilhas que fazem parte dele. Hoje o bairro se mantém essencialmente residencial, com um pequeno comércio local, cercado por estações de rádio e televisão” (GERMANO, s/a).

O Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa, intitulado “Movimento O Morro é Nosso”, tem como pauta o direito à moradia, a preservação ambiental e cultural. O Movimento surgiu em meados de 2009, momento no qual a então governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, elaborou o Projeto de Lei nº 388/2009 (PL 388/2009) que autorizava a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul – FASE a alienar

ou permutar imóvel situado no município de Porto Alegre, especificamente no terreno localizado no Morro Santa Teresa¹. O Morro Santa Teresa é constituído por cinco (05) vilas, sendo estas: Gaúcha, Ecológica, União Santa Teresa, Prisma e Padre Cacique².

O Movimento surgiu reunindo uma rede de organizações e moradores, especialmente suas lideranças comunitárias, que se juntaram perante a necessidade de proteger um patrimônio público de Porto Alegre e o direito à moradia das pessoas que nele habitam, pois a aprovação do PL 388/2009 abriria precedente para a privatização de áreas do morro e sua utilização para efetivação de projetos imobiliários vinculados ao capital privado (CDES, 2012). O interesse por essas áreas decorre da localização do morro entre o Centro e a Zona Sul de Porto Alegre, com vista privilegiada para um dos principais cartões postais da cidade, o Rio Guaíba, e ainda é próximo ao Estádio Beira Rio e à orla (CDES, 2012). Segundo o CDES (2012), “ambos são elementos urbanos objeto de projetos de reforma e revitalização, visando atender os interesses da iniciativa privada”. Os conflitos de interesses envolvendo a área vem de longa data, entretanto, pela sua proximidade ao Estádio Beira Rio (uma das sedes da Copa do Mundo - FIFA 2014). Contudo, a articulação em prol da defesa do Morro se iniciou em 2009 com o anúncio de que Porto Alegre seria uma das subsedes do megaevento e a notícia da chamada “venda do Morro”, devido ao projeto de privatização da área da FASE.

No primeiro sítio eletrônico elaborado pelo Movimento (2009)³, foi criado um espaço para um abaixo assinado (um dos mecanismos de manifestação formal) que continha princípios que norteavam suas reivindicações a favor de cidadania, justiça, preservação ambiental e cultural na defesa do Morro Santa Teresa como patrimônio público. O objetivo era buscar em todas as instâncias governamentais e comunitárias a regularização fundiária e urbanística das comunidades locais e a preservação do patrimônio ambiental e

¹ Segundo o sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA, 2010), o bairro Santa Tereza, onde está situado o morro, possuía no ano de 2010 uma população de 43.391 moradores e o número de domicílios era de 12.976.

² Segundo o site do Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa existem 1.291 famílias distribuídas nas vilas do Morro Santa Tereza, sendo: “Gaúcha –600 famílias; União Santa Tereza –245 famílias; Ecológica –400 famílias; Padre Cacique –46 famílias” SILVEIRA. Jaqueline. **Lideranças do Morro Santa Tereza rebatem rótulo de local dominado pela violência. 2015.** <<https://morrosantateresa.wordpress.com/2015/09/>>. Acesso em: 26 de setembro de 2015.

³ O MORRO é Nosso. Movimento em defesa do Morro Santa Teresa lança Carta de Intenções. Disponível em: <<http://www.omorroenosso.com.br/noticia51.html#>>. Acesso em: 27 de novembro de 2015.

histórico-cultural da área remanescente como um parque público. Estes princípios foram assim apresentados:

1. É fundamental o envolvimento dos moradores da área e de seus movimentos sociais nas ações necessárias à regularização fundiária e urbanística, de acordo com a legislação vigente, para benefício da cidade como um todo, impedindo ações de especulação imobiliária e depredações físicas do ambiente. É necessário buscar que o Ministério Público e a Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano (SEHADUR) promovam as atividades exigidas para tal regularização e urbanização, com o devido cadastramento dos moradores e o congelamento da atual situação, como de direito.
2. É fundamental a descentralização das atividades da FASE, com o conjunto de políticas socioeducativas necessárias ao processo, aproximando os menores de suas comunidades de origem e buscando a permanência de estrutura no local, pois muitos jovens são originários da região.
3. O morro Santa Teresa é área com significado especial para o contexto da cidade, como portal da zona Sul, o que lhe confere uma situação de importância urbanística e paisagística que justifica plenamente que seja preservado em forma de parque público. O que é fundamental para o futuro da cidade, contemplando a mata, suas nascentes e cursos d'água, a fauna e a flora. E que propicie atividades de educação ambiental sob as diretrizes de conservação, administração e manejo, num projeto sustentável e urbanisticamente qualificado, ensejando oportunidade de trabalho para os moradores locais. (O Morro é nosso. **Movimento em defesa do Morro Santa Teresa lança Carta de Intenções. s/d**)

Em defesa do Morro e do direito à moradia, as comunidades do Morro Santa Teresa, juntamente com seus apoiadores, conseguiram derrubar o Projeto de Lei (PL) nº 388/2009 que previa a venda da área pelo Governo do Estado, sem nenhum comprometimento com o destino das famílias que moram no local, devido principalmente à maneira organizada e presente de atuação (CAVALHEIRO; MUELLER, 2014). Uma nova versão do Projeto de Lei, modificada pelo governo e com maior chance de aprovação foi a Plenário em caráter de urgência, por três semanas consecutivas. Na primeira houve falta de quórum; na segunda, a votação foi adiada; e na terceira suspensa. Finalmente, em 22 de junho de 2010 foi formalizada a retirada do PL 388/2009. Vitória da forte pressão popular, principalmente do movimento social "O Morro é Nosso".

Figura 1. Mapa da Cidade de Porto Alegre /RS, em destaque Bairro Santa Teresa



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Tereza_\(Porto_Alegre\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Tereza_(Porto_Alegre)). 2015.

Figura 2. “Morro da TV”: Vista do Morro Santa Teresa com o Estádio Beira-Rio e as antenas de transmissão



Fonte: <http://worldradiomap.com/br/porto-alegre>. 2015.

As comunidades do Morro Santa Teresa tiveram o apoio de diversas entidades e movimentos sociais que impediram a aprovação do Projeto de Lei nº 388/2009. Porém, mesmo com a retirada do PL 388/2009, em junho de 2010, a área continuou vulnerável. Além disso, é necessário destacar o vídeo feito pelo Comitê Popular da Copa - Porto Alegre (CPC - POA, 2011) que retratou o início da mobilização do Movimento e o depoimentos de moradores sobre as condições precárias no que diz respeito ao saneamento básico, energia elétrica, água e recolhimento de lixo. Muitos sofrem com dificuldades de acesso aos direitos fundamentais. Sendo esta mais uma das pautas principais do Movimento que foram expostas com a parceria entre os participantes do Movimento e seus apoiadores.

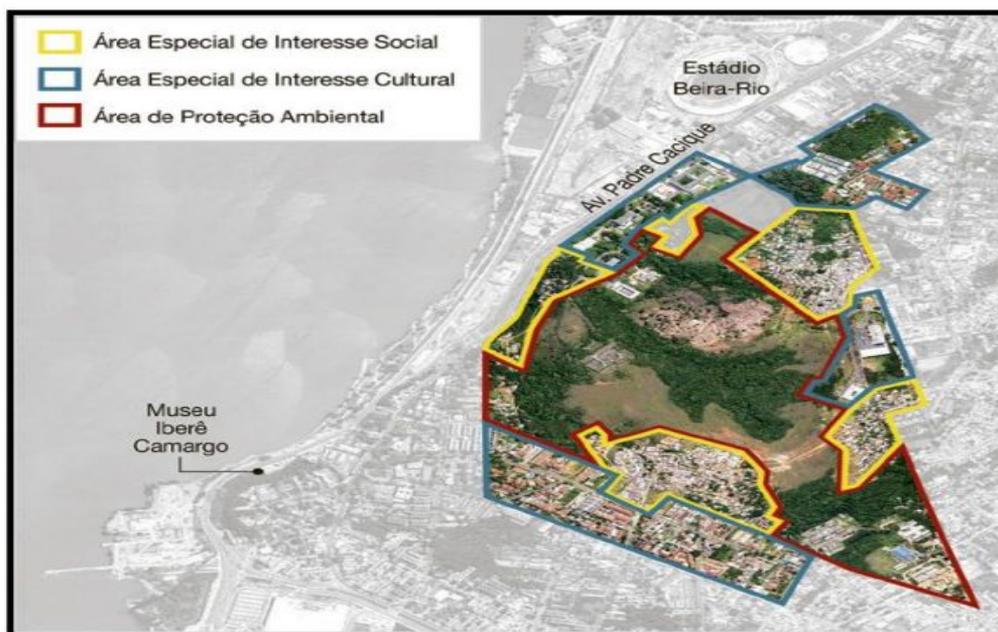
O Movimento conta com o apoio de cerca de 50 entidades dentre elas sindicatos, associações, parlamentares e diversos apoiadores individuais (ANEXO J). O envolvimento dessas entidades e apoiadores individuais é fundamental para que o Movimento potencialize suas ações como assembléias e passeatas, ou ainda, quando há necessidade de articuladores em instâncias de representação política. Além disso, a partir da atuação dessas entidades é possível compreender a estrutura do movimento. Sobre estas entidades, nota-se um número representativo de entidades de representação sindical e de associação de proteção tanto ao trabalhador quanto ambiental e cidadã, entre eles o Sindicato dos Engenheiros do RS (SENGE); Sindicato dos Bancários (SINDIBANCARIOS); Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicato Comissão Especial de Direito Urbanístico e Planejamento Urbano da OAB/RS (SAERGS), Associação Gaúcha Ambiental de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), o Instituto dos Arquitetos do Brasil RS (IAB-RS) e o AGB (Associação dos Geógrafos do Brasil). Além de movimentos sociais e ONG's, como a Central de Movimentos Populares RS, o Centro de Direitos Econômicos Sociais (CDES), Acesso – Cidadania e Direitos Humanos (que realiza assessoria jurídica) e diversos movimentos ligados ao meio ambiente e ocupação urbana.

No ano de 2011, o então Governador Tarso Genro se comprometeu a engavetar o projeto de “venda do morro” e iniciar um debate sobre a regularização fundiária das áreas ali localizadas, estes trâmites continuam em processo até o presente momento, incluindo o debate entre os líderes comunitários e governamentais (CAVALHEIRO; MUELLER, 2014). Ainda

naquele mesmo ano, o Governo do Estado emitiu o Decreto nº 48.029/2011 no qual, com base no Estatuto da Cidade garantiu direito à moradia das famílias do Morro, mas o decreto não especificou onde. A medida, sem maiores especificações, provocou a insegurança dos habitantes daquela localidade (CPC - POA, 2011).

Segundo Cavalheiro e Mueller (2014) uma grande vitória para os moradores do morro aconteceu no dia 20 de agosto de 2013 com a sanção, pelo Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, da Lei Complementar nº 717/2013. Conforme a página da Vereadora Sofia Cavedon (2013) essa lei, elaborada coletivamente e apresentada pela vereadora, institui Área Especial de Interesse Ambiental sobre área do Morro de Santa Teresa, com identificação de Área de Proteção do Ambiente Natural, de Área de Interesse Cultural, bem como institui Área Especial de Interesse Social (AEIS), além de identificar nominalmente as vilas que compõem o Morro.

Figura 3 - Mapa com as delimitações estabelecidas pela Lei Complementar 717/2013.



Fonte: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/09/lei-garante-mais-protECAo-para-o-morro-santa-tereza-em-porto-alegre-4256032.html>. 2013.

Além de sua localização privilegiada com vista para à Orla, como dito anteriormente, há dois elementos importantes a serem considerados e que influenciam no debate sobre a

possibilidade de remoção das famílias daquele local. Um deles é a quantidade de emissoras instaladas na região, tanto de TV quanto de rádio (AM e FM). Ou seja, a área do Morro Santa Teresa é um território em disputa não apenas pelas empreiteiras, mas também pelo mercado midiático.

O segundo elemento gira em torno dos índices de criminalidade na região. O Morro possui em sua localidade o terreno da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo, a FASE, para menores infratores e é marcado por alto índice de criminalidade, razão pela qual a localidade é apontada como uma das mais violentas da capital gaúcha. Em meados de 2013, “o indicador referente aos homicídios na cidade de Porto Alegre chegou a marca de 14% na região”, segundo o Setor de Dados Estatísticos da Secretaria de Segurança Pública do RS⁴. Esta situação acarreta no interesse de remoção das famílias para outros lugares a fim de sanar os apelos de segurança na região.

Na busca de reversão do processo, os membros do movimento “O Morro é nosso” participaram de diversas passeatas, como nas chamadas jornadas de junho de 2013⁵ e também no denominado 15M⁶ (referindo-se a organização nacional para manifestações diversas na data 15 de maio de 2014), que almejando dar visibilidade ao movimento e apoiar as diversas pautas levantadas pelos movimentos sociais, tais como pautas trabalhistas e a remoção dos moradores de diversos pontos da cidade.

O movimento teve seu ápice de mobilização em 2014 com a recepção do megaevento, já que surgiram diversas especulações de que o mercado imobiliário superaqueceria na região (CAVALHEIRO; MUELLER, 2014). Em 2014, devido à proximidade geográfica entre o

⁴ Em reportagem o major Luiz Fernando de Oliveira Linck, do Setor de Dados Estatísticos da SSP-RS, destacou os principais indicadores sobre os homicídios em Porto Alegre. De acordo com os dados estatísticos, a reportagem destaca que: “os quatro bairros mais violentos da Capital - Restinga, Rubem Berta, Morro Santa Tereza e Lomba do Pinheiro- em 2011 ocorreram 155 homicídios; em 2012, houve 187 e em 2013 foram 177, indicando uma redução de 25%. “A região onde mais se reduziu o indicador foi o bairro da Lomba do Pinheiro com 54% , a Restinga ficou com 37% e o Morro Santa Tereza com 14%. O único que apresentou elevação nos índices foi o bairro Rubem Berta, com 33,3%” destaca. Os casos mais frequentes ocorrem na faixa etária entre 20 a 24 anos, 75% praticados por egressos do sistema prisional e a arma de fogo a mais utilizada.”Bittencourte, P. **Lomba do Pinheiro reduz em 54% índice de homicídios**. 2013. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=160957&LOMBA+DO+PINHEIRO+REDUZ+EM+54%+INDICE+DE+HOMICIDIOS

⁵ Denominação de diversas manifestações ocorridas no Brasil com diversas pautas, dentre elas: aumento das tarifas no transporte público, Copa do Mundo no Brasil, corrupção e outros.

⁶ Informação adquirida através de conversa informal com integrantes do Movimento.

Morro e o Estádio Beira-Rio, os moradores se depararam com algumas medidas referentes ao megaevento, dentre elas a instalação de câmeras de segurança e o cadastramento dos carros dos moradores da região. A reação de boa parte dos moradores da comunidade foi o descontentamento, mesmo que a Prefeitura tenha alegado que a instalação de câmeras foi tomada devido a medidas de segurança e o cadastramento dos carros para controle de circulação (FRAGA, 2014; OLIVEIRA; PORTO ALEGRE, 2014; SOARES, 2014). Muitas das câmeras instaladas foram depredadas em manifestação de repúdio ao controle do Estado sobre a população local em favor do megaevento (CATARSE, 2014).

Diversos depoimentos (coletados por meio de vídeos, notícias e entrevista) sinalizaram que as câmeras não lhes davam nenhum sentimento de segurança, pois não estavam associadas a outras medidas protetivas, mas geravam desconforto pela sensação de controle social (CATARSE, 2014; GOULART, 2014; OLIVEIRA, 2014). Apesar do foco do país em 2014 estar direcionado para os acontecimentos relacionados à Copa do Mundo FIFA, alguns passos importantes foram dados pelos membros do Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa.

Ao longo de 2014 e 2015, o Movimento conseguiu manter uma agenda de reuniões (segundo a página do Movimento ocorrem em média duas reuniões mensais) e discussões para o fortalecimento de suas pautas pelo direito à moradia. Este Movimento conseguiu avançar na discussão com o governo sobre a regularização fundiária e a melhoria da qualidade de vida no local, pois diversas áreas do morro possuem precariedade em saneamento básico, distribuição de água e luz elétrica.

Cabe destacar que, segundo entrevista realizada com moradores da comunidade e apoiadores, as discussões com o Governo do Estado eleito em 2014, sobre o mapeamento dos espaços do morro, pouco avançaram. Inicialmente o governo Sartori mostrou-se aberto ao diálogo com o Movimento, mas ao decorrer do mandato esta interação não foi levada adiante.

Figura 4. Fotos da instalação de luz na Vila União (Morro Santa Teresa)



Fonte: Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa, 2015.⁷

No ano de 2015, fatos ocorridos no Morro Santa Teresa capturariam a atenção da cidade por conta de um episódio de violência no local. Um jovem de 18 anos, morador do Morro Santa Teresa, foi morto por policiais militares mesmo após ter se rendido (COSTA, 2015; FOGLIATTO, 2015; G1 RS, 2015; VASCONCELLOS, 2015; TORRES, 2015). A morte do rapaz provocou indignação dos moradores. Em consequência, algumas horas após o ocorrido, dois ônibus e uma lotação foram queimados perto do local (IRION e COSTA, 2015; G1 RS, 2015; O SUL, 2015).

O caso teve repercussão na mídia local, regional e nacional e dividiu opiniões sobre a ação policial e o contexto em que ocorreu, já que segundo a perícia o rapaz foi atingido pelas costas (MARTINS, 2015). As lideranças do Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa vieram a público e rebateram o rótulo dado pela mídia ao local como sendo de “dominado pela violência” (COSTA, 2015a; COSTA, 2015b). Em página oficial, e veículos de mídia alternativa, Júlio Pacheco⁸, uma das lideranças do Movimento expôs o posicionamento dos moradores sobre as notícias divulgadas pela mídia e alegou que boa parte dos episódios de violência ocorrem por pessoas que vêm de fora da comunidade. Além disso,

⁷ Movimento Em Defesa do Morro Santa Teresa. **Andamento da instalação de luz na Vila União.** Disponível em:

<<https://morrosantateresa.wordpress.com/2015/09/03/andamento-da-instalacao-de-luz-na-vila-uniao/>>. Acesso em: 30 de setembro de 2015.

⁸ Presidente da Associação dos Moradores da Vila Padre Cacique.

representantes do Movimento condenou a atitude da Brigada Militar em fazer revista nos moradores ao saírem da comunidade⁹.

Em 14 de março de 2016 ocorreu no Auditório do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) em Porto Alegre a posse do Grupo de Trabalho (GT) do Morro Santa Teresa. O GT é resultado de reivindicações do Movimento para que as causas no âmbito ambiental, cultural e da moradia fossem estudadas e alcançassem soluções efetivas de forma integrada e participativa (Movimento, 2016a). Contudo, no dia 29 de março do mesmo ano o Governador Ivo Sartori assina um novo decreto onde suspende o GT empossado com a dita finalidade de ampliação de sua composição e a apresentação de um relatório preliminar (MOVIMENTO, 2016c).

Em junho de 2016, o GT foi retomado novamente através do decreto nº 53.084 de 21 de junho de 2016, que altera a finalidade do grupo de trabalho cuja forma anterior previa elaboração de projetos para a área da FASE e a redação atual prevê a avaliação dos estudos já realizados para a área FASE. Ademais, o novo decreto reformula os participantes do GT que é coordenado pela Secretaria -Geral do Governo, composto por representante das seguintes órgãos e entidades: a) Secretaria Geral do Governo; b) Secretaria da Casa Cível; c) Procuradoria geral do Estado; d) Secretaria da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos; d) Secretaria do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável e; e) Fundação de Atendimento Socio-Educativo- FASE (PORTO ALEGRE, 2016).

No decorrer do ano de 2016 o Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa prosseguiu participando e realizando atividades para divulgação do Movimento junto aos diversos espaços. Em abril deste mesmo ano o Movimento participou de um seminário realizado pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (MOVIMENTO, 2016b), além de outras palestras e mesas redondas. Uma das principais ações do Movimento é a realização de caminhadas pela comunidade. Um dos objetivos destas caminhadas é chamar a atenção sobre a necessidade de preservação do morro Santa Teresa, que ainda possui áreas com vegetação nativa e se vislumbra a criação de um parque de preservação ambiental.

⁹ SILVEIRA, Jaqueline. **Lideranças do Morro Santa Tereza rebatem rótulo de local dominado pela violência.** Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa. Disponível em: <https://morrosantateresa.wordpress.com/2015/09/26/liderancas-do-morro-santa-tereza-rebatem-rotulo-de-local-dominado-pela-violencia/>>.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Na tentativa de compreender o fenômeno que ocorre em Porto Alegre, referente as formas de resistência do Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa (O Morro é Nosso), é necessário recuperar as teorias dos movimentos sociais. Destacando-se assim a teoria do confronto político, bem como a explanação sobre as formas de resistência dos movimentos sociais ligados à moradia e preservação de espaços públicos. Até o momento este trabalho abordou sobre as dinâmicas d'O Morro é Nosso e a relação de resistência do movimento em conflito com os interesses hegemônicos – representados pelas empreiteiras e mídia tradicional. A partir das considerações iniciais sobre o histórico do Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa, O Morro é Nosso, este capítulo explanará sobre as teorias dos movimentos sociais considerando-os como por si só formas de resistência às práticas

hegemônicas da sociedade.

2.1 TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Para compreensão da organização estudada esta seção se inicia explanando alguns conceitos sobre os movimentos sociais, trazendo autores como Alberto Melucci e Sidney Tarrow, perpassando em seguida por uma breve explanação dos movimentos clássicos, novos movimentos sociais, na teoria de mobilização de recursos e na teoria da estrutura de oportunidades políticas e enfoque de dinâmicas de enfrentamento, bem como uma breve explanação sobre movimentos em rede.

2.1.1. Sobre a definição de Movimentos Sociais

Inicialmente é imprescindível definir o que são movimentos sociais. Ao debruçar-se sobre a literatura dos movimentos sociais serão encontradas as mais diversas definições sobre a tema, ou ainda, sobre as escolas de suas definições clássicas e contemporâneas, aqui não é vislumbrado o esgotamento deste assunto, contudo, busca nortear para o entendimento deste tipo de organização através da explanação de alguns autores. Melucci (1989, p. 54), por exemplo, lembra que Tarrow (1983) refere-se sobre a dificuldade de conceituação do campo dos movimentos sociais, devido a diversidade de abordagens e dificuldade nas comparações. A partir disso, Melucci (1989, p. 55) afirma que:

Tarrow ajuda a esclarecer uma distinção entre *movimentos* (como formas de opinião de massa), *organizações de protesto* (como formas de organizações sociais) e *eventos de protesto* (como formas de ação). Por não ser meramente descritiva, esta é uma distinção que serve para evitar a confusão entre os vários fatores, mas ela também não basta. No que diz respeito aos *movimentos* Tarrow segue a definição de Tilly (1978), que é um bom exemplo de uma generalização empírica: um movimento social é um fenômeno de opinião de massa lesada, mobilizada em contato com as autoridades. Semelhante movimento, Tarrow também admite, raramente atua de maneira concertada e sua existência deve ser inferida das atividades de organizações que reivindicam representá-lo (Tarrow, 1983: 5 apud Melucci p.55).

Melucci (1989, p. 55) sinaliza que a própria palavra “movimento” tem o perigo recorrente de se tornar sinônimo de tudo que muda na sociedade. Melucci (1989) contraria a

ideia de que o movimento social é um “personagem” afirmando que este é mais um resultado de análise. O autor pontua que “deve-se assumir que há uma espécie de "espírito" oculto do movimento, ao invés de considerá-lo como um sistema de relações sociais” (MELUCCI, 1989, p. 56). Segundo Melucci (1989, p. 56):

O que é empiricamente chamado de "movimento social" é um sistema de ação que liga orientações e significados plurais. Uma ação coletiva singular ou um evento de protesto, além disso, contém tipos diferentes de comportamento e as análises têm de romper sua aparente unidade e descobrir os vários elementos nela convergentes e possivelmente tendo diferentes conseqüências.

Melucci (1989, p. 57) define movimento social como:

“uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinqüência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita freqüência, empiricamente associados com "movimentos" e "protesto". Além disso, os diferentes tipos de movimentos podem ser avaliados de acordo com o sistema de referência da ação (Melucci, 1980, 1982 e 1983). O que nós costumamos chamar de movimento social muitas vezes contém uma pluralidade destes elementos e devemos ser capazes de distingui-los se quisermos entender o resultado de uma dada ação coletiva.”

Apesar dos movimentos sociais serem destaque no Brasil nos últimos anos, trazendo à tona pautas importantes para a reflexão, tais como: corrupção, direito à moradia, gênero, etnia etc., o panorama sobre a reflexão desses movimentos ainda precisa avançar. Entretanto, algumas dessas pautas não são novas dentro dos movimentos sociais. Questões como direito à moradia, gênero e etnia a muito são tratadas por esses movimentos nos mais diversos países. É preciso conhecer suas vertentes e suas características para compreender a importância dos movimentos sociais de forma mais ampla.

Foi a partir dos anos 1960 que os movimentos sociais se tornaram objetos de análise científica. Segundo Gohn (2007), nessa época os movimentos ganharam visibilidade na sociedade, pois começaram a ser vistos como fenômenos históricos. Além disso, passaram a ser desenvolvidas teorias com enfoque social e sobre ações coletivas (GOHN, 2007). Considera-se que as abordagens clássicas sobre movimentos sociais tenham ido até os anos 60, entretanto, ela não foi homogênea, o que acarretou na elaboração das linhas contemporâneas -estas apontavam os pontos divergentes das teorias clássicas (GOHN, 2007).

2.1.2. Movimentos sociais clássicos

Segundo Montaño e Duriguetto (2010), os movimentos sociais clássicos iniciaram-se nos meados do século XVIII, com a Revolução Industrial na Europa (iniciada na Inglaterra e depois se alastrou para outros países). Neste período foram desenvolvidas novas formas de produção e de organização do trabalho, perdendo a característica trabalho prioritariamente manufatureiro para industrial. As atividades que antes eram realizadas de forma individualizada passaram a concentrar os trabalhadores em um mesmo espaço produtivo, sendo denominados de operários (por operarem as máquinas) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Neste período ocorre a generalização do trabalho assalariado, novas e diversas formas de exploração e superexploração do trabalho e a concentração do lucro nas mãos dos proprietários dos meios de produção (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Conforme Montaño e Duriguetto (2010) a intensificação e o desenvolvimento das forças produtivas levou à demissão de muitos trabalhadores, o que levou muitos operários a depreciação das máquinas, pois os trabalhadores relacionavam as demissões às novas tecnologias. Em 1824, com a conquista do direito à livre associação, votada pelo parlamento inglês, o que favoreceu a associação sindical apesar das repressões do Estado (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). A proliferação das associações sindicais (trade-union) contribuiu para articular os trabalhadores nas negociações da carga horária e de salariais, além de serem os articuladores das greves sindicais quando os capitalistas rejeitavam suas reivindicações (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

A propagação do processo capitalista nos diversos países, como a França, os Estados Unidos e a Alemanha, ocasionaram na propagação do movimento sindical e também nas ações de enfrentamento aos proprietários dos meios de produção por meio de greves. Segundo Montaño e Duriguetto (2010, p. 229):

a progressiva conquista das leis trabalhistas (legalização da jornada de trabalho de oito horas, fixação de níveis salariais, descanso semanal remunerado, proteção contra acidentes), legislações sobre saúde, previdência, etc.- principalmente nos países industrializados, como Inglaterra e Alemanha, explicitou como esclarece Netto (1992, p. 31), a confluência de “exigências econômico-políticas próprias da idade do monopólio” como o “processo de lutas e de auto-organização da classe operária”. Ou seja, a emergência do movimento operário no cenário político, a partir da segunda metade do século XIX, revelou a face pública e política da questão social.

Estas conquistas oriundas a partir das associações sindicais foram importantes não apenas porque reduziu a precariedade dos direitos desses trabalhadores, mas também porque apontou um novo fenômeno: as chamadas revoluções de 1848 que apontaram “a consciência do proletariado como *classe para si*, reivindicando seu projeto socio-político em contraposição à burguesia” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 229). Quanto a isto é imprescindível destacar que nesta conjuntura que foi redigido o Manifesto do Partido Comunista, por Karl Marx e Friderich Engels. Sobre Marx, Sidney Tarrow (2009, p. 28) aponta que:

[Marx], de modo geral, respondeu à questão de como os indivíduos se envolvem em ações coletivas em termos historicamente determinados: as pessoas se engajam em ações coletivas, ele pensou, quando sua classe social entrar numa contradição totalmente desenvolvida com seus antagonistas. No caso do proletariado isso se referia ao momento em que o capitalismo o forçou à produção em larga escala nas fábricas, onde perdeu a posse de suas ferramentas, mas desenvolveu os recursos para agir coletivamente. Entre esses recursos estava a consciência de classe e os sindicatos.

Com linguagem e estrutura simples o Manifesto expunha as condições impostas pela burguesia ao proletariado e, sinteticamente, pode-se dizer que o documento tinha como objetivo de propagar os princípios políticos do movimento no conjunto dos trabalhadores (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Ainda no período industrial a Comuna de Paris em 1871 foi um dos períodos que marcaram as movimentações do proletariado contra o capital. Segundo Montaño e Duriguetto (2010):

A burguesia e o exército foram expulsos pelos trabalhadores em armas. Como enfatizou Marx, a experiência da *Comuna* tinha sido “assustadora” para a burguesia e, dentro dela, para os outros conservadores católicos. Isso porque a Comuna “tratou de quebrar o instrumento de repressão espiritual, o poder dos padres e religiosos; decretou a separação da Igreja e Estado [...] e a expropriação [...] de todas as igrejas, na medida em que eram corporações com propriedade” (MARX, 1989, p. 296). A experiência revolucionária buscou acabar também acabar com a “propriedade classista que transforma o trabalho de muito na riqueza de poucos. Ela pretendia a expropriação dos expropriadores” (idem, ibidem, p. 299). A experiência triunfou por 72 dias, sendo os trabalhadores massacrados pelo exército francês e alemão. Estima-se que de trinta a cinquenta mil trabalhadores foram mortos. Para Marx a Comuna “foi o maior movimento proletário até os nossos dias” nela os operários tomaram o céu de assalto”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 230-231).

2.1.3. Os Novos Movimentos Sociais

Saindo da fase industrial a vertente europeia, é denominada como Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Segundo Maria da Glória Gohn (2007, p. 121) ao longo do século XX - principalmente nos países do centro - o confronto do capitalismo e o trabalho não apresentavam mais a centralidade dos movimentos sociais, as mobilizações passaram a ocorrer em torno de outros temas. A forma típica de movimentos operários, motivados por falta de direitos e salários, teria diminuído com as instituições democráticas e expansão dos direitos. Esta nova sociedade foi intitulada por Touraine de pós-industrial (GOHN, 2007).

Um novo tipo de dominação teria surgido após 1960, tendo como ferramenta a comunicação para manipulação da informação e emolduramento da cultura. O conflito que antes estava restrito ao plano econômico, agora avança na vida privada e apresenta-se em todas as instâncias da vida em sociedade, conforme Alain Touraine (1989, p.13) descreve: “o conflito não está mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infraestrutura da sociedade, ao trabalho em particular; ele está em toda a parte”.

Se os conflitos geradores de movimentos do século XIX foram amenizados e incorporados pelo Estado como mediador, na segunda década do XX surgem novos conflitos que não são diretamente contra o Estado, nem contra o mercado, são sim, contra os conceitos culturais que a sociedade absorveu pela falta de cultura e manipulação das informações. Os movimentos agora viriam das diversas camadas da sociedade, as reprimidas culturalmente (as mulheres), as reprimidas historicamente pelo modelo mercantilista dos séculos anteriores (os negros e os índios), as pessoas com interpretação do meio onde vivem e suas relações (ambientalistas), etc.

O sociólogo alemão Jürgen Habermas destaca o surgimento dos conflitos analisando a força de um terceiro ator, o Estado, que surgiu na sociedade para mediar o conflito capital-trabalho. As políticas sociais, para serem implementadas, foram normatizadas juridicamente e administrativamente, típico da burocracia, com uma lógica instrumental sobrepondo-se à cultura e por consequência empobrecendo-a. A expansão da racionalidade instrumental, peculiar da esfera sistêmica, agora permeia as relações sociais, o mundo da vida, gerando conflito. Conforme Habermas (apud, ALONSO, 1981, p.33) descreve a origem dos conflitos nos novos movimentos sociais:

“Os novos movimentos sociais seriam, então, formas de resistência à colonização do mundo da vida, reações à padronização e à racionalização das interações sociais e

em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos.”

Segundo Habermas, estes conflitos que demandam transformação de vida refletem-se em dois tipos, um de caráter ofensivo que busca a emancipação e demanda por direitos, que são os casos de reivindicações por direitos civis e feministas. Outro, de caráter defensivo que se divide em dois subtipos: Os tradicionais por defesa da propriedade, originários em movimentos de vizinhança; de pais de alunos, contra impostos. E os “novos movimentos”, propositores de novas formas de cooperação e de comunidade, contra os papéis institucionalizados de consumo, mercado e de serviços públicos.

Já, pela abordagem do sociólogo Italiano Alberto Melucci, o conflito teria se deslocado do mundo do trabalho em direção à utilização dos recursos naturais e padronização do corpo e sua transformação em objeto de consumo e desejo (ALONSO, 2009). O que se traduz na reação dos movimentos de mulheres, de *gays*, jovens, ambientalistas e contracultura. Outro conflito é contra o mundo racionalizado, que tem como reação os movimentos de integração, negando a hierarquia e as diferenças da sociedade. Todas as contestações são pós-materiais de ordens simbólicas para o reconhecimento das identidades coletivas.

Segundo Maria da Glória Gohn (1997, p. 121-122), podemos pontuar algumas características básicas sobre a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). A autora sintetiza que:

“[este é] em primeiro lugar a construção de um modelo teórico baseado na cultura. Os teóricos dos NMS negaram a visão funcionalista da cultura como conjunto fixo predestinado de normas e valores herdados do passado. Apesar de trabalharem com as bases marxistas do conceito, que vê a cultura como ideologia, eles deixaram de lado a questão da ideologia como falsa representação do real. (...) Em segundo lugar, a negação do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como efetivamente ocorre. Apesar da simpatia dos teóricos dos NMS pelo neomarxismo, que enfatiza a importância de consciência de ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva, o marxismo foi descartado porque trata da ação coletividade apenas no nível das estruturas, da ação de classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade. Em terceiro lugar, o novo paradigma elimina também o sujeito histórico redutor da humanidade, predestinado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado pela ‘consciência autêntica de uma vanguarda partidária. Em quarto lugar, a política ganha centralidade na análise e é totalmente redefinida. Em quinto lugar, os atores sociais são analisados pelos teóricos dos NMS prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada pelos processos.

Para Touraine, os movimentos sociais (MSs) são o comportamento coletivo organizado de um ator social lutando contra sua classe adversária pelo controle da historicidade em uma comunidade concreta. Para Melucci, os MSs são uma classe específica de fenômeno coletivo: uma forma de ação coletiva que envolve a solidariedade, um conflito e o rompimento com os limites que o sistema pode tolerar sem alterar sua estrutura. Enfatiza a identidade dos atores e a cultura, as crenças generalizadas e os valores além de focalizar as características da sociedade pós-industrial (p. 4).

2.1.4. Teoria de Mobilização de Recursos

A abordagem norte-americana possui em suas diferentes versões, explicações centradas nas questões estruturais das organizações dos chamados sistemas sociopolíticos e econômicos. As categorias básicas analisadas por essas vertentes são: sistema, organização, ação coletiva, comportamentos organizacionais, integração social etc. (GOHN, 2007, p. 14). A partir dessas categorias foram desenvolvidas vários conceitos e análises, tais como: privação cultural, escolhas racionais, mobilização de recursos, institucionalização, de conflitos, ciclos de protestos, micromobilizações, *frames*, oportunidades políticas, entre outros (GOHN, 2007, p. 14).

É importante destacar que os coletivos eram considerados pela abordagem tradicional norte-americana como resultado de tensões sociais (GOHN, 2007, p. 24). Segundo Gohn (2007), um dos pontos para estes embates relacionava-se ao sistema político norte-americano, que era visto como uma sociedade aberta a todos, plural e com permeabilidade. Entretanto, os movimentos sociais não eram tinham possibilidade de influenciar na tomada de decisão devido a sua característica de espontaneidade e explosão. Somente os partidos políticos, os grupos de interesses e algumas lideranças.

Conforme Misoczky, Flores e Silva (2008): a vertente norte-americana, nomeadamente, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria das Oportunidades Políticas (TEOP) e suas decorrências, focalizando as relações entre movimentos e instituições, que serão relatadas posteriormente. Ao enfatizar a agência, a vertente norte-americana, diferentemente da europeia, não considera as dinâmicas e a estrutura social que fazem emergir o movimento (p. 3).

A Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) oriunda dos Estados Unidos, no qual Alonso denomina McCarthy e Zald como “épígonos” desta teoria, a autora afirma que estes “fizeram perante as explicações das mobilizações coletivas em termos de emoções coletivas exacerbando o extremo oposto: a racionalidade.” (p. 51). Estes autores argumentaram que descontentamentos e motivos para a mobilização, sejam eles privações materiais ou interesses de classe, sempre existiram e que mesmo assim não seriam suficientes para a mobilização coletiva. Desta forma, o mais importante identificar são as razões que levam a explicar o “processo de mobilização”.

Conforme McCarthy e Zald (1977):

“a TMR aplicou a sociologia das organizações ao seu objeto, definindo os movimentos sociais por analogia com uma firma. A racionalização plena da atividade política fica clara no argumento da burocratização dos movimentos sociais, que, gradualmente, criariam normas, hierarquia interna e dividiriam o trabalho, especializando os membros, com os líderes como gerentes, administrando recursos e coordenando as ações” (McCarthy e Zald, 1977 apud ALONSO, 2009, p. 52).

Segundo esta teoria quanto mais tempo existir este movimento, mais burocratizados se tornam. Esta longevidade é dependente de sua forma de organização a fim de vencer “seus concorrentes”. Ângela Alonso (2009) afirma que os diversos movimentos sociais em torno dos mesmos temas criam uma espécie de, utilizando a expressão Zald, “indústria de movimento social” (p. 52), criando assim competitividade entre os movimentos para a conquista de recursos materiais e de aderentes políticos.

Conforme o artigo de Misoczky, Flores e Silva (2008), que faz um apanhado de esclarecimentos referentes aos estudos organizacionais e as teorias de movimentos sociais, o modelo da mobilização de recursos enfatiza a interação entre a disponibilidade de recursos, as estruturas preexistentes de organização de preferências e as tentativas de empreendedorismo para satisfazer as demandas (McCARTHY; ZALD, 1977, p.1236 apud MISOCZKY, FLORES e SILVA, p. 5).

Conforme autores estudados, a TMR sistematiza os aspectos relativos à mobilização de recursos, insistindo que as organizações não emergem espontaneamente; para que se constituam como tal, elas precisam identificar e conseguir acesso aos recursos. Entre os fatores que afetam o processo de mobilização, os pesquisadores da TMR destacam que: as condições quando da fundação da organização; o tipo de incentivo empregado para induzir as

contribuições que afetam sua estrutura, assim como as características dos membros recrutados; e o ambiente em que a organização confronta a competição com outras pelos recursos disponíveis e que vai ajudar a moldar sua estrutura e estratégia distintiva. (SCOTT, 1981 apud MISOCZKY, FLORES e SILVA, p.5).

2.1.5. A teoria da estrutura de oportunidades políticas e enfoque de dinâmicas de enfrentamento

Nos anos de 1970, a partir de críticas a teoria de MR, inicia-se uma nova etapa para o estudo dos movimentos sociais no contexto norte-americano onde procura-se preencher as lacunas deixadas pela teoria elaborada anteriormente (GOHN, 2007), mas não necessariamente rompe com pressupostos gerais da TMR, apenas traz elementos novos. Segundo Gohn (2007) as lacunas davam-se devido o enfoque dado pela teoria de MR estavam relacionadas a questões econômicas e a caracterização dos movimentos sociais como uma organização formal. Eis que então que neste segundo momento surge a um novo enfoque ao estudo dos movimentos sociais, onde passou-se a enfatizar “estrutura das oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos de mandatários, e a se aplicar a análise cultural na interpretação dos discursos dos atores dos movimentos” (GOHN, 2007, p. 69).

Para entendermos a concepção e os elementos trazidos pela Teoria Enfrentamento e das Oportunidades Políticas (TEOP) é fundamental que retomemos o conceito trazido por Sidney Tarrow, professor de ciência política e sociologia, um dos autores fundamentais desta teoria, no qual o mesmo identifica elementos que definem os movimentos sociais a luz desta perspectiva. Tarrow (2009, p. 27) define que:

O confronto político surge como uma reação nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos; materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. A partir dessas oportunidades e usando repertórios conhecidos de ação, pessoas com recursos limitados podem agir de forma contenciosa – embora esporadicamente. Quando suas ações se baseiam em densas redes sociais e estruturas conectivas e recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação, elas podem sustentar essas ações no conflito com opositores poderosos. Em tais casos, e apenas nesses casos, estamos diante de um movimento social. As soluções para o problema da ação coletiva dependem de entendimentos compartilhados, de densas redes

sociais e estruturas conectivas e do uso de formas de ação que encontrem ressonância cultural. Mas, acima de tudo, os conflitos resultam do fluxo de luta política.

Já de forma inicial Tarrow (2009) delimita fatores importantes sobre sua concepção de movimentos sociais no qual o confronto político surge devido a uma reação às oportunidades políticas – ou falta delas - no que tange aos atores envolvidos e suas redes de interação. Quanto a isto é importante pontuar o cenário do surgimento desta teoria: a ascensão do confronto político nos Estados Unidos na primeira metade dos anos de 1960, onde os pesquisadores norte-americanos passaram a desenvolver uma abordagem mais política nos estudos sobre os movimentos sociais, no qual se centravam em torno do conceito de “estrutura de oportunidades políticas” (TARROW, 2009). Contudo, foi em 1978 a partir da obra *From mobilization to revolution*, de Charles Tilly, que este estudo recebeu sua contribuição fundamental.

Segundo Tarrow (2009, p. 36), Tilly formulou um “modelo de sistema político” para analisar a ação coletiva, a partir desse modelo elaborou um conjunto de condições para a mobilização, estando entre as principais as oportunidades-ameaças para os desafiantes e a facilitação das autoridades. Tarrow (2009, p. 37) ressalta que “o modelo de Tilly era resolutamente estrutural, ou seja, focado em condições que não podem ser moldadas pelos propósitos dos atores”. Contudo, os modelos da vertente norte-americana eram mais permeáveis as dinâmicas do processo político, diferentemente do modelo europeu – no qual inspirou Tilly – que tinha foco em questões estruturais. Assim, outros cientistas agregaram elementos fundamentais para este estudo como Michel Lipsky (1968) e Peter Eisinger (1973) que trouxeram elementos da política urbana americana, nos quais pontuaram como elementos políticos os protestos e também a correlação com as oportunidades locais (TARROW, 2009, p. 37). Entretanto, foi o sociólogo Doug McAdam que reuniu estas abordagens sobre movimentos sociais em um “modelo de processo político” onde o autor fez a descrição do

desenvolvimento do movimento norte-americano pelos direitos civis em direção à mudança política, organizacional e de consciência (TARROW, 2009).

É importante ressaltar que o posicionamento de Tarrow (2009, p. 38) ao caracterizar um dos ápices desta teoria. Segundo ele:

“O argumento mais forte deste estudo será o de que as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores – especificamente em movimentos sociais.”

Quanto às oportunidades e as restrições políticas, Tarrow (2007, p. 39) entende:

“Oportunidades políticas como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais – da luta política que encorajam as pessoas no confronto político. [Tarrow entende] as restrições políticas como fatores – tal com a repressão, mas também algo semelhante à capacidade das autoridades de colocar barreiras sólidas aos insurgentes – que desencorajam o confronto. Não há uma fórmula simples para prever o surgimento do confronto, não só porque as especificações dessas variáveis mudam em diferentes circunstâncias históricas e políticas com fatores diferentes podem variar em direções opostas. Como resultado, o termo "estrutura de oportunidades políticas" não deveria ser entendido como um modelo invariável que produz, inevitavelmente, movimentos sociais, mas como um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político, colocando um movimento uma cadeia casual que pode levar a uma interação sustentada com autoridades e, portanto, a movimentos sociais.”

Aqui é importante pontuar que conforme Tarrow (2009) o conceito de oportunidade política enfatiza os recursos externos ao grupo. Onde, segundo ele, mesmo desafiantes fracos e desorganizados podem tirar vantagens desses elementos. Tarrow (2009) defende que o confronto político surge quando cidadãos comuns reagem a oportunidades que tragam benefícios a ação coletiva, revelam possíveis aliados, mostram pontos de vulnerabilidade das elites e autoridades, e um ainda, articulam redes sociais e identidades coletivas em torno de temas comuns (TARROW, 2009).

No que diz respeito ao confronto e a interação entre as pessoas esta teoria possui um elemento importante levantado pelo autor no que diz respeito ao “agir coletivamente”. Aqui

Tarrow (2009) aponta que não se trata apenas de agir coletivamente, mas que são adotadas diversas medidas que não são de iniciativas dos organizadores ou articuladores das ações, mas sim que já estão implícitas no comportamento de seus participantes. O autor compara estas ações aos comportamentos dos frequentadores de ritos religiosos, no caso dos participantes das ações, como no exemplo de protestos, realizam ações – como palavras de ordem, interromper o trânsito, uso de placas e cartazes - no que Tarrow coloca como “culturalmente inscrito e socialmente comunicado” (TARROW, 2009, p.39). Assim, os movimentos sociais passam a ser de certa forma são “repositórios de conhecimentos de rotinas particulares numa história da sociedade” (TARROW, 2009, p.39-40).

Quanto às ações e mobilizações promovidas pelos movimentos sociais um elemento torna-se central nestas articulações é a identidade. Tarrow (2009) aponta que a coordenação da ação coletiva depende da confiança e da cooperação gerada entre os participantes por meio de entendimentos e identidades compartilhados (p. 40). Tarrow (2009) coloca a ideologia como uma das possíveis articuladoras das ações coletivas. Contudo, quanto a questão de criação de uma identidade coletiva pergunta-se, por exemplo, porque em outros momentos dos conflitos do Morro Santa Teresa não houvera estopim de luta ou ainda tantos simpatizantes, sendo que o local sempre foram motivo de discussão devido a sua boa localização e o interesse dos canais de mídia e construtoras. Neste quesito podemos adentrar em um dos conceitos que tentou fazer conexão entre as teorias o chamado de *framing process*.

Conforme Misoczky, Flores e Silva (2008, p. 6), em um esforço para conectar e expandir o potencial explicativo das teorias, McAdam, McCarthy e Zald (1996, p.2) aproximam-nas da abordagem de mecanismos cognitivos através do *framing process*, que enfatiza a importância de ideias socialmente construídas e compartilhadas. Segundo Misoczky, Flores e Silva (2008, p. 7), “framing é, então, definido como “esforços estratégicos conscientes de um grupo de pessoas para modelar entendimentos compartilhados, do mundo e de si mesmos, que legitimam e motivam a ação coletiva”. Ao falarmos do movimento “O Morro é nosso”, falamos não apenas de um patrimônio local, mas sim, de um coletivo de moradores ou articuladores que se identificam com a identidade do movimento e do direito à moradia das famílias que ali habitam em sua grande maioria de baixa renda. A partir disso, pode-se dizer que os enquadramentos dessas questões não se tratam mais da generalização dos descontentamentos, mas sim, “define o “nós” e “eles” na estrutura do conflito de um

movimento” (TARROW, 2009). Ou seja, não trata-se mais da identidade individual, mas sim da identidade tomada por esse coletivo, o que influenciará fortemente nas redes de colaboração e articulação que fortificam a estrutura do movimento.

Tarrow (2009) aponta que estes movimentos possuem ciclos durante o período de oportunidades forma-se alianças concordantes as pautas do movimento social e também a reações das elites de oposição. Resultante disso, o autor aponta que, o agir coletivamente os coloca em redes políticas complexas, e assim, ao alcance do Estado (TARROW, 2009). O Estado, ou as forças governamentais reagem, por sua vez através de reformas, repressão ou uma combinação das duas.

2.1.6 Movimentos em rede

Como apresentado anteriormente, o movimento O Morro é Nosso é uma articulação que vai muito além dos moradores do Morro Santa Teresa. Desde o início de sua trajetória as lideranças das comunidades mobilizam-se em rede e promoveram parcerias com diversas organizações a fim de terem força e visibilidade no avanço de suas lutas. Desta forma, é importante explicar um pouco mais sobre o conceito.

Melucci (1989, p. 60) ao falar sobre movimentos sociais afirma que prefere falar em redes de movimento ou áreas de movimento. Conforme o autor:

“uma rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva (Reynaud, 1982). Este conceito não está distante do de *indústria de movimento social* de Zald (McCarthy & Zald, 1977) — como o conjunto de organizações orientado para a mesma espécie de mudança social — e do seu mais recente *setor de movimento social* (Garner & Zald, 1981), que inclui todo tipo de ações orientadas para os objetivos dos movimentos. Minha definição inclui não apenas as organizações "formais", mas também a rede de relações "informais" que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participantes mais ampla.”[grifo do autor].

Conforme Melucci (1989) o surgimento destes conceitos indica que os movimentos sociais contemporâneos estão mudando suas formas organizacionais e que estão completamente diferentes das organizações tradicionais. O autor afirma que “criou-se um espaço próprio para a ação coletiva nas sociedades complexas” (MELUCCI, 1989, p. 60), e ainda, que se tornam um ponto de convergência de formas de comportamento diferentes que o sistema não pode integrar que vão desde comportamentos conflitantes à inovação cultural (MELUCCI, 1989). Melucci (1989, p. 61) explica sobre o movimento em rede que:

Eles surgem apenas para fins específicos, como, por exemplo, as grandes mobilizações pela paz, pelo aborto, contra a política nuclear etc. A rede submersa, embora composta de pequenos grupos separados, é um sistema de troca (pessoas e informações circulando ao longo da rede, algumas agências, como rádios livres locais, livrarias, revistas que fornecem uma determinada unidade). Estas redes (descritas primeiramente por Gerlach & Hine, 1970) têm as seguintes características: a) elas permitem associação múltipla; b) a militância é apenas parcial e de curta duração; c) o envolvimento pessoal e a solidariedade afetiva é requerida como uma condição para a participação em muitos dos grupos. Este não é um fenômeno temporário, mas uma alteração morfológica na estrutura da ação coletiva.

Para Melucci (1989) as formas organizacionais dos movimentos contemporâneos não são “instrumentais” para seus objetivos. Mas, sim, é uma ação focada para si mesma e seus próprios códigos culturais, sendo um compromisso de curta duração e reversível (MELUCCI, 1989, p. 62).

Misoczky, Flores e Silva (2008, p. 09) ao falar sobre movimentos sociais aproximam este estudo ao conceito trazido por Diani (1992 apud MISOCZKY al., 2008, p. 99). Conforme o autor,

[os] movimentos sociais passam a ser definidos como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas” (DIANI, 1992, p.2). Alguns autores focam redes interpessoais como constitutivas de movimentos (PASSY, 2003), enquanto outros tratam de redes interorganizacionais e suas repercussões no que se refere à construção de alianças, à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e ao pertencimento múltiplo de membros (DIANI, 2003 apud MISOCZKY al., 2008, p. 99).

As percepções e definições trazidas por Diane (2003) vão de encontro ao estudo elaborado por Ilse Scherer-Warrer (2006) ao falar sobre rede de movimentos sociais. A autora afirma que “esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113)”. Conforme a autora, um movimento social se constitui em torno de uma identidade em torno de um projeto ou utopia, em um contínuo processo que resulta em múltiplas articulações (SCHERER-WARREN, 2006). Em suma, Ilse Warrer (2006, p. 113) afirma que “a idéia de *rede de movimento social* é um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos.”

Scherer-Warren (2005) afirma que as redes que estão se formando no Brasil possuem características comuns, sendo estas: busca de articulação de atores e movimentos sociais e

culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político.

2.2. A CIDADE É UM DIREITO: LUTA URBANA COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA

Falar das dinâmicas de utilização do espaço não é um debate novo nos diversos espaços de discussão: a cidade é um espaço importante de disputa. Não é por acaso que os movimentos sociais têm voltado suas discussões sobre a utilização não apenas do espaço público, mas também, da função social da propriedade privada. A cidade e a forma que ela está planejada – ou não planejada – pontua diversos fatores sociais importantes, dentre eles a consciência de classe¹⁰.

Quanto ao desenvolvimento e o espaço geográfico, sobretudo das cidades, Harvey aborda superficialmente sobre as práticas de “comunização”. Não raramente ao falarmos em espaços geográficos deparamo-nos com o conceito de propriedade privada/ que determinado local possui um único dono, seja ele privado ou estatal. Inclusive de áreas consideradas naturais, pouco se reconhece um local como verdadeiramente comum, mesmo este sendo dito patrimônio público.

George Monbiot (2017, s/n) sintetiza sobre estas disputas que “o mercado, por si só, não pode atender às nossas necessidades – tampouco o Estado. Ambos, ao extirpar o pertencimento, ajudam a alimentar a alienação, o ódio e a anomia que geram o extremismo” para falar sobre bem comum.

“Um bem comum é um recurso sobre o qual uma comunidade tem direitos iguais e compartilhados. A princípio, esta noção poderia incluir a terra, água, minerais, conhecimento, pesquisa científica e software. Mas, no momento, a maior parte destes recursos tem sido cercada: confiscados tanto pelo Estado quanto pelos interesses privados e tratados como qualquer outra forma de capital. Através deste cercamento, nós temos sido privados da nossa riqueza comum. “

Não por acaso, as reflexões sobre bem comum fazem forte referência a defesa dos ideais da obra de Marx, especialmente quando tratamos de natureza. Segundo Flores (2015):

10 Aqui faz-se referência a luta de classes abordado por Karl Marx.

A natureza e suas leis são impossíveis de serem convertidas em propriedade privada, a não ser por atos artificiais que contrariam a lógica da natureza, socialmente construídos com violência. (...) As lutas que historicamente se travam pela necessidade e pela defesa da natureza enquanto bem comum são lutas pela sobrevivência e pela vida, lutas pela humanidade.

O autor ainda define que o bem comum é uma das relações que se trava entre o grupo e as dimensões da vida em comunidade construída com o tempo, sejam elas mais relacionadas aos aspectos físicos, como a natureza, com ou relacionadas a aspectos sociais, como a cultura de um lugar, as formas de convivência, a comida e etc. Assim, podemos afirmar que a privatização da natureza e do bem comum trata-se de uma forma de violência e de desapropriação coletiva, infringindo o direito coletivo a fim de atender interesses individuais, o que segundo o referencial marxista seria uma vitória do capital.

No caso do Brasil uma mudança significativa no formato das cidades deu-se após o advento da Lei Áurea, que formalmente significou na abolição da escravatura, em 1888 (MARINGONI, 2011). Segundo Gilberto Maringoni (2011) “os ex-escravos, além de serem discriminados pela cor, somaram-se à população pobre e formaram os indesejados dos novos tempos, os deserdados da República”. No Rio de Janeiro, por exemplo, há diversos relatos de que os chamados “deserdados” passaram a ocupar espaços marginais dos centros urbanos como os morros (MARINGONI, 2011). Contudo, esse fenômeno não se limitou ao Rio de Janeiro, e ainda, fora somado às medidas do movimento higienista no século XX, que promovia o “braqueamento” na sociedade brasileira através de “europeização” das cidades e o enclausuramento dos doentes, para atender os padrões estabelecidos para a elite da época (MANSANERA e SILVA, 2000). Os resultados desse período ainda podem ser notados com facilidade na nossa sociedade e se perpetuam no crescimento e (des) planejamento das metrópoles brasileiras.

De certa forma alguns parâmetros estabelecidos no século XIX ainda se perpetua. O crescimento de construções imobiliárias nas regiões periféricas da cidade tem levado as pessoas (em sua grande maioria pobre e/ou negra) a ocuparem espaços da cidade que permanecem despreparados para receber novos moradores, ou ainda, comportarem de forma qualificada o crescimento populacional das famílias que ali já habitavam. Nestes casos, é possível notar a insuficiência dos serviços públicos, como: unidades de saúde, educação,

transporte público. Retomar alguns fatores históricos da sociedade brasileira recai sob elementos caros para a compreensão de fatos que ainda permanecem atuais na organização das nossas cidades e aos debates implícitos a isto. Desta forma, este capítulo mesmo que de forma breve propõe-se a contextualizar a resistência estabelecida pelos movimentos de luta urbana pelo direito à cidade, e ainda, abordar sobre a articulação dos diversos atores no planejamento/alteração do espaço público.

No livro *Movimentos sociais e lutas pela moradia*, Maria da Glória Gohn (1991) procura trazer elementos teóricos sobre movimentos sociais urbanos, em especial no Brasil, onde apresenta o cenário destas lutas no país na década de a partir da década de 1970. Para a construção deste trabalho serão apresentados alguns elementos dessa obra, bem como de outras obras contemporâneas como David Harvey e Raquel Rolnik, a fim de não apenas contextualizar cronologicamente as lutas sociais urbanas, mas também apresentar o debate e a disputa pela legitimação de espaços nas cidades.

Ao falar sobre as lutas urbanas do Brasil, Gohn (1991) destaca as lutas de periferia, denominada como o “movimento dos favelados”, que conforme a autora, acontece com mais ou menos intensidade desde a década de 1950, principalmente nas capitais dos estados industrializados. A autora afirma que a primeira grande fase do movimento das favelas ocorreu paralelamente à fase do velho movimento dos bairros e se caracterizou por ser uma etapa mais de resistência do que de afrontamento. Resistência no que diz respeito às constantes expulsões que eram feitas de forma violenta. Conforme o estudo de Gohn (1991) a relação entre os “favelados” e as instâncias governamentais não tiveram grandes alterações neste período: os favelados foram ignorados pelos órgãos públicos, assim como em 1964 foram duramente reprimidos.

Segundo Gohn (1991, p. 55):

“o apoio da Igreja Católica, quem em 1976/1977 lançou programas de Pastorais para as favelas em algumas capitais brasileiras; o surgimento da vida associativa no país, com a emergência das lutas urbanas, sindicais e o esboço da rearticulação partidária e a reformulação de novas políticas estatais voltadas não mais voltadas para a desfavelização mais para a reurbanização das favelas. Trata-se do reconhecimento oficial da impossibilidade de extirpar as favelas dos cenários urbanos, pois elas abrigam parte significativa da mão de obra existente no país. Sem mudar o modelo de acumulação é impossível mudar a situação econômica do favelado. O caminho adotado foi criar condições de sobrevivência, dotar a favela de infraestrutura urbana e mínima.”

Segundo Gohn (1991), até a década de 1970 a luta do “movimento dos favelados” se restringia a resistência na luta pelo solo. A partir da década de 1970 foram incorporados outros elementos à luta de posse de terra, afinal o número de pessoas que moravam nas regiões de favela havia crescido e o entendimento sobre a posse de terra também foi diversificado, a luta contra aos loteadores clandestinos foi acrescentada (GOHN, 1991). Nos anos de 1980 delinearum um novo painel conflitivo. Com o crescimento das favelas as reivindicações eram para que houvesse luz e água nas regiões (GOHN, 1991). Assim, em suma, começou o processo de urbanização as favelas e um novo problema: a da não expulsão dos barracos. Essa situação geral duas frentes básicas na organização popular: a luta pela concessão do direito real de uso e a luta pela compra subsidiada dos terrenos (GOHN, 1991). Com a formação destas duas frente o movimento cresce e se expande devido a diversificação dos projetos ideológicos.

Raquel Rolnik (2015) atribui o crescimento da base dos movimentos de reforma urbana nos anos de 1970 a reestruturação produtiva e a crise fiscal que atingiram as cidades brasileiras nesse período. Desta forma, alguns fatores importantes passaram a ser incorporados a estas lutas, pois não apenas os ditos “favelados” ou moradores de assentamentos informais participavam da base de articulação, mas também setores das “classes médias profissionais liberais” (ROLNIK, 2015).

Cabe destacar que nos anos de 1980 muitos avanços foram atribuídos às articulações populares devido ao processo constituinte de 1988, o que foi extremamente importante já que nos anos anteriores o Brasil sofrera com o golpe civil-militar. Ficaram estabelecidos na Constituição Federal de 1988 mecanismos como emenda popular, que como lembra Rolnik (2015) possibilita que cidadãos comuns apresentem propostas de lei, desde que sejam subscritas por 30 mil eleitores e passem pelas entidades estabelecidas. Rolnik (2015, p. 317) destaca que:

Além de incluir o reconhecimento dos assentamentos informais e sua integração à cidade, a ementa propunha medidas de combate a “especulação imobiliária”,

induzindo o conceito de função social da cidade e da propriedade urbana e a proposta de “democracia direta”. Em outras palavras, propunha a constituição de espaços institucionais participativos de escuta, pactuação, elaboração e controle social sobre as políticas urbanas, por meio de instrumentos como conferências, conselhos, plebiscitos e referendos.

Com os avanços firmados na Constituição Federal de 1988 as administrações locais passaram a se comprometer com a ampliação da cidadania nas gestões, chamadas de “democrático-populares”, mesmo com os recursos limitados (ROLNIK, 2015). Esse modelo de gestão previa a melhoria de serviços públicos, a inclusão das favelas e periferias para fins de investimento, o apoio a cooperativas, incubadoras, programas de geração de renda dentre outros programas sociais, enfrentando o vazio de políticas públicas em nível nacional (ROLNIK, 2015). E ainda, experiências tidas como pioneiras, como é o caso de Recife e Belo Horizonte, assim o são não porque investiram na inclusão de favelas e periferias, mas porque identificaram e demarcaram nessas áreas no zoneamento da cidade como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ou Área Especial de Interesse Social (AEIS), estabelecendo assim sua existência e reconhecendo a necessidade de regularização (ROLNIK, 2015, p. 319).

Já nos anos de 1990, Maria da Glória Gohn (2011) ressalta que:

“Se nos anos 90, cidadania e exclusão dominaram nos trabalhos sobre os movimentos sociais, no novo milênio rede social (ver Scherer-Warren, 2006) e inclusão social passam a ter um papel importante. A questão da emancipação social persiste, mas restrita a alguns teóricos e não mais sob o crivo exclusivo da abordagem marxista. Território para a ser uma categoria ressignificada e uma das mais utilizadas para explicar as ações localizadas. Cada grupo atua em seu espaço – territorial/geográfico, lingüístico, étnico, sócio-econômico; com seus problemas, interlocutores, políticas, mediações etc. Alguns movimentos autodenominam-se como movimentos territoriais. Ou seja, o território torna-se um referente central para os projetos de agregação das ações coletivas e não mais as ideologias ou correntes de opiniões políticas. Entretanto, nem sempre a noção de território é trabalhada em sua totalidade, ou seja - além de seus aspectos físico-espaciais porque incluem referenciais da ancestralidade dos povos que lá vivem, seus idiomas, organização social, formas de produção, seus símbolos, signos e sua cosmovisão de vida.”

A partir dos esclarecimentos trazidos até aqui nota-se a necessidade de que para as lutas urbanas, com as características de reforma urbana e luta pela moradia, fica explícito a 'velha e atual' questão da luta de classes e o impacto disso sobre o local. Contudo, nota-se também que precisasse ter claro a noção de território e as implicações que o mesmo possui na

vida das pessoas – sejam elas tratadas com indivíduo ou como coletivo. Território este que perpassa por questões além do espaço físico-geográfico, mas adentra na criação ou permanência de laços e redes de articulação como explicitado até aqui. De encontro a isto Milton Santos (1996, p. 88) ao trabalhar questões sobre espaço e sociedade, afirma que:

Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como alidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas, mas ainda presentes. Esses objetos da ação são, desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados. A dialética se dá entre ações novas e uma 'velha' situação, um presente inconcluso querendo realizar-se sobre um presente perfeito.

Ao trazer esta reflexão sobre espaço e realidade social, Milton Santos pontua sobre uma dialética que permanece contemporânea: os objetos sociais nos quais a sociedade busca oferecer ou impor novos valores, como dito pelo autor. Este debate se acentua ao percebermos como as cidades modificam-se sob o efeito da globalização. Como dito anteriormente, as cidades brasileiras no século XIX passaram por tentativas de “europeização”, o que em outras palavras pode-se dizer “modernização” urbanística das formas-espaço das cidades. Hoje, século XXI, as cidades também permanecem em constantes alterações, mesmo sabendo-se que essas alterações dizem respeito a alterações na vida das pessoas. De encontro a isto, Lefebvre (2008) afirma que o espaço “vivido” nunca é neutro ou puro. Segundo o autor, o espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política, mas sim, ele sempre foi político e estratégico. E ainda, o espaço sempre foi segundo Lefebvre, ideológico (LEFEBVRE. 2008). Assim como outrora os favelados e moradores das grandes periferias continuam sendo periodicamente afetados, como é o caso dos moradores do Morro Santa Teresa.

Não por acaso os movimentos urbanos tenham pautado a questão urbanística e espaço público, em especial nos anos 2000, pois são nestes espaços que ficam evidenciados a dinâmica atual da luta de classes. Nas palavras do geólogo marxista David Harvey (2013) “a urbanização sempre foi um fenômeno de classe”, pois segundo ele o controle da mesma sempre ficara nas mãos de poucos e tipicamente aqueles que detinham os meios de produção.

Então, foi sob o capitalismo que emergiu uma conexão íntima entre o desenvolvimento do sistema e a urbanização (HARVEY, 2013).

Harvey (2013) na sua obra *Direito à cidade* pontua que:

“Saber que tipo de cidade queremos é uma questão que não pode ser dissociada de saber que tipo de vínculos sociais, relacionamentos com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos nós desejamos. O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados.”

Saber que tipo de cidade queremos, como disse Harvey, é fundamental para que se delimite e se planeje a cidade conforme os vínculos e parâmetros de seus moradores, considerando o ambiente e os recursos que fazem parte do local. Entretanto, Harvey ressalta um fator importante: o direito à cidade trata-se de um direito a um bem comum e não individual, assim, a transformação do mesmo sugere que haja o “exercício do poder coletivo”, segundo as palavras do autor. Contudo, o planejamento das cidades – assim como outrora – costuma desconsiderar diversos desses elementos, onde a liberdade individual se sobrepõe aos interesses coletivos, acarretando em alterações no local que por vezes descaracterizam os espaços. Sob esta ótica, Harvey (2013) afirma que para os capitalistas existe uma contínua necessidade de reinventar-se pela busca de novos meios de geração de lucro. Sendo assim, “existe uma perpétua necessidade de encontrar territórios férteis para a geração do lucro e para seu reinvestimento é o que molda a política do capitalismo” (HARVEY, 2013). Segundo o autor, “o capitalista também deve descobrir novos recursos naturais, o que exerce uma pressão crescente sobre o meio ambiente” (HARVEY, 2013). Apropriando-me da tese de Flores (2013), ao falar sobre produção de espaço e ambiente construído em relação ao desenvolvimento local e alteração ou acumulação a partir de determinado local:

Harvey utiliza formulações de Marx e Rosa Luxemburgo para compreender a “acumulação primitiva” como um processo contínuo através do qual o capital se apropria de novos recursos, o que chama de “acumulação por espoliação”. Seu argumento, portanto, é sobre a necessidade de compreender a dinâmica dos movimentos do capital articulando a perspectiva histórica – que analisa o capitalismo em sua gênese, desdobramentos históricos e deslocamentos futuros, com a geográfica – o que analisa a apropriação de recursos, significando tanto a produção de espaço quanto a sua destruição.

Ao recordarmos o caso do Morro Santa Teresa e os projetos elaborados para o local grande parte visa a “qualificação urbana”, entretanto, não raramente nos deparamos com a violação dos direitos humanos e ações que ferem princípios constitucionais. A desapropriação das pessoas das localidades “fora do padrão” seja por conta de megaeventos ou de “especulações imobiliárias” traz à memória medidas tomadas desde os séculos anteriores e que culminam nas questões de pertencimento da cidade. Afinal, a quais padrões tenta-se atender alterando determinados espaços? Quais os parâmetros utilizados pelos gestores? Considerando ou não essas questões ocorrem em nossas cidades uma espécie de segunda desapropriação, pois provavelmente estas famílias já habitam a localidade devido ao custo financeiro, e ainda, muitos vêm de famílias que sofrem exclusão social há décadas. Estas desapropriações ou alterações na maioria das vezes é oriunda de decisões técnicas e não considera desdobramentos históricos, futuros e geográficos em nome da apropriação dos recursos¹¹.

Um dos conceitos abordados por Harvey, porém ainda de forma mais superficial, refere-se ao desenvolvimento e o espaço geográfico é a práticas de comunização. As reflexões sobre o bem comum fazem forte referência a defesa dos ideais da obra de Marx. Segundo Flores (2013, p. 104-105):

A natureza e suas leis são impossíveis de serem convertidas em propriedade privada, a não ser por atos artificiais que contrariam a lógica da natureza, socialmente construídos com violência. (...) As lutas que historicamente se travam pela necessidade e pela defesa da natureza enquanto bem comum são lutas pela sobrevivência e pela vida, lutas pela humanidade.

O autor ainda define que o bem comum é uma das relações que se trava entre o grupo e as dimensões da vida em comunidade construída com o tempo, sejam elas mais relacionadas aos aspectos físicos, como a natureza, com ou relacionadas a aspectos sociais, como a cultura de um lugar, as formas de convivência, a comida e etc. Assim, pode-se afirmar que a privatização da natureza e do bem comum trata-se de uma forma de violência e de

11 Memória do debate realizado no lançamento do Dossiê da Copa do Mundo FIFA 2014, no evento que debateu sobre mobilidade, moradia e reforma urbana em 2015.

desapropriação coletiva, infringindo o direito coletivo a fim de atender interesses individuais, o que segundo o referencial marxista seria um triunfo para o capital (CAVALHEIRO; MUELLER, 2014).

Eis mais um dos motivos de tensão entre as classes, uma das características já citadas e imprescindíveis para a definição de movimentos sociais, no qual é uma das pautas do movimento O Morro é nosso para que a área¹² não seja transformada de uma localidade de patrimônio público para ser privatizada em um projeto de construção de habitações de luxo e/ou um centro de eventos por conta de sua visibilidade, visão privilegiada e etc (CAVALHEIRO; MUELLER, 2014). A população local deseja que a área seja valorizada como patrimônio público não apenas legalmente, mas, sim que o espaço seja valorizado e as pessoas que ali habitam possuam as características mínimas de qualidade de vida, visando apenas o desenvolvimento econômico e esquecendo o valor sociocultural local (CAVALHEIRO; MUELLER, 2014).

Quanto aos projetos de utilização do local, é importante pontuar que o território do Morro Santa Teresa é um território em disputa não apenas pelas empreiteiras, mas também pelo mercado midiático (CAVALHEIRO; MUELLER, 2014). Clarice Misoczky e Maria Ceci

12 Conforme reportagens são diversas as causas para a escolha do Morro Santa Teresa para receber o projeto do Arquiteto Oscar Niemeyer: 1. É o local com mais visibilidade por parte das pessoas, pois estará no alto, visível desde longe. 2. Será na orla, próximo à Fundação Iberê, do arquiteto português Sisa, próximo ao projeto de revitalização da Orla, do Jaime Lerner, e não muito longe do projeto de revitalização do Cais Mauá dos arquitetos Vazquez e Lerner. Formando um conjunto com grande atrativo turístico em geral, e especialmente para os interessados em arquitetura. 3. Terá uma visão privilegiada da orla e do Guaíba desde o alto o que sem dúvida será um grande atrativo para a visita da própria população. 4. É o melhor local para oferecer uma opção de lazer para a população de Porto Alegre, com serviços de cafeteria, restaurante, bar, etc. 5. Como consequência toda a área do Morro Santa Teresa será revitalizada, um dos melhores pontos para avistar toda a cidade, formando um único conjunto. 6. Poderá estar próximo a linha hidroviária que ligará o Centro Histórico à Zona Sul. 7. Poderá ser parte da solução do problema das 5 vilas que existem em volta do Morro Santa Teresa, Prefeitura e Estado atuando em conjunto, dando formação profissional e melhores condições de trabalho à população. 8. Está muito próximo ao Estádio Beira-Rio, podendo se criar uma conexão entre as duas áreas, que se fortaleceriam mutuamente. SIMON, G. Iniciada campanha para que o Centro de Eventos do RS seja no Morro Santa Teresa. Disponível em: <<https://portoimagem.wordpress.com/2012/07/26/iniciada-campanha-para-que-o-centro-de-eventos-do-rs-seja-no-morro-santa-teresa/>>. Acesso em: agosto de 2016.

Misoczky (2010), apontaram algumas questões referente aos meios de comunicação, em especial os mais tradicionais, em disputa neste território:

[...] a mídia gaúcha é dominada pelo Grupo RBS, afiliado à Rede Globo e pertencente a um grupo empresarial familiar que também possui uma empresa de construção, que já havia manifestado interesse pela área. A escassez de informações nos veículos da RBS sobre o Projeto e as disputas que o envolvem foi denunciada pela mídia alternativa e pelas organizações que lutaram contra o Projeto.

As questões referentes à mídia têm se tornado problemática aos movimentos sociais, não só em âmbito nacional como internacional. Há claramente a criminalização referente à grande parte das manifestações populares, em especial no Rio Grande do Sul, os grupos sociais têm atacado diretamente os grandes grupos de comunicação, principalmente ao grupo RBS em acusação a disseminação de fatos imparciais. Os membros do movimento O Morro é nosso participaram de diversas passeatas, que tiveram seu ponto ápice em 2013- nas chamadas jornadas de junho, mas também estiveram presentes até o presente ano de 2016, mesmo que com frequência menos regular.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar as etapas metodológicas que nortearam o estudo, assim, visa-se apontar as ferramentas que foram utilizadas para a obtenção dos dados de posterior análise. A pesquisa realizada foi de caráter exploratório.

Conforme Gil (2002, p. 41) a pesquisa exploratória “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Segundo Gil (2002, p.41), este tipo de pesquisa têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias, ou ainda, a descoberta de intuições. Assim, o autor afirma que na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (Selltiz et ai., 1967, p. 63 apud GIL, 2002, p. 41).

Além disso, nesta pesquisa será utilizada uma abordagem qualitativa, pois, conforme Godoy (1995) um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Segundo Godoy (1995) a abordagem qualitativa não apresenta uma proposta rígida estruturada o que permite que os pesquisadores usem a criatividade para a construção do trabalho. Contudo, para este tipo de abordagem o autor apresenta alguns caminhos de pesquisa dentre eles a pesquisa bibliográfica e documental.

Para atingir os objetivos deste trabalho, geral e específicos, foi necessário a realização de pesquisa bibliográfica sobre a literatura referente aos movimentos sociais populares e sua busca pela emancipação e a luta por direitos sociais e a literatura referente as práticas de resistência dos movimentos sociais no âmbito das cidades. A pesquisa documental será

efetuada a partir de documentos oficiais (como legislação, Plano Diretor do Município de Porto Alegre), página do Movimento¹³ e outras páginas eletrônicas.

3.1. Coleta de dados

Segundo Yin (2004), a forma e a condução da coleta de dados precisam ser bem preparados, pois podem ser difíceis e complexas. Assim, Yin (2004, p. 85) evidencia que “para um estudo de caso podem vir de seis fontes distintas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos”. Conforme o autor o uso dessas fontes requer habilidades e procedimentos metodológicos sutilmente diferentes.

Assim, para o levantamento de dados empíricos foram necessárias saídas de campo em atividades como reuniões e caminhadas pela comunidade. Conforme Gil (2002, p. 53), “o estudo de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”. Segundo Gil (2002), neste forma de pesquisa é possível ressaltar a interação entre seus componentes com determinadas questões. Gil (2002, p. 53) afirma que “a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo”. Desta forma, é possível observar de forma mais aprofundada o cotidiano da organização, a fim de poder refletir e analisar a relação do Movimento para com a comunidade.

Uma forma importante de coleta de dados que utilizada neste trabalho é a observação (GIL, 2002; Yin, 2004). Yin (2004), como dito anteriormente, separa essa modalidade em duas dimensões: a observação direta e a observação participante. Neste trabalho será realizada a observação direta. Yin (2004, p. 94) afirma que ao realizar uma visita de campo ao local de estudo cria-se a oportunidade de fazer observações diretas. Assim, assume-se que os fenômenos de interesse não sejam puramente de caráter histórico e se encontram disponíveis para observação de alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes.

Destaca-se que Yin (2004, p. 94) ao falar sobre a observação direta aponta que estas podem variar de atividades formais a atividades informais de coleta de dados. No caso do movimento social estudado foram acompanhadas algumas atividades não apenas formalmente

¹³ O Morro é nosso possui 2 blogs: o primeiro é mais antigo “O Morro é Nosso” contém a parte inicial do movimento, já o segundo blog é recente e tem atualizações frequentes com os acontecimentos do local e do movimento..

para este estudo, mas também ocorreram observações de forma informal, como por exemplo a chamada “15M”, citada anteriormente no ano de 2014, que se tratou de um protesto nacional que o movimento estava presente.

Outra forma de coleta de dados importantíssima para esse trabalho foi a realização de entrevistas, que neste caso foram utilizadas o um roteiro semiestruturado. É importante destacar a importância do roteiro semiestruturado, pois a entrevistada ou o entrevistado acaba sentindo-se à vontade ao manifestar suas opiniões ou a ordem dos fatos. Segundo Yin (2004, p 92), é comum que as entrevistas sejam conduzidas de forma espontânea. Segundo o autor, “essa natureza das entrevistas permite que você tanto indague respondentes chave sobre os fatos de uma maneira quanto peça a opinião deles sobre determinados eventos” (YIN, 2004, p. 92). Outros tipos de entrevistas que podem ser realizadas é a entrevista focal e as mais estruturadas (YIN, 2004, p. 93).

O roteiro de entrevistas foi elaborado a fim de levantar os dados desejados para essa análise deste trabalho. O objetivo geral deste estudo é analisar as formas de organização e resistência do Movimento O Morro é Nosso em busca do direito à cidade. Para isso, delimitou-se objetivos específicos que consistiam em pontos como a identificação de pontos como a intensificação das pautas de privatização da área, a analisar a dinâmica de organização interna do movimento e sua relação com o Estado. Para atender esses pontos, o roteiro de entrevista foi dividido em blocos, onde inicialmente estavam questionamentos referentes aos entrevistados e suas organizações, em seguida questionou-se sobre o Movimento e seu funcionamento, e por fim, o relacionamento do Movimento com o Governo. Neste último bloco, procurou-se saber do entrevistado sobre a influência da mídia nesta relação. Para melhor elaboração desta análise serão apresentadas os resultados obtidos na pesquisa, tanto via observação quanto nas entrevistas, para assim realizar a análise destes dados e a aproximação com o referencial teórico.

A coleta de dados através da observação direta ocorreu de duas maneiras para a construção deste trabalho: a informal e a formal. Como dito anteriormente por Yin (2004), essa modalidade de coleta de dados possibilita presenciar acontecimentos históricos de determinadas situações.

Por conta de uma aproximação inicial com o Movimento social em 2014 foi possível, informalmente, acompanhar uma das ações diretas do Movimento, da data de 15 de maio (o chamado 15M, Dia Internacional de Lutas), um grupo de moradores fez parte desta

mobilização de chamada nacional. É importante destacar que um dos ápices do Movimento, em termos de ações de rua e aparições de suas ações foi no ano de 2014 por conta do megaevento que ocorreria em junho daquele mesmo ano. Posterior a esta data, no dia 27 de maio, realizei minha primeira entrevista com uma das lideranças do movimento a fim de coletar dados sobre a formação do movimento e como era a condição de vida dos moradores do Morro, que até aquela data possuía inúmeras áreas sem água, luz e saneamento (ANEXO D).

Formalmente, foram realizados dois momentos de observação direta ao movimento, ambas ocorreram no ano de 2016. A primeira delas ocorreu a uma reunião do Movimento, no dia 08 de abril, onde a pauta principal da reunião foi a suspensão do Grupo de Trabalho (GT) pelo Governo do Estado. O GT havia assumido formalmente no início do mês de março, contudo, no dia 29 do mesmo mês foi suspenso. Naquele momento a questão que pairava sobre o movimento eram sobre os motivos que referentes a suspensão do GT, bem como a postura da FASE neste processo. Durante esta reunião pude observar a presença de um número considerável de apoiadores técnicos, dentre eles membros do CDES, da ACESSO, da AGB, do SENGE e a vereadora Sofia Cavedon, juntamente com sua assessora. No que diz respeito aos moradores estavam as lideranças da Vila União, Michele e Orley, e da Gaúcha, Darci (ANEXO A).

O segundo momento de observação direta formal, ocorreu no dia 9 de novembro, onde realizei a caminhada pelos espaços da comunidade com a moradora da Vila União, Orley. Esta atividade precisou ser remarcada algumas vezes devido às disponibilidades da moradora e a chuva nas datas anteriores. Nesta ocasião foi possível observar a condição densa de parte da comunidade, com ruelas, muitas casas e subidas. Além disso, nos momentos iniciais na comunidade, foi possível observar os antigos pontos de luz clandestina na comunidade, os chamados ‘gatos’. Os postes e os fios ainda se encontram visíveis, no qual a moradora afirmou que a associação de moradores, bem como o Movimento, já haviam solicitado a retirada dos postes do local.

Durante o período de caminhada, foi possível observar também as ações realizadas pelos próprios moradores a fim de melhorar suas condições de locomoção dentro da comunidade. Dentre as ações ‘comunitárias’ é possível ver partes com concreto para facilitar a passagem de carros e de motos no local. A moradora afirmou que antes deste concreto haviam buracos enormes no local. No ponto mais alto do Morro é possível ter uma ampla

visão da cidade de Porto Alegre. Além, de observar os diversos pontos das comunidades que compõem o Morro. A moradora mostrou algumas áreas de relevância para a preservação ambiental e locais para projetos futuros de interação cultural, como um museu. Pelo percurso é possível notar a falta de saneamento básico, alguns pontos com focos de lixo, mas uma visível melhora na rede de luz elétrica.

3.2 Apresentação das entrevistas

As entrevistas foram realizadas com diferentes atores e atrizes que participam do Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa, O Morro é Nosso, dentre as oito (8) pessoas procuradas inicialmente para a realização da entrevista apenas quatro (4) pessoas realizaram o retorno hábil para a sistematização e análise desta pesquisa. A primeira entrevista foi realizada com a vereadora do Partido dos Trabalhadores (PT) Sofia Cavedon, autora formal da lei que institui o Morro Santa Teresa como área de preservação. A segunda entrevista foi realizada com a geógrafa Lucimar Fátima Siqueira, integrante do Observatório das Metrôpoles e da Associação dos Geógrafos do Brasil, dentre outros movimentos sociais. A terceira entrevista foi com a arquiteta e urbanista Karla Moroso, integrante do Centro de Direitos Econômicos e Sociais (CDES) e Orley Maria da Silveira, liderança da vila União e conselheira do Orçamento Participativo (OP). A moradora Orley já havia sido entrevistada no ano de 2014, como citado no ponto anterior, a fim de realizar o levantamento de impressões sobre as mudanças na comunidade até então e relatar o início do movimento para um trabalho da disciplina de Estratégias de Desenvolvimento Loco-Regional (ANEXO I).

As entrevistas tiveram ajuda do roteiro de entrevistas, sendo que um modelo mais direcionado para os apoiadores e outro para os moradores e lideranças da comunidade. Contudo, estas não seguiram a ordem sequencial das perguntas, devido a ordem cronológica utilizada pelos entrevistados, a fim de deixar a entrevista de forma espontânea. Os questionamentos foram contemplados e enriquecidos conforme a área de atuação das entrevistadas.

4. O dia em que o Morro descer e não for Carnaval: Apresentação e análise dos resultados

Durante a trajetória do Movimento O Morro é Nosso, iniciada em 2009 com o anúncio do PL 388 no governo Yeda, o Movimento foi tomando, mesmo que inconscientemente, mudanças em suas estratégias de luta. Desde o despontar deste movimento as ações e negociações já perpassam pelo terceiro governo do estado. O que gerou em alterações nas formas de negociação e interações entre os diversos agentes.

Neste capítulo serão explicitadas os momentos de intensificação das pautas de privatização da área e a situação no atual contexto seus atores e seu papel, bem como analisadas as dinâmica de organização interna do movimento, seus níveis de democracia e participação (na comunidade e dos apoiadores); a relação do Movimento e o governo do Estado do RS; suas estratégias e capacidades de mobilização para colocar suas reivindicações na pauta da sociedade, e ainda, realizar o histórico dos principais momentos do Movimento.

Junto à análise serão realizadas as aproximações com o referencial teórico a partir da caminhada do Movimento desde 2009. A teoria dos movimentos sociais será trazida para a análise para situar esse movimento e caracterizar suas práticas organizacionais. No que diz respeito à cidade, será retomado este referencial para analisar as lutas pelo direito à moradia e como os interesses hegemônicos se explicitam nestes espaços de disputa. Para a melhor compreensão do caso do Morro Santa Teresa, será retomado alguns aparatos legais como o Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre para apresentar o local em termos técnicos. O capítulo começa com a metodologia adotada, os principais instrumentos para a coleta de dados, observação, entrevistas e a análise crítica dos pontos elencados anteriormente.

4.1.A configuração do movimento

De maneira geral, o roteiro de entrevistas possuía como objetivo primeiramente conhecer como as entrevistadas e suas organizações, e como chegaram até o Movimento, se

apoiavam outras iniciativas, mas especialmente, entender quem faz parte e qual a dinâmica do movimento. É importante destacar que as entrevistas foram realizadas com 4 pessoas que representam eixos ou perfis diferentes dentro deste movimento. Estes eixos/perfis podem ser traçados a partir da lista de entidades e apoiadores individuais que se solidarizam com as pautas do movimento (ANEXO J). Sendo assim, foram entrevistadas: uma (01) representante da câmara dos vereadores (agente do Estado), uma (01) representante do grupo de ambientalistas, uma (01) representante dos arquitetos e urbanistas e uma (01) moradora da comunidade. Infelizmente não obteve-se formalmente entrevistas com outros moradores das demais comunidades que compõem o Movimento.

A moradora do Morro Santa Teresa Orley relata sobre os primeiros momentos do Movimento. Ela afirma que o mesmo se iniciou após a notícia da venda do Morro. No qual ela ficou sabendo em um encontro do Orçamento Participativo. A partir disso iniciaram-se as mobilizações no local contra o Projeto de Lei proposto no governo Yeda. Até então a Vila União, onde ela mora, possuía apenas um presidente informal, no qual ela chama de uma associação “de boca e não de fato” pois não estava legalizada, e juntamente com outras lideranças começaram a mobilizar os apoiadores. Muitos deles ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Um dos primeiros apoiadores foram o Sindicato dos Engenheiros (SENGE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Levante da Juventude.

No caso de Sofia, a vereadora do PT conheceu o movimento durante o governo Yeda, quando a governadora apresentou o PL 388, em 2009. A vereadora afirma que se solidarizou com as pautas do Movimento e decidiu colaborar. Sofia entrou com uma moção na Câmara contrária a urgência do projeto.

A geógrafa Lucimar, conheceu a luta do Movimento quando chegou em Porto Alegre, em 2009, mas inicialmente acompanhava de longe, pois se dedicava ao Fórum Estadual de Reforma Urbana pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Segundo Lucimar ela conheceu a luta do movimento quando conseguiram barrar o PL 388 que a Governadora Yeda queria vender a área da FASE. Atualmente, a geógrafa apoia outros movimentos como o coletivo “A cidade que queremos” e é integrante do Observatório das Metrópoles, além da AGB.

A arquiteta e urbanista Karla, conheceu o Movimento através de sua atuação no CDES. Karla afirma que começou a participar das reuniões quando o Movimento estava discutindo a gravar a lei das AEIS nesta área. Karla diz o CDES é uma organização de direitos humanos e que também trabalha com a questões sobre cidade, conflitos e a regularização fundiária as pessoas procuram a organização, e eles estão envolvidos apoiando outras lutas dessa magnitude.

As entrevistadas afirmaram que após a derrubada do PL 388 ocorreu uma definição das pautas de luta abraçadas pelo Movimento. Segundo o relato de Lucimar os moradores, as lideranças das comunidades, as diversas entidades de apoio e professores da Universidade (que foram chamados para fomentar a discussão) reuniram-se em um seminário no SENGE para discutir o que vislumbravam para o Morro Santa Teresa. Desta forma, foram sistematizadas as pautas da seguinte forma: ambiental, social (moradia) e patrimônio histórico. Das 05 (cinco) comunidades que compõem o Morro (Gaúcha, União, Ecológica, Padre Cacique e Prisma), apenas uma não tem maior proximidade com o Movimento que é a Prisma, no qual podemos observar esse distanciamento desde a fala das entrevistadas até o primeiro relato sobre o Movimento realizado em 2014 (ANEXO I).

A partir do relato das entrevistadas sobre o engajamento tanto pessoal quanto das organizações de sua representação, nota-se de forma inicial a aproximação deu-se devido a identificação com as pautas levantadas pelo Movimento. As organizações e as pessoas envolvidas nessa articulação já possuíam identificação anterior com as pautas ao entorno das questões ambientais, sociais e de preservação do patrimônio histórico. O estopim da pauta naquela localidade fez com que diversos atores e atrizes mobilizassem recursos e compartilhassem suas estratégias para que fosse sanado o problema. Assim, vemos que nesse conjunto de fatores formou-se uma única identidade, Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa, não apenas para que fossem fortalecidas as pautas postas em cheque, mas que fosse reconhecido a presença de um grupo articulador.

Sobre a formação deste grupo é imprescindível notar que dentre as características de sua formação e articulação, que ficaram mais claras na explanações a seguir, a configuração deste movimento diferencia-se dos movimentos tradicionais de base. Conforme abordado por Melucci (1989) as organizações em rede surgem para fins específicos, e como ilustrado

anteriormente, estas redes propiciam que existam múltiplas. No caso do Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa é possível nitidamente a caracterização dos movimentos sociais contemporâneos abordado por Diani (1992 apud MISOCZKY al., 2008, p. 99), onde esses movimentos passam a ser definidos como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas”.

4.2. Funcionamento e tomada de decisão: Da mobilização de rua ao núcleo operativo

Um dos objetivos da entrevista era saber como funcionava a tomada de decisões internamente no Movimento. Ao realizar questionamentos referentes a isso as entrevistadas responderam unanimemente sobre a tentativa de consenso dentro do grupo, sem fazer a diferenciação entre apoiador e liderança da comunidade. Quando foi questionado se as entidades de apoio teriam o mesmo peso de voto do que moradores a vereadora Sofia afirmou que sim, todos tinham oportunidade de opinar para que se sentissem parte do Movimento, pois o Morro não era uma área apenas dos moradores, mas sim um patrimônio da cidade de Porto Alegre. Orley afirma que todos participam e decidem juntos e alerta sobre atualmente o protagonismo de convocar as reuniões ser papel dos moradores. As entrevistadas citaram diversas vezes a importância do apoio jurídico, realizado pela ONG ACESSO, tanto na elaboração de documentos quanto nas instâncias para a argumentação. Precisamos estar munidos com as mesmas informações que eles, afirma Jacques Alfonsin conforme relato das entrevistadas e na reunião que pude realizar a observação.

Sobre a periodicidade das reuniões do Movimento, as entrevistadas alegaram que as reuniões são feitas conforme as demandas. Em alguns períodos são realizadas reuniões uma vez por semana, outras vezes de forma quinzenais. Contudo, apareceram em todas as entrevistas que no ano de 2016 houve uma queda na regularidade dos encontros devida a atual conjuntura nacional e local. Conforme relatos, o ano de 2016 foi conturbado devido a campanhas eleitorais e também a conjuntura política brasileira em torno do processo de

impeachment /golpe de Estado. Como o Movimento é ligado a diversos agentes políticos essa questão influenciou de forma direta e indiretamente o Movimento.

Uma das peculiaridades relatadas nas entrevistas foi a formação do “núcleo operativo”, como chama Karla, ou ainda, “corpo técnico”, como denomina Lucimar Siqueira. Esse núcleo operativo, apontado por Karla é o grupo que se reúne periodicamente para tratar das ações e projetos do Morro. Esse núcleo, que funciona como uma espécie de engrenagem, é composto pelas lideranças das Comunidades (Orley, Michelle, Júlio e Darci) e mais os apoiadores. Atualmente os apoiadores que possuem participação mais efetiva junto às comunidades do Morro, conforme as entrevistas são: AGB, a ACESSO, o CDES, o Sindicato dos Arquitetos, o SENGE e o IAB.

Quando questionadas sobre os demais apoiadores as entrevistadas relataram que existem dois momentos que o grande grupo é chamado para participar das ações do Movimento, que são os seminários e as caminhadas. Os seminários normalmente ocorrem no IAB e são tidos como momentos de explicitar os ocorridos na caminhada do movimento, como uma espécie de prestação de contas. As caminhadas, são atividades que o Movimento tenta manter uma certa regularidade. Segundo Lucimar, não apenas atividades com fins de divulgação, mas tem se tornado um ato político. pois visam explicitar algum acontecimento da região.

Ao serem questionadas sobre a realização de assembleias, Karla afirma que o Movimento O Morro é Nosso não convoca assembleias na comunidade, mas que apoia a realização das assembleias realizadas nas comunidades através das Associações de Moradores. As Associações de Moradores compõem o Movimento, através de suas lideranças, e é através da conversa em suas bases é que são levantadas pautas que o Movimento apoia, como por exemplo, a demanda emergencial da regularização da energia elétrica. Contudo, a arquiteta afirma que o Movimento, ou pelo menos seus membros externos, não se envolve com as dinâmicas das Associações locais e que esta é uma tarefa das lideranças comunitárias.

Orley relata sobre as dinâmicas de mobilização comunitária. A moradora afirma que é necessário realizar atividades diferenciadas para agregar as pessoas, como por exemplo uma reunião na rua, com a partilha de um bolo. Sobre as reuniões e seminários realizadas no IAB,

Orley afirma que as pessoas participam, mas que elas não têm maior incidência nessas reuniões por conta de outros fatores que vão além da questão do lugar, no sentido de ser no centro da cidade e local de encontro de arquitetos (brancos e instruídos)¹⁴. Mas está relacionada com o fator deslocamento e recurso. Orley pontua que deslocar-se até o IAB requer o fator monetário e que as pessoas precisam tirar de seu bolso para irem até lá. Uma possibilidade de alteração desse quadro seria a disponibilização de um ônibus para levar os moradores, entretanto, a Associação de Moradores é sem fins lucrativos e eles não possuem recursos para tal. Quando ocorreu o questionamento para as representantes das entidades de apoio sobre essas reuniões se realizem no centro da cidade foi apontado o deslocamento do grande número de apoiadores para a reunião e até mesmo a segurança dos mesmos devido ao contexto atual.

Karla e Orley relatam que inicialmente os primeiros apoiadores do Movimento foram o SENGE, os arquitetos, os correios, os professores, muitos sindicatos, mas os mais atuantes eram os integrantes do MST e o Levante da Juventude. Ambas destacaram o papel do MST e do Levante nas estratégias do movimento para a mobilização das bases. Pode-se afirmar que em 2009 foi a primeira fase do Movimento, “que nasceu de ações de rua e depois foi tomando a estratégia de negociação nos gabinetes”, como afirma Karla. Nesta primeira fase notou-se a partir dos relatos, que ocorreram mais ações diretas (em uma configuração mais tradicionais de mobilização). É importante destacar que essas ações diretas acabaram sendo deixadas de lado, mesmo que inconscientemente, pelo Movimento devido a estratégia de negociação com as entidades governamentais.

As ações diretas estiveram presentes com ápices nos anos de 2009 e 2014. Em 2009 a 2013 destaca-se o PL 388 e seus diversos desdobramentos. Em 2013 as diversas manifestações devido ao cenário nacional onde ocorreram diversas manifestações, em especial sobre o descontentamento com a Copa do Mundo no Brasil e outras pautas locais (essas manifestações foram denominadas Jornadas de Julho). Em 2014, os membros do movimento também participaram manifestações de rua e eventos de discussão devido ao megaevento. Nesse período o Movimento tinha como aliado o Comitê Popular da Copa que

¹⁴ questionei a moradora se ela achava que um dos motivos de maior número de moradores não participarem das reuniões do IAB por conta de ser um lugar de pessoas mais privilegiadas, pessoas brancas e com maior nível de instrução.

tinha em um de seus objetivos relatar e auxiliar as comunidades que sofrem tentativa de remoção por conta do megaevento. Em 2015, o Comitê lançou um Dossiê referente a suas articulações, citando inclusive relatos sobre o Morro Santa Teresa.

Sobre o funcionamento interno deste Movimento, alguns elementos importantes ditos nas entrevistas pode ser observado durante uma das reuniões: a tentativa de consenso. Tanto os moradores da comunidades participantes do movimento quanto os não moradores tiveram iguais oportunidades de intervenção e defesa de seu posicionamento.

4.2.1 As diferentes fases da luta: a relação com os governos balizando o movimento

Após a derrubada do PL 388 pode-se afirmar que o Movimento deu início a sua segunda fase. Ao conseguirem o direito de permanência no local, que nas palavras de Lucimar foi a maior conquista do Movimento, era necessário que se montasse um grupo para sanar as outras demandas. Assim nesta segunda fase viu-se a necessidade de ampliação desta rede de apoiadores e a formação de um grupo técnico para as negociações com o governo. Desta forma, reduziu-se as ações diretas no modelo tradicional (no formato de passeatas e protestos) e iniciou-se a fase de negociação com os entes estatais. O Movimento passou a tencionar os atores políticos através de meios judiciais e proposição de políticas públicas. Nesta época iniciou-se o levantamento socioeconômico da comunidade e o zoneamento do Morro. Houve certo distanciamento das ações de rua neste período, contudo, elas estiveram presentes devido aos transtornos do megaevento Copa do Mundo, como dito anteriormente, e as relações estabelecidas por conta disso. No período da Copa, o Movimento recebeu auxílio de estrangeiros que vieram até o Brasil, como França, Alemanha e Estados Unidos. Orley destaca o maior número de apoiadores franceses nesse período.

Passando o período do jogos da Copa do Mundo em 2014, pode-se dizer que o Movimento deu início a uma terceira fase de articulação. O Movimento, prosseguiu ativamente com o controle e o monitoramento do levantamento socioeconômico e do zoneamento realizados pela gestão anterior. Para melhor visualização das fases de articulação

interna do Movimento, segue abaixo quadro que refere-se fases ou ciclos internos deste movimento que puderam ser observados.

Figura 5.1. Quadro fases de articulação do Movimento

Primeira fase:	Segunda Fase:	Terceira fase:
<p>Mobilização inicial. Articulação tradicional (MST e Levante da Juventude). É possível notar que os fatores estratégias de mobilização, relação governamental e especulação imobiliária estão direta relacionados. Além disso, soma-se a este três fatores a mídia local que exerce uma relação direta e indireta naquele local.</p>	<p>Após a derrubada do PL 388 e durante o governo Tarso o Movimento deu início a sua segunda fase, caracterizada anteriormente, houve a ampliação desta rede de apoiadores e a formação de um grupo técnico para as negociações com o governo. É importante destacar que esta fase diferencia-se da anterior pois são reduzidas as ações diretas no modelo tradicional (no formato de passeatas e protestos). Reduziram-se, mas ainda estavam presentes devido às redes estabelecidas e as manifestações da Jornadas de Julho de 2013, do 15M em 2014 e dos transtornos originados pelos jogos da Copa do Mundo. Contudo é nesta fase que o Movimento passou a “sentar-se no gabinete”, ou seja, negociações com agentes do Estado.</p>	<p>Finalizado o período da Copa do Mundo e dando início a gestão de Ivo Sartori iniciou-se a terceira fase de articulação do Movimento. Aqui, prosseguiu-se ativamente com o controle e o monitoramento do levantamento socioeconômico e do zoneamento realizados na gestão Tarso. Até o presente momento o Movimento não retomou de fato ações diretas no perfil mais tradicional, contudo, permanece realizando ações de caráter mobilizador e pedagógico junto às comunidades e sua rede de apoiadores.</p>

Fonte: elaborado pela autora

Com base nas entrevistas foi possível caracterizar as fases do Movimento, delimitadas no ponto anterior, bem como a mudanças nas estratégias tomadas pelo mesmo em cada uma das gestões. Este ponto tem como objetivo caracterizar sinteticamente o histórico das ações e os principais momentos do Movimento junto as três últimas gestões do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Para a melhor visualização dos acontecimentos foi elaborado um quadro datado pelas gestões dos governos Yeda, Tarso e Sartori.

Figura 5.2 Quadro sobre as articulações e principais conquistas do Movimento durante as gestões

Governo Yeda Crusius (2007 - 2010)	Governo Tarso Genro (2011-2014)	Governo José Ivo Sartori (2015 - atual)
<ul style="list-style-type: none"> ● 2009: apresentação do PL 388 que permite alienar ou permutar imóvel situado no Município de Porto Alegre; ● mobilização de base nas comunidades do Morro Santa Teresa. Auxílio do MST, Levante da Juventude e SENGE. ● 2010: retirada do PL 388/2009, devido a pressão popular. Movimento se articulou e buscou apoio dos deputados para votarem contra o PL. 	<ul style="list-style-type: none"> ● 2011: Articulação em rede: lideranças comunitárias e apoiadores. Formação de núcleo operativo; ● 2012: Instituição, por decreto, do Grupo de Trabalho (GT) que viria assumir apenas na gestão Sartori; ● 2013: Aprovação da Lei Complementar nº 717, elaborada coletivamente e apresentada pela vereadora Sofia Cavedon, que institui no município de Porto Alegre o Morro como Área Especial de Interesse Ambiental (AEIS); ● 2014: Copa do Mundo: câmeras controle de circulação; ● Estudos de levantamento socioeconômico nas comunidades e zoneamento do Morro; ● Início do projeto de instalação de luz pela CEEE, a partir dos dados iniciados sobre as condições socioeconômicas e zoneamento. 	<ul style="list-style-type: none"> ● 2015: Regularização da rede elétrica nas comunidades Gaúcha e União; ● 2016: (14 de março) Posse do GT; ● 2016: (29 de março) suspensão do GT; ● 2016: (21 de junho) retomada do GT, com exclusão da participação do Movimento.

Fonte: elaboração da autora.

Estas fases mostram de forma breve e sintética as relacionadas ao Movimento em conjunto ou reativas pelos entes estatais. Aqui podemos observar que o movimento atua conforme as oportunidades políticas do cenário que está inserido. Um dos tensionamentos longínquos da área onde se encontra o Santa Teresa possui a demanda de regularização da área gerada de forma mais incisiva pelo projeto de privatização /alienação da área da FASE. Pode-se notar o que Tarrow ressalta sobre o confronto político. Segundo o autor, este “surge como uma reação nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos; materiais e ideológicos.” Um segundo elemento de oportunidade surge durante o governo Tarso durante a Copa do Mundo, pessoas de todo o mundo estiveram presentes no em Porto Alegre durante o período dos jogos. Neste momento ocorreu o surgimento de apoiadores dos mais variados lugares gerando assim a captação de apoiadores e de recursos para a disseminação das pautas e dos acontecimentos acarretados pela recepção do megaevento. Esse é um elemento central na teoria trazida Tarrow: encorajamento para embates diretos.

No que diz respeito às relações do Movimento com as gestões governamentais, as entrevistadas pontuaram que dentre as gestões a que mais avançou e abriu diálogo com o movimento foi a do Governador Tarso Genro. Contudo, segundo as entrevistadas, uma das avaliações do Movimento é de que esse avanço e esse diálogo não foram satisfatórios apresentando ao longo das gestões um grande desgaste. Como pode ser notado no quadro acima no Governo de Ivo Sartori realizou-se a regularização da rede elétrica nas comunidades e ocorreu a posse do GT. O GT dias após sua posse formal viria dias depois a ser suspenso, sendo retomado meses depois sem a participação do Movimento.

4.3. Conflitos urbanos e papel da mídia

Como dito ao longo desta pesquisa, a mídia diversas vezes voltou suas lentes para esta localidade. Conforme afirmado por Sofia a mídia, mesmo que não intencionalmente, tem prestado um desserviço para esta comunidade. Karla, Lucimar e Orley ressaltaram o fato da violência, onde não se nega que ela esteja presente no local - assim como em toda a cidade de Porto Alegre - e estabelece suas próprias dinâmicas. Contudo, a mídia local estabelece seu enfoque nas questões de violência da comunidade, não chamando-as nem sequer pelo nome,

citando os exemplos de nomenclatura “buraco quente” ou “Morro do Medo” ao citar estas comunidades. Estas questões vão de encontro a chamada criminalização das regiões de periferia e dos movimentos sociais. No caso do Morro Santa Teresa enfocava-se na marginalidade e índice de violência no local sem a consideração dos demais moradores que não fazem parte desse local: “São trabalhadores”, afirmam em entrevista.

Ao se referirem a mídia gaúcha, relatou-se que esta está diretamente ligada aos interesses de outras grandes corporações, como as empreiteiras, o que relaciona-se a especulação imobiliária. Lucimar aponta que o Morro Santa Teresa está no meio de regiões valorizadas pelo setor imobiliário - citando o bairro Menino Deus, museu Iberê Camargo, Orla do Guaíba, Estádio Clube Internacional - aumentando o risco de pressão por parte do setor a população. Segundo a geóloga, integrante do Observatório das Metrôpoles e que acompanha o processo de remoções por todo o Brasil, é muito comum pessoas ricas (citando o exemplo do bairros Moinhos de Vento) ocuparem bairros de pessoas pobres, pois elas vão empurrando os pobres para outros lugares e não ao contrário. Os pobres vão para cada vez mais longe, como por exemplo o bairro Restinga na periferia de Porto Alegre.

4.3 Gestão da cidade e Movimento: Relação do Morro Santa Teresa e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre

Para as diversas vitórias do Movimento foi imprescindível que o mesmo estivesse coberto pelas diversas leis que asseguram o direito de permanência das famílias e a preservação ambiental do local. Para isso, foi fundamental o conhecimento e a presença do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), bem como dos demais aparatos legais que garantiram o prevalência dos direitos fundamentais.

Este documento é oriundo de um período marcado de forte participação dos movimentos sociais na tomada de decisão em âmbito local, o PDDUA é o resultado de diversas discussões ocorridas no I Congresso da Cidade, realizado em Porto Alegre /RS, em 1993 (PMPA, 2016). Segundo o site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA, 2016), notou-se a necessidade de reformular a legislação urbanística do município, pois foi apontada

como prioritária pela população, tendo em vista que o Plano em vigor era de 1979, e estava defasado e não acompanhava a dinâmica da cidade (PMPA, 2016).

Os estudos para atualização do PDDUA iniciaram-se em 1995, quando a população pode participar diretamente das discussões através de grupos de trabalho (GTs). No final de 1995 ocorreu o II Congresso da Cidade, onde foram acertadas as bases do novo Plano (PMPA, 2016). Contudo, foi apenas em 1999 – depois de ter passado por outra série de acertos e discussões - que o Plano teve sua edição final e foi devidamente aprovado nas instâncias do município.

O Plano busca um desenvolvimento sustentável, dessa maneira todos os setores da sociedade envolvidos com sua finalidade participaram de suas adaptações que vai de encontro aos diversos interesses da população, buscando e respeitando o equilíbrio entre desenvolvimento, sustentabilidade e inclusão social (CAVALHEIRO; MUELLER, 2014).

Na primeira parte do PDDUA, referente ao desenvolvimento urbano ambiental, o Plano garante:

- Gestão democrática, por meio da participação da população e das associações representativas;
- Promoção da qualidade de vida e do ambiente, reduzindo as desigualdades e a exclusão social;
- Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda; entre outros.

A partir disso, pode-se associar o Plano com a já citada Lei Complementar nº 717/2013 que instituiu a área do Morro Santa Teresa como área especial de proteção ambiental, cultural e interesse social.

O capítulo IV do PDDUA, referente a Qualificação Ambiental, explícita no artigo 13. que a estratégia de qualificação ambiental. Segundo o documento o objetivo geral é:

qualificar o território municipal, através da valorização do Patrimônio Ambiental, promovendo suas potencialidades e garantindo sua perpetuação, e da superação dos conflitos referentes à poluição e degradação do meio ambiente, saneamento e desperdício energético.”

No que diz respeito a “Produção da Cidade”, o capítulo VI do PDDUA esclarece através do artigo 21 que pode-se entender que esta estratégia tem por objetivo a capacitação

do Município para seu desenvolvimento, mas sem deixar de incorporar as oportunidades empresariais aos interesses do desenvolvimento urbano. Após, no mesmo artigo, é exposto um rol de incisos que visam a efetividade dessa estratégia, como, por exemplo, através:

- Da promoção, por parte do Município, de oportunidades empresariais para o desenvolvimento urbano (inciso I);
- Da implementação de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o Município para a produção pública de Habitação de Interesse Social (HIS) (inciso III);
- da implementação de uma política habitacional para as populações de baixa e média renda, com incentivos e estímulos à produção de habitação (inciso IV);
- da implementação de políticas de incentivo ao desenvolvimento harmônico visando à equidade de ocupação e uso da infraestrutura urbana disponível (inciso V);

Apesar de estar explícito no inciso I - e no *caput* do artigo, nos quais foi mencionado a ideia de desenvolvimento *econômico* - as oportunidades empresariais são citadas fazendo alusão à importância deste fato (neste ponto relembro que existem projetos sobre Morro Santa Teresa que visam o “desenvolvimento econômico” com base na especulação imobiliária, retirando os atuais moradores a fim de desenvolver atividades lucrativas na região). Porém, os incisos III, IV e V citam tanto o desenvolvimento *harmônico*, quanto uma política habitacional para a população de baixa renda – que é exatamente o caso dos moradores Morro Santa Teresa. Cabe aqui ressaltar uma das diretrizes citadas para a implementação da política habitacional de interesse social: “a produção de padrões habitacionais adequados que atendam às necessidades básicas de habitabilidade, garantido os desempenhos técnico, econômico, humano, simbólico, social e ambiental” (PDDUA, p. 36). No entanto, nenhuma das Leis que visavam (ou visam, pontuando a atualidade do caso) retirar os moradores do Morro mencionava um novo local de habitação ou qualquer outra coisa, senão a “venda do morro”.

Além das questões levantadas até o momento, tem-se o fato da revitalização que tem impacto direto na ênfase ambiental do Morro Santa Teresa. O que consta no Plano

Diretor é que como fora instituído um interesse de proteção ambiental, o Morro deve ter uma preservação permanente, conservação e corredores ecológicos (cada item com sua peculiaridade).

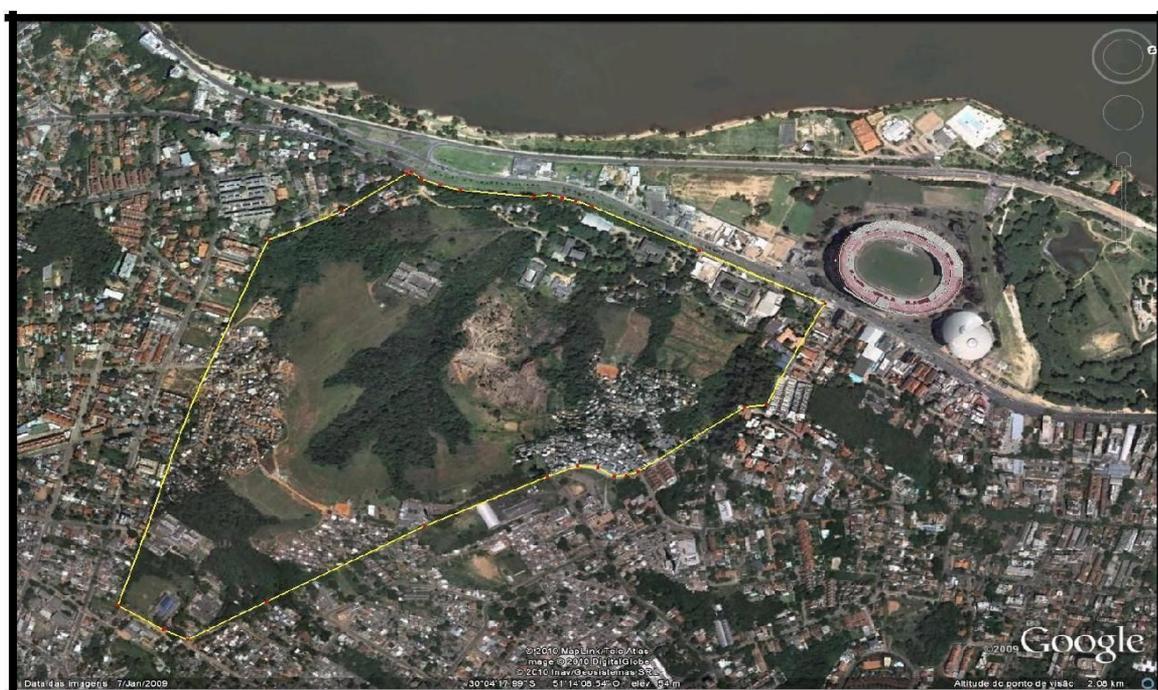
A fim de complementar o referido até agora, pode-se citar o Estatuto das Cidades no qual traz em seu texto instrumento de usucapião especial para imóveis urbanos no qual decorre que os moradores serão ditos proprietários de imóveis de até duzentos e cinquenta metros quadrados em que residem por mais de cinco anos ininterruptos. Conforme dados levantados os moradores do Morro Santa Teresa vivem há mais tempo que o requisitado no Estatuto das cidades - muitos deles morando há mais de 50 anos no local e as residências vão sendo herdadas pelos devidos familiares- sendo de devido direito a permanência de suas residências. Ainda conforme o Estatuto das Cidades, é garantida a iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano para assegurar o pleno exercício de cidadania.

Dessa forma, o movimento O Morro é Nosso tem total suporte do Estatuto das Cidades, bem como as garantias que lhes foram concedidas pela Lei Complementar 717/2013 visando o exposto neste item referente ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA).

Mesmo amparado por mecanismos legais como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) e o Estatuto das Cidades, o Morro Santa Teresa não ficou isento dos olhares especulativos. Em 2010, Clarice Misoczky e Maria Ceci Misoczky construíram um artigo relatando o impacto sobre as questões urbanísticas e ambientais na região e a importância do Movimento frente a estas questões. Assim como as autoras, este trabalho considera o megaevento Copa do Mundo FIFA 2014 com um capítulo importante para tratar desse assunto, não só pela proximidade do Estádio Beira-Rio, local onde ocorreram os jogos no Rio Grande do Sul e as principais obras na cidade, mas, também porque o mesmo foi o fator ápice das articulações do Movimento. Mesmo que os conflitos na

região sejam oriundos de anos anteriores ao megaevento. Abaixo imagens do morro ao lado do Estádio.

Figura 6. Área total do Morro Santa Teresa, Porto Alegre – RS.



Fonte: Google Maps

As informações apresentadas no artigo são baseadas em entrevistas, observação, documentos e site da internet, o mesmo que utilizamos para posteriormente analisar o que mudou desde 2010 até a véspera da realização do mundial na capital gaúcha.

Primeiramente é necessário relembrar que grande parte da área do Morro Santa Teresa pertence ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Lá o Governo possui seis sedes da extinta Febem, atual Fase, como já foi mencionado. Outro grande fator importante para a preservação do Morro é a questão ambiental. Parte do Morro é de preservação ambiental e

outra parte de Preservação Permanente. O argumento básico citado no artigo de Clarice Misoczky e Maria Ceci Misoczky (2010) é que em relação ao meio ambiente o Morro Santa Teresa, possui uma das últimas áreas nativas e a fauna, assim como, a flora da região que devem ser preservados.

As autoras relatam que em 2010 aproximadamente quatro mil famílias viviam no Morro, distribuídas em comunidades: Vila Gaúcha, Figueira, Ecológica, Padre Cacique e Grande Cruzeiro. A Vila Cruzeiro que faz divisa com o Morro Santa Tereza, tem aproximadamente 65 mil moradores. O tráfico de drogas é um elemento presente na região, e não raramente explorado pela mídia local, demonstra sua faceta mais temível, os tiroteios em plena luz do dia e toque de recolher.

Referente a Copa do Mundo, em 2010 havia promessas de muitas obras em todas as cidades sedes dos jogos, principalmente de infra-estrutura. Promessas essas que em 2016 não foram cumpridas e muitas destas prosseguem inacabadas. Na capital gaúcha muitas obras ainda não saíram do papel, como por exemplo, o metrô e a ampliação do aeroporto. Em relação ao entorno do Estádio Beira-Rio o projeto era a imagem a seguir em 2010:

Figura 7. Projeto para a orla do Guaíba para a Copa do Mundo de 2014.



Fonte: http://s.glbimg.com/es/ge/f/620x349/2011/08/16/giganteparasempre_14.jpg, acesso em 18 de maio de 2014.

Figura 8. Projeto para a orla do Guaíba para a Copa do Mundo de 2014 (2).



acesso em 18 de maio de 2014.

Nas duas imagens o Morro Santa Teresa aparece ao fundo. A Copa do Mundo deveria, de fato, ter trazido as comunidades do Morro alguma melhoria em sua estrutura de vida o que não ocorreu.

Segundo entrevistadas, uma das maiores conquistas do Movimento o Morro é Nosso, de fato, ocorreu com a aprovação da Lei Complementar nº 717/2013. Essa lei, elaborada coletivamente e apresentada pela Vereadora Sofia Cavedon, institui Área Especial de Interesse Ambiental sobre área do Morro de Santa Tereza, com identificação de Área de Proteção do Ambiente Natural, de Área de Interesse Cultural, bem como institui Área Especial de Interesse Social, e dá outras providências. A aprovação desta lei é considerada uma conquista, pois ela grava o Morro como uma área especial, solidificando o que o movimento defende: as moradias, o parque ambiental e as casas da FASE. Essa lei fortaleceu os argumentos do Movimento sobre as pautas locais e foi a partir dela que tornaram-se possíveis algumas melhorias para a comunidade relacionadas ao governo estadual e municipal.

Figura 8. Mapa com as delimitações para cada área da Lei Complementar 717/2013.

A Lei determina que:

Art. 4º São Diretrizes específicas para uso e ocupação do solo do Morro Santa Teresa:

II. Nas áreas de interesse social:

- a) o reconhecimento e a garantia do direito à moradia das famílias ocupantes nas terras localizadas nas Áreas Especiais de Interesse Social do Morro Santa Teresa, através da Concessão de usos Especial para fins de Moradia, individual e coletiva, de acordo com a Medida Provisória 2.220 de 2001;
- b) o reconhecimento do direito ao exercício de atividade produtivas nas áreas objeto de Concessão desde que vinculadas à moradia ou estabelecimentos identificados no levantamento topográfico realizado pelo Estado do Rio Grande do Sul.
- c) a promoção da regularização fundiária, urbanística, jurídica e social, com a manutenção das moradias existentes, respeitados os princípios de habitabilidade, com o respeito aos usos e formas de ocupação territorial existentes, com a ampla participação das comunidades em todas as etapas do processo.
- d) a garantia de reassentamento na própria área na hipótese da necessidade de deslocamento de famílias decorrente do processo de qualificação urbana das áreas objetos de regularização fundiária do Morro Santa Teresa;
- e) o estabelecimento de políticas sociais que promovam a qualidade de vida e a manutenção da população nas áreas regularizadas.

O Art. 4º deixa claro que está reconhecido e assegurado aos moradores o seu direito de moradia pelo qual o Movimento luta. Além disso explicita no Art. 6º quais são os nomes das vilas que estão inclusas no Programa de Regularização Fundiária, conforme:

Art. 6º. Fica instituída a Área Especial de Interesse Social na categoria AEIS I, nos termos do artigo 78, inciso I da Lei Complementar 434/99, os seguintes núcleos habitacionais integrantes do Programa de Regularização Fundiária desenvolvido pela Secretaria de Habitação e Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul, conforme delimitação constante do anexo I desta lei:

- a) Vila Gaúcha;
- b) Vila Ecológica;
- c) Vila União Santa Teresa;
- d) Vila Prisma;
- e) Vila Padre Cacique

O parágrafo 3º do Art. 6º da Lei Complementar nº 717/2013 deixa claro uma das principais conquistas dos moradores do Morro:

O projeto urbanístico deverá ser desenvolvido com a participação ampla das comunidades afetadas, restringindo a ocupação às unidades habitacionais e famílias existentes, priorizando a permanência dos moradores nas áreas objeto de regularização fundiária, bem como compatibilizando a ocupação com a preservação ambiental e cultural.

Sendo assim, desde a sua criação até o presente momento o principal êxito do Movimento deu-se através da Lei Complementar nº 717 de 2013. O Movimento após essa importante vitória continua ativo e atuante, e realiza atividades em prol do Morro. São exemplos disso as caminhadas festivas, assembleias, GT sobre a regularização fundiária, passeatas e também a Carta de Intenções do Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa Pró Parque Santa Teresa, que contém uma série de princípios e ações do Movimento.

5 Considerações finais: O Morro desceu e o tema do enredo foi direito à cidade

*“O dia em que o morro descer e não for carnaval
ninguém vai ficar pra assistir o desfile final.
(...)o tema do enredo vai ser a cidade partida
no dia em que o couro comer na avenida
se o morro descer e não for carnaval
O povo virá de cortiço, alagado e favela
mostrando a miséria sobre a passarela
sem a fantasia que sai no jornal”*

Wilson das Neves - O dia em que o morro descer e não for carnaval

Uma das hipóteses que motivaram a construção dessa pesquisa foi a de que o Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa (O Morro é Nosso) resiste a um conflito de interesses oriundos principalmente da especulação imobiliária e fortalecido por elementos relacionados a mídia, seja enfatizando a violência do local seja pelo interesse imobiliário.. A segunda hipótese era de que, por vezes, o Estado acaba se tornando um ator que representa um dos agentes de conflito.

Inicialmente é necessário que tenhamos em mente que a cidade é um espaço socialmente constituído e que as dinâmicas desses espaços nos dizem muito sobre o funcionamento de determinado território. Conforme Lefebvre (2008) o espaço “vivido” nunca é neutro ou puro. Assim, a construção das cidades diz muito sobre a história de determinados locais e explica as tomadas de decisões e as relações a partir desses contextos. A construção de Porto Alegre bem como é o caso de outras capitais não fugiria desta questão.

Indo de encontro com o referencial trazido por David Harvey (2013) “saber que tipo de cidade queremos é uma questão que não pode ser dissociada de saber que tipo de vínculos sociais, relacionamentos com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos nós desejamos”. O Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa surge exatamente dessa demanda: pautar o modelo que estava sendo proposto através da alienação do território da FASE. Território que para o Estado representava um patrimônio público, mas para os habitantes daquele local representava seu lugar de moradia e expressão de seus vínculos sociais. Afinal, diversas famílias ocupam aquele local a mais de 50 anos.

Milton Santos (1996, p. 88) afirma que “quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor”. A afirmação de Santos (1996) vai de encontro a um dos possíveis motivos para a venda do território da FASE, sendo este a proposição de um novo valor para determinado local. Conforme as especulações e aos projetos concretos para a área, propunha-se a retirada das famílias daquele local para a construção de condomínios de luxo, ou ainda, um centro esportivo. O que alteraria drasticamente o valor e as relações estabelecidas naquele local.

É importante destacar que nesta pesquisa se identificou que foram dois momentos que a pauta da privatização da área do Morro Santa Teresa esteve presente de maneira mais intensa no Movimento: Em 2009 e 2016. Sendo que em 2009 foi o fato gerador de mobilização dos atores e atrizes deste Movimento. Como apontado na apresentação dos dados, em 2009 iniciou-se a primeira fase do Movimento caracterizando-se pela mobilização das bases, com ações diretas e pela busca de apoiadores.

Em primeira instância os moradores daquela localidade buscavam o direito de permanência naquele local e a melhoria em suas condições de moradia. Em outras palavras, os moradores do Morro Santa Teresa buscaram através da derrubada do PL 388 o direito à cidade. Segundo Harvey (2013) “o direito à cidade trata-se de um direito a um bem comum e não individual, assim, a transformação do mesmo sugere que haja o “exercício do poder coletivo”. Ao questionar sobre as alterações que o poder público vislumbrava para aquele local e ao reivindicar o direito de influir sobre aquele local os moradores do Morro Santa Teresa iniciaram o processo de resistência pela permanência no local e sobre as decisões tomadas sobre aquele território. Ou seja, eles reivindicavam pelo direito à cidade e

tencionavam o Estado para a tomada de decisão, criando-se assim uma atmosfera de conflito entre Estado e Sociedade.

Tarrow (2009) afirma que as pessoas “se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas”, assim, utilizando-se de estratégias de mobilização coletiva. No caso deste Movimento, o estopim para esse engajamento foi a tentativa real de privatização da área. Conforme relatos e levantamento histórico, aquela região já possuía uma série de conflitos, mesmo que não fossem destacados fortemente, ligados ao fato de que ali residem “pessoas muito pobres em uma região muito valorizada”. Aquela região, como lembrado pela geógrafa Lucimar Siqueira, está no meio de regiões valorizadas pelo mercado imobiliário, contudo, até aquele Momento não haviam se manifestado de forma que alterasse os padrões impostos naquela região.

Nesta primeira fase do Movimento, caracterizada anteriormente, é possível observar o fenômeno trazido por Tarrow (2009) que é a criação de uma identidade e a criação dos laços de confiança. Tarrow (2009) aponta que a coordenação da ação coletiva depende da confiança e da cooperação gerada entre os participantes por meio de entendimentos e identidades compartilhados (p. 40). É neste momento que diversas pessoas e entidades “abraçaram o Morro”, citando a expressão utilizada por Sofia Cavedon ao falar sobre as entidades que apoiam este movimento.

Conforme os dados coletados, esse Movimento possui a peculiaridade de reunir, além dos moradores, um grande número de apoiadores, dentre eles urbanistas, ambientalistas e sindicalistas. Todos esses formando uma grande rede em prol de uma pauta coletiva: defesa do Morro Santa Teresa. Compondo, assim, um corpo que monta suas estratégias em torno de três eixos: ambiental, social e cultural. Este “corpo” formado por diversas entidades adota uma identidade coletiva a fim de fortalecer um objetivo comum. Assim, podemos dizer que ao criar essa identidade coletiva esquece-se o “eu” e começa-se a trabalhar com o discurso do “nós”, caracterizando-se o pertencimento de todos que compõem esse grupo. A partir dos discursos das entrevistadas notou-se o caráter de pertencimento daquele grupo (por parte das entidades de apoio), não referindo-se ao coletivo como eles, mas sim, como nós.

É importante destacar que uma das características desse Movimento é sua visível configuração de rede que vai muito além dos moradores do bairro e suas lideranças. Esta configuração vai de encontro ao conceito refletido por Ilse Scherer-Warrer (2006) ao falar sobre rede de movimentos sociais. Segundo Scherer-Warrer (2006, p. 113) “esta [rede]

pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas”.

A construção desta rede resultou o que chamou-se de “núcleo operativo”, formado pelas lideranças das comunidades e pelo corpo de entidades mais atuantes (SENGE, CDES, AGB, IAB) nas pautas do movimento. Este núcleo detém o poder decisório, em primeira instância, e trabalha para o alcance das pautas. Realizando encontros periódicos e delimitando estratégias. Assim, pode-se identificar o processo de *framing*, retomado por Misoczky, Flores e Silva (2008, p. 7), como “esforços estratégicos conscientes de um grupo de pessoas para modelar entendimentos compartilhados, do mundo e de si mesmos, que legitimam e motivam a ação coletiva”.

Outro fator importante é o formato de decisão nas comunidades, que ao mesmo tempo se entrelaçam e são autônomas ao movimento. Pois, cabe às lideranças das comunidades realizarem suas atividades, que podem ser apoiadas pelo Movimento, e trazerem as demandas de suas bases para dentro do Movimento. É de responsabilidade das lideranças comunitárias realizar suas assembleias e delimitar o que pode ser uma luta em conjunto com o movimento, como é o caso de algumas das necessidades emergenciais da comunidade, como a regularização da energia elétrica.

Como dito anteriormente, o estopim do conflito - e ponto originário do Movimento O Morro é Nosso - deu-se a partir da notícia de que a governadora Yeda Crusius em 2009 apresentou o Projeto de Lei (PL) 388 que previa a alienação do território da FASE. Iniciou-se assim a primeira fase do Movimento e seu período de mobilização inicial. É possível notar que os fatores estratégias de mobilização, relação governamental e especulação imobiliária estão direta relacionados. Além disso, soma-se a este três fatores a mídia local que exerce uma relação direta e indireta naquele local. De forma direta pelo fato de existirem antenas de canais de rádio e televisão no local, e indireta, porque salientam as questões de violência no local, marginalizando aquelas comunidades e uma delas estaria ligada a empreiteiras. Intencionalmente, ou não, a mídia local presta um desserviço que deslegitima os moradores daquela região aumentando a atmosfera de exclusão dos pobres que habitam em um local central da cidade. Ao cabo das comunidades entrem com uma ação judicial contra o jornal Zero Hora para fins de retratação sobre as reportagens que divulgam o local como “Morro do Medo”.

Tarrow (2009) em sua teoria configura um movimento social quando estes se baseiam em densas redes sociais e estruturas conectivas e recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação, elas podem sustentar essas ações no conflito com opositores poderosos. No caso d'O Morro é Nosso, a formação das redes iniciou quando os moradores agregaram-se aos diversos apoiadores, como o MST e o Levante da Juventude. Historicamente, o MST está ligado às lutas pela posse de terra no Brasil, como pontuado no levantamento histórico das resistências. Este movimento possui experiência e longa caminhada de resistência e, conforme relatado por Orley, colaboraram para a formação das bases naquele primeiro período ápice. Como ação direta iniciou sua trajetória nas ruas.

Contudo, após a vitória inicial e a alteração de governo as estratégias de mobilização do Movimento alteraram-se. Em nível estadual, Tarso Genro assumiu o governo, que para o Movimento considerou-se uma conquista pelo fato de ser de uma base aliada, o Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo as entrevistadas e o quadro de ações e conquistas em âmbito governamental dentre as gestões esta foi a que mais foi aberta ao diálogo e teve mais avanços. Contudo, segundo as entrevistadas, uma das avaliações do Movimento é de que esse avanço e esse diálogo não foram satisfatórios apresentando ao longo das gestões um grande desgaste.

Após a derrubada do PL 388 e durante o governo Tarso o Movimento deu início a sua segunda fase, caracterizada anteriormente, houve a ampliação desta rede de apoiadores e a formação de um grupo técnico para as negociações com o governo. É importante destacar que esta fase diferencia-se da anterior pois são reduzidas as ações diretas no modelo tradicional (no formato de passeatas e protestos). Reduziram-se, mas ainda estavam presentes devido às redes estabelecidas e as manifestações da Jornadas de Julho de 2013, do 15M em 2014 e dos transtornos originados pelos jogos da Copa do Mundo. Contudo é nesta fase que o Movimento passou a “sentar-se no gabinete”, conforme entrevista de Karla Moroso. Aqui os tencionamentos aos atores políticos são realizados prioritariamente através do diálogo e mecanismos legais. Assim, avançaram-se em questões técnicas que se concretizaram na terceira fase do Movimento.

Finalizado o período da Copa do Mundo e dando início a gestão de Ivo Sartori iniciou-se a terceira fase de articulação do Movimento. Aqui, prosseguiu-se ativamente com o controle e o monitoramento do levantamento socioeconômico e do zoneamento realizados na gestão Tarso. Até o presente momento o Movimento não retomou de fato ações diretas no perfil mais tradicional, contudo, permanece realizando ações de caráter mobilizador e

pedagógico junto às comunidades e sua rede de apoiadores. Essas atividades de formato mobilizador-pedagógico dão-se pelas caminhadas e pelos seminários. Aqui existe uma reflexão coletiva dos membros do Movimento sobre a importância dessas atividades. Notou-se a partir da entrevista com a moradora e liderança local que em sua comunidade existe a expectativa e a avaliação de uma possível “retomada de base” em ações dentro da comunidade. Quanto a gestão de Ivo Sartori, como relatado anteriormente, iniciou-se com um processo de diálogo, mas que não se vem se concretizando ao longo de sua gestão. Nesta gestão ocorreu a posse do Grupo de Trabalho (GT), que dias depois foi suspenso, retornando formalmente em junho, mas com a retirada do Movimento do grupo articulador. Aqui é importante retomar que novamente o espectro da pauta privatização retornou a assombrar o Movimento devido a um novo PL que previa a privatização de áreas públicas. O que segundo os membros do Movimento foi um sinal de alerta para uma futura tentativa de privatização. O Movimento tentou ter acesso a lista completa e as discussões sobre as possíveis áreas para verificar se o terreno da FASE, ou qualquer área do território do Morro, estaria presente na listagem. Mas, não obtiveram sucesso.

Ao retomar as fases de mobilização e a relação com as gestões governamentais é possível identificar os ciclos dos movimentos sociais abordados por Sidney Tarrow. Conforme Tarrow (2009) estes movimentos possuem ciclos durante o período de oportunidades onde formam alianças concordantes as pautas do movimento social e também a reações das elites de oposição. Onde, conforme citado anteriormente, o autor aponta que, o agir coletivamente os coloca em redes políticas complexas, e assim, ao alcance do Estado (TARROW, 2009). O Estado, ou as forças governamentais reagem, por sua vez através de reformas, repressão ou uma combinação das duas. No caso do Morro Santa Teresa, o Estado agiu explicitamente de duas maneiras: 1) através de algumas reformas estabelecendo um certo nível de diálogo (governo Tarso e início do governo Sartori); 2) restringindo o diálogo estabelecido anteriormente e não explicitando de forma clara as medidas que seriam tomadas para aquela região. Pode-se dizer que existe uma omissão de posicionamento claro para os projetos futuros para a área da FASE, abrindo-se assim novamente a discussão da privatização da área da FASE e a atenção da especulação imobiliária.

Assim, nota-se que o Movimento está em uma fase de avaliação de suas estratégias perante o período político atual fortalecendo-se internamente, no que diz respeito ao seu

núcleo operativo, e quiçá junto a sua rede maior, ao convocar uma nova atividade de caminhada. Avalia-se internamente no Movimento como e quais serão os próximos passos diante a atual conjuntura a fim de cumprir as “metas”/diretrizes estabelecidas em torno de seus três eixos de atuação: social (através da regularização fundiária), preservação ambiental (delimitação do parque que contempla a preservação do bioma nativo) e o resgate cultural (através do patrimônio histórico daquela região). Assim, nota-se que este Movimento tenta resistir ao cenário imposto atualmente e a um possível retrocesso dos avanços até aqui alcançados, mesmo estando amparados legalmente pelas mecanismos explicitados ao longo desta pesquisa.

Ademais, quanto a coleta de dados, a realização das entrevistas foram extremamente importantes. Das 9 pessoas contatadas obtive retorno de 8, sendo que a única pessoa que não consegui contato estava com problemas em seus meios de comunicação no tempo hábil da pesquisa. No que se refere às outras pessoas obtive retorno, contudo, não em tempo hábil para a construção da análise desta pesquisa.

Por fim, espera-se que esta pesquisa colabore para o estudo dos movimentos sociais, em especial, para a área de Administração Pública e Social tratando-se de um trabalho que retrata as relações entre Estado e Sociedade. E além disso, espera-se que este trabalho, mesmo que de forma sutil e limitada, represente a construção de conhecimento no campo acadêmico, mas mais do que isso, seja um retorno político e analítico da construção das lutas sociais urbanas, em especial da cidade de Porto Alegre. Pois, volta-se a apresentação da classe popular e periférica que, utilizando da expressão usada por Sofia Cavedon, une-se em certa medida com a classe média organizada.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. **As teorias dos Movimentos sociais: um balanço do debate.** Lua nova. São Paulo. 2009.

BITTENCOURTE, Priscila. **Lomba do Pinheiro reduz em 54% índice de homicídios.** Prefeitura de Porto Alegre. 2013. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=160957&LOMBA+DO+PINHEIRO+REDUZ+EM+54%+INDÍCE+DE+HOMICÍDIOS> Acesso em: 03 de setembro de 2015.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 388/2009.** Porto Alegre-RS, 2009. Disponível em: <http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20091218-01-100234/EX20091218-01-100234-PL-388-2009.pdf>. Acesso em 24 de agosto de 2015.

CAVALHEIRO, Ana Danielle S. Mueller, Carla. **O Morro é nosso: um exemplo de movimento social em prol de moradia, direitos sociais, proteção ambiental e interesse cultural.** Redpilares. Porto Alegre, 2014 (Anais de evento).

CAVEDON, Sofia. **O Morro Santa Teresa é Nosso! - Lei Complementar nº 717/2013.** 2013. Disponível em: <<http://sofiacavedonpt.blogspot.com.br/2013/08/o-morro-santa-teresa-e-nosso-lei.html>> Acesso em: 30 de novembro de 2015.

CDES - CENTRO DE DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. **Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa.** 2012. Disponível em:

<<http://www.cdes.org.br/index.php/features-mainmenu-47/noticias/8-news/latest-news/267-ggmovimento-em-defesa-do-morro-santa-teresa>>. Acesso em 24 de agosto de 2015.

CIRCULAÇÃO de ônibus no morro Santa Tereza não tem previsão. O Sul. Porto Alegre - RS. 2015. Disponível em: <<http://www.osul.com.br/circulacao-de-onibus-no-morro-santa-tereza-nao-tem-previsao/>> Acesso em: 09 de setembro de 2015.

COSTA, José Luís da. **Crimes e medo marcam rotina no Morro Santa Tereza, na Capital.** Zero Hora. Porto Alegre-RS. 2015. Disponível: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/09/crimes-e-medo-marcam-rotina-no-morro-santa-tereza-na-capital-4851307.html>> Acesso em: 20 de outubro de 2015.

CPC /POA - COMITÊ Popular da Copa POA. **O MORRO é Nosso.** 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xIQZR4ucex4>> Acesso em: 21 de novembro de 2015.

CPC /POA - COMITÊ Popular da Copa POA. **Vila Dique Resiste! Moradores, com apoio do Comitê Popular da Copa, fazem mutirão de autoconhecimento para organizar a luta.** 2014. Disponível em: <<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/2014/03/vila-dique-resiste-moradores-com-apoio.html>> Acesso em: Janeiro de 2016.

COSTA, José Luís da. **O Morro do Medo.** 2015. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/especiais-zh/zh-morro-do-medo/index.html?utm_source=Redes%20Sociais&utm_medium=Hootsuite&utm_campaign=Hootsuite>. Acesso em: 04 de outubro de 2015.

FLORES, Rafael Kruter. **Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção sobre bem comum.** Tese de doutorado. Porto Alegre. 2015.

FOGLIATTO, Débora. **Líder comunitário refuta versão policial sobre morte no Santa Tereza e critica BM 'não nos respeitam'.** Sul21. 2015. Porto Alegre-RS. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/lider-comunitario-refuta-versao-policial-sobre-morte-no-santa-tereza-e-critica-bm-nao-nos-respeitam/>> Acesso em: 05 de setembro de 2015.

FRAGA, Rafaella. **Prefeitura inicia cadastro de veículos para circulação na área do Beira-Rio - notícias em Rio Grande do Sul.** G1 RS. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/05/prefeitura-inicia-cadastro-de-veiculos-para-circulacao-na-area-do-beira-rio.html>> Acesso em: 01 de setembro de 2015.
GERMANO, Iris Graciela; MENEGOTTO, Renato. **CORONEL APARICIO BORGES. HISTÓRIA DOS BAIRROS DE PORTO ALEGRE.**

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e lutas pela moradia.** Edições Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais : paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo : Loyola; c1997.

GONZATTO, Marcelo. **Projeto para área do Estaleiro prevê parque, cinema e torre comercial**. Zero Hora. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/03/projeto-para-area-do-estaleiro-preve-parque-cinema-e-torre-comercial-4725640.html>>. Acesso em: janeiro de 2016.

GOULART, Cristiano. **Depredações impedem instalação de câmeras no Território da Paz do Santa Tereza**. Porto Alegre-RS. Disponível em: <<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/depredacoes-impedem-instalacao-de-cameras-no-territorio-da-paz-do-santa-tereza-97661.html>> Acesso em: 26 de agosto de 2015.

GRUPO de pesquisa Organização e Práxis Libertadora. **Organização e Práxis Libertadora**. Farol. Belo Horizonte, n. 1, 2014.

IRION, Adriana. e Costa. José Luis. **Dois ônibus e um lotação são incendiados após morte de jovem no Morro Santa Tereza**. Zero Hora. Porto Alegre. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/09/dois-onibus-e-um-lotacao-sao-incendiado-s-apos-morte-de-jovem-no-morro-santa-tereza-4839626.html>> Acesso em: 03 de setembro de 2015.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. 1ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília. **A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil**. Psicol. Estud, v. 5, n. 1, p. 115-137, 2000.

MARINGONI, Gilberto. **O destino dos negros após a Abolição**. IPEA. São Paulo. 2011 . Ano 8 . Edição 70 - 29/12/2011 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23> Acesso em: agosto de 2016.

MARTINS, Cid. **Perícia aponta que jovem morto na Capital foi atingido nas costas**. ClickRBS. Porto Alegre. 2015. Disponível em: <<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/pericia-confirma-que-jovem-morto-no-morro-santa-tereza-foi-atingido-pelas-costas-146639.html>> Acesso em: 04 de setembro de 2015.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?**. Lua nova: Revista de Cultura e política, n. 17, p. 49-66, 1989.

MINBIOT, George. Bens comuns, antídotos para o Neoliberalismo. IHU -Unisinos. 2017. Disponível em:<<http://www.ihu.unisinos.br/563941-bens-comuns-antidoto-ao-neoliberalismo>>. Acesso em: janeiro de 2017.

MISOCZKY, Maria Ceci. MISOCZKY, Clarice. **O Morro É Nosso: a vitória de um movimento em luta por justiça social e ambiental**. ENANPG. Vitória, 2010. Disponível

em:<http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2010/2010_ENAPG278.pdf>
. Acesso em: setembro de 2016.

MISOCZKY, Maria Ceci. MORAES, Joysi. **Práticas organizacionais em escola de movimentos sociais**. Porto Alegre: DACASA Editora, 2011.

MISOCZKY, Maria Ceci Araújo; FLORES, Rafael Kruter; GOULART, Sueli. **Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? Cadernos Ebape. br, v. 6, n. 3, p. 1-14, 2008.**

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social**. Cortez Editora, 2010.

MOVIMENTO Em Defesa do Morro Santa Teresa. **Andamento da instalação de luz na Vila União**. 2015. Disponível em:
<<https://morrosantateresa.wordpress.com/2015/09/03/andamento-da-instalacao-de-luz-na-vila-uniao/>>. Acesso em: 30 de setembro de 2015.

MOVIMENTO em Defesa do Morro Santa Teresa. **Carta Reivindicatória ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 2015. Disponível em:
<https://morrosantateresa.wordpress.com/2015/04/23/carta-reivindicatoria-ao-governador-do-estado-do-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: setembro 2015.

MOVIMENTO em Defesa do Morro Santa Teresa. **Folhetim o informativo das comunidades**. Porto Alegre, abril/2013. 1º ed. Disponível em:
https://morrosantateresa.files.wordpress.com/2014/06/folhetim_ed_1_final.pdf. Acesso em 28 de agosto de 2015.

MOVIMENTO em Defesa do Morro Santa Teresa. **Histórico após a derrubada do PL 388**. Porto Alegre-RS. 2014. Disponível em:
<<https://morrosantateresa.wordpress.com/2014/06/13/historico-apos-a-derrubada-do-pl-388/>>. Acesso em: 25 de setembro de 2015.

MOVIMENTO em Defesa do Morro Santa Teresa. **Posse do GT - Grupo de Trabalho Morro Santa Tereza**. Porto Alegre-RS. 2016a. Disponível em:
<<https://morrosantateresa.wordpress.com/2016/03/>>. Acesso em: outubro de 2016.

MOVIMENTO em Defesa do Morro Santa Teresa. **Comunidades e Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa participam de seminário promovido pela Defensoria Pública do Estado do RS**. Porto Alegre. 2016b. Disponível em:
<<https://morrosantateresa.wordpress.com/2016/04/06/comunidades-e-movimento-em-defesa-do-morro-santa-teresa-participam-de-seminario-promovido-pela-defensoria-publica-do-estado-do-rs/>>

MOVIMENTO em Defesa do Morro Santa Teresa. **Suspensão do GT para ampliação de composição**. Porto Alegre-RS. 2016c. Disponível em:
<<https://morrosantateresa.wordpress.com/2016/04/14/suspensao-do-gt-para-ampliacao-de-composicao/>>. Acesso em: outubro de 2016.

MOVIMENTO em Defesa do Morro Santa Teresa. **XI Caminhada no Morro Santa Teresa – Fotos.** Porto Alegre. 2015. Disponível em: <<https://morrosantateresa.wordpress.com/2015/05/29/219/>> Acesso em 05 de setembro de 2015.

MOVIMENTO em Defesa do Morro Santa Teresa organiza caminhada. Jornal Já. Porto Alegre. 2015. Disponível em: <<http://jornalja.com.br/movimento-em-defesa-do-morro-santa-tereza-organiza-caminhada/>> Acesso em: 05 de setembro de 2015.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Porto Alegre e as violações do Direito à Moradia.** Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=398%3Aporto-alegre-e-as-viola%C3%A7%C3%B5es-do-direito-%C3%A0-moradia&Itemid=164&lang=pt>. Última modificação em 17-10-2012 18:50:41. Acesso em: 7 de janeiro de 2016.

OLIVEIRA, Samir. **Movimento em defesa do Morro Santa Tereza celebra conquistas e cobra regularização fundiária.** Sul21. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/movimento-em-defesa-do-morro-santa-tereza-celebra-conquistas-e-cobra-regularizacao-fundiaria/>> Acesso em: Acesso em 09 de setembro de 2015.

OLIVEIRA, Samir. **Prefeitura de Porto Alegre inicia cadastro de veículos de moradores e trabalhadores do entorno do Beira Rio.** Sul21. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/prefeitura-de-porto-alegre-inicia-cadastro-de-veiculos-de-moradores-e-trabalhadores-do-entorno-do-beira-rio/>> Acesso em: 09 de setembro de 2015.

O MORRO é nosso. Cresce adesão ao abaixo-assinado contra a venda do Morro Santa Teresa. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.omorroenosso.com.br/noticia20.html>> acesso em: 29 de setembro de 2015.

O MORRO é nosso. Movimento em defesa do Morro Santa Teresa lança Carta de Intenções. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.omorroenosso.com.br/noticia51.html>>. Acesso em: 25 de agosto de 2015.

PORTO ALEGRE. **DECRETO, Nº 48.029, de 17 de maio de 2011.** Disponível em: <<https://morrosantateresa.files.wordpress.com/2014/06/decreto-nc2ba-48-029.pdf>> Acesso em: 20 de agosto de 2015.

PORTO ALEGRE. **DECRETO nº 53.084 de 21 de junho de 2016.** Disponível em: <https://morrosantateresa.files.wordpress.com/2016/07/doi20160622_003.pdf>. Acesso em outubro de 2016.

PORTO ALEGRE. **LEI COMPLEMENTAR Nº 717, DE 20 DE AGOSTO DE 2013.** Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/2013/71/717/lei-complementar-n-717-2013-institui-area-especial-de-interesse-ambiental-sobre-area-do-morro-santa-teresa-com-identificacao-de-area-de-protecao-do-ambiente-natural-de-area-de-interesse-cultural-bem-como-institui-area-especial-de-interesse-social-e-da-outras-providencias.html>>. Acesso em: 25 de agosto de 2015.

PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. 2010.** Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf>. Acesso em 29 de novembro de 2015.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre. **CENSOS DO IBGE DE 2000 E 2010 - POPULAÇÃO POR BAIROS.** 2010. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/populacao_por_bairros__nova_tabela-_ibge_2010_ok.pdf. Acesso em 26 de agosto de 2015.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre. **VIZINHO DA COPA.** 2014. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vizinhodacopa/>> Acesso em: 02 de setembro de 2015.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre. **PDDUA PREPARA PORTO ALEGRE PARA ENFRENTAR NOVO MILÊNIO.** 2016. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/proposta.htm>>. Acesso em: setembro de 2016.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças.** Boitempo, São Paulo, 2015.

SANTA Teresa: Da resistência as câmeras de segurança. CATARSE. 2014. Disponível em: <http://coletivocatarse.com.br/home/santa-teresa-da-resistencia-as-cameras-de-seguranca/>> Acesso em: 01 setembro 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse Scherer. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** Edições Loyola, 2005

SILVEIRA, Jaqueline. **Lideranças do Morro Santa Tereza rebatem rótulo de local dominado pela violência.** Sul21. 2015. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/liderancas-do-morro-santa-tereza-rebatem-rotulo-de-local-dominado-pela-violencia/>> Acesso em: 26 de setembro de 2015.

SOARES, Emanuel. **Moradores próximos ao Beira-Rio enfrentarão restrições de circulação durante jogos da Copa.** ClickRBS. 2015. Porto Alegre. Disponível em: <<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/moradores-proximos-ao-beira-rio-enfrentarao-ri-estricoes-de-circulacao-durante-jogos-da-copa-98957.html>> Acesso em: 02 de setembro de 2015.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.** Vozes, 2009.

TORRES, Eduardo. **O meu irmão já tinha se rendido, diz irmã de jovem morto no Bairro Santa Tereza.** Zero Hora. Porto Alegre. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/09/o-meu-irmao-ja-tinha-se-rendido-diz-irma-de-jovem-morto-no-bairro-santa-tereza-4839586.html>> Acesso em: 03 de setembro de 2015.

TOURAINÉ, Alain. **Os novos conflitos sociais para evitar mal-entendidos.** Lua Nova no.17 São Paulo jun. 1989. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200002>
Acesso em: agosto de 2016.

VASCONCELLOS. Hygino. "**Meu filho morreu feito um bicho**", lamenta mãe de jovem morto no Morro Santa Tereza. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/565883/Meu-filho-morreu-feito-um-bicho,-lament-a-mae-de-jovem-morto-no-Morro-Santa-Tereza>. Acesso em: 04 de outubro de 2015.

VÍDEO mostra grupo incendiando dois ônibus na Zona Sul de Porto Alegre. 2015. G1 RS. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/09/video-mostra-dois-onibus-sendo-incendiados-em-porto-alegre.html>> Acesso em: 04 de setembro 2015.

WIKIPÉDIA. **Morro Santa Tereza (Porto Alegre)**. 2015. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Tereza_\(Porto_Alegre\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Tereza_(Porto_Alegre))> acesso em: 10 de outubro de 2015.

YIN, Robert. **Estudo de caso**. 2ª edição. 2004.

ANEXOS

ANEXO A - RELATO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA REUNIÃO DO GRUPO OPERATIVO O MORRO É NOSSO

No dia 8 de abril de 2016 participei como observadora da reunião do Movimento o Morro é Nosso. A algum tempo eu havia reestabelecido o contato com uma das lideranças do movimento, via rede social, pedindo para participar de alguma de suas reuniões e ver como o grupo operava. Recebi o convite para me juntar ao grupo em datas anteriores, contudo, não pude participar devido a um problema de saúde que repercutia em dificuldades de locomoção.

A reunião ocorreu às 18 horas no CDES, ONG que atua junto ao Movimento, que tem sede na Rua dos Andradas, 943, sala 302, no Centro Histórico de Porto Alegre. De forma inicial, conversei com as pessoas que estavam ali, pois conhecia apenas uma das integrantes do grupo, a senhora Orley. Nesta data conheci o Sr. Darci (liderança da Vila Gaúcha),

Michele (liderança da Vila União), Karla Moroso (Arquiteta e Urbanista do CDES), Sofia Cavedon (vereadora do PT), Jacques Alfonsin (da ACESSO), Lucimar Siqueira (AGB), Vinicius Galeazzi (SENGE), dentre outros apoiadores. Expliquei para o grupo sobre a minha pesquisa e sobre o trabalho que eu desenvolvia como bolsista na Universidade. Fui bem recebida pelo grupo que fizeram questão de dizer que aquele espaço era como uma segunda casa deles, porque ali faziam grande parte das reuniões do Movimento no centro e também porque era um local de trabalho, encontro de outras lutas.

Dando início a reunião deram-se alguns informes gerais de reuniões que o grupo participou, esclarecimento sobre algumas dinâmicas internas e algum tipo de desentendimento via internet. Sobre os grupos de internet, decidiu-se que aquele meio seria utilizado apenas para recados e informes rápidos e não para maiores discussões. Após os informes, o grupo voltou-se para a discussão sobre o Grupo de Trabalho (GT) que havia sido empossado em março, contudo, que dias antes da reunião havia sido suspenso. Naquele momento, o grupo discutiu o ocorrido na primeira reunião e uma outra ocorrida no qual ocorreu a discussão sobre o GT com o governo. Uma das apoiadoras fez o relato das reuniões e sobre o descontentamento. Houve por parte da FASE uma deslegitimação a capacidade do movimento em opinar sobre questões técnicas.

Um dos representante do corpo jurídico presente na reunião alertou sobre a importância dos moradores e membros do movimento, estarem com os apoiadores, e vice-versa. Para que pudessem sempre fazer uma reflexão maior depois sobre os acontecimentos das reuniões. É necessário que o grupo esteja munido de informações e leve uma opinião do grupo maior. O grupo entrou concluiu que era necessário pressionar o governo para que eles mudassem a configuração do GT e que houvesse a continuação dos trabalhos de pesquisa iniciados anteriormente.

Após a reunião pude conversar mais com uma das participantes do movimento, que está cursando o mestrado no PROPUR da UFRGS, ela me passou o contato e combinamos de conversar mais, posteriormente, sobre a pesquisa. A reunião do grupo durou cerca de 1h15min.

Segue abaixo algumas fotos da reunião:



ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS APOIADORES

Nome do entrevistado: _____
Entidade pertencente: _____ Profissão: _____
Data: _____ Local: _____

I - SOBRE VOCÊ E SUA ORGANIZAÇÃO

1. Você participa ou colabora com de algum movimento social além do Movimento em defesa ao Morro Santa Teresa, O Morro é Nosso? Qual?
2. Como e quando você conheceu o Movimento?
3. Quais motivos levaram sua organização a participar do Movimento? Você se considera parte do “movimento o morro é nosso” ou como um apoiador? Explique.

II - SOBRE O MOVIMENTO

4. Pode explicar como funciona o movimento “o morro é nosso”? Tem reuniões periódicas, assembleias, lista de e-mails? Como são tomadas as decisões: é por consenso ou por votação? A participação é no caráter pessoal ou enquanto organizações? Como se dá a relação com a organização dos moradores?
5. Como é sua participação no movimento? Você costuma participar das reuniões com frequência ou esporadicamente?
6. Como é a participação das outras organizações ou pessoas que apoiam o movimento (elas participam ativamente ou só esporadicamente? Tem algumas organizações ou pessoas mais ativas e fundamentais? Quais?
7. Quais as principais atividades desenvolvidas pelo movimento em 2016 (caminhadas ou outras do gênero? Você tem participado?
8. Como avalia o de o nível de mobilização e participação atual nessas atividades, tanto da comunidade como dos apoiadores? Como se dá a articulação interna do movimento para a realização dessas atividades? Quais os principais meios de divulgação e comunicação utilizados?

RELAÇÃO MOVIMENTO E GOVERNO

9. Quem são os interlocutores do movimento com o governo? Qual sua avaliação do funcionamento do GT e como este processo de negociação tem impactado o movimento? O movimento e seus apoiadores está coeso ou há posições diferentes sobre este processo e os caminhos a seguir?
10. A relação com partidos políticos como esta interfere no processo de articulação do movimento?
11. Sobre a relação do movimento com o governo: o que você aponta como principais características e desafios das seguintes gestões:

governo Tarso;

governo Sartori.

12. E sobre a pauta da privatização da área da FASE, saiu no SUL21, em julho de 2016, que o Movimento temia que o governo desse para trás em relação a regularização fundiária.. A pauta da regularização fundiária tem avançado? Você acha que haverá uma nova proposta do governo para a privatização do local? Qual a correlação de forças atual em relação às pressões dos outros atores em conflito? quais são as perspectivas reais da regularização da área em favor dos moradores?

13. Para você, quais foram os momentos mais marcantes do Movimento (principais ações, embates, vitórias)? Quais as perspectivas atuais?

14. De que maneira este movimento se articula com outras lutas e resistências na cidade e do país?

Outras considerações:

ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA LIDERANÇAS / MORADORES DA COMUNIDADE

Nome do entrevistado: _____
Entidade pertencente: _____
Data: _____ Local: _____

SOBRE O MOVIMENTO:

- 1) Quando e porque você começou a participar do movimento?
- 2) Das comunidades que compõem o morro, quais as mais atuantes no movimentos?
- 3) Quem são os representantes do Movimento?
- 4) participam mais homens ou mulheres do Movimento?
- 5) Qual a faixa etária predominante das pessoas que participam?
- 6) Onde ocorrem as reuniões do movimento? (tem dia, horário e local definido?)
- 7) As decisões importantes são tomadas em pequeno ou grande grupo?
- 8) O movimento faz assembleias?
- 9) Quando precisam decidir algo importante as decisões são tomadas de forma de consenso ou realizam votação?
- 10) Em 2016 ocorreram caminhadas pela comunidade ou outras atividades que convidem as pessoas a conhecer ou participar dos espaços do morro?
- 11) Sobre os apoiadores, como ocorre a aproximação? (as pessoas contatam alguém do movimento, vocês procuram determinadas pessoas?)
- 12) O movimento possui ajuda ou acompanha as lutas de outros movimentos pela moradia?
- 13) Sobre a relação do movimento com o governo:

Características /desafios:

governo Yeda;	governo Tarso;	governo Sartori.
----------------------	-----------------------	-------------------------

13) E sobre a pauta da privatização da área da FASE, saiu no SUL21, em julho de 2016, que o Movimento temia que o governo desse para trás em relação a regularização fundiária.. A pauta da regularização fundiária tem avançado? Você acha que haverá uma nova proposta do governo para a privatização do local?

14) Para você, quais foram os momentos mais marcantes do Movimento (principais ações, embates, vitórias)?

Local da entrevista: gabinete da vereadora no dia 7 de outubro.

Como foi a aproximação entre movimento e a vereadora:

A minha relação com as comunidades do morro foi durante o governo Yeda, que ela entrou com aquele projeto de lei pedindo autorização para vender as áreas da FASE. A ideia dela era trocar essas por um prédio novo para os meninos. E, bom, começo a mobilização da população do morro. Eu fui espontaneamente em audiência pública na assembleia legislativa e já comecei a pensar em que instrumentos a gente poderia aqui da câmara de vereadores poderíamos acionar. Então era um embate estadual, porque aquela área é estadual da assembleia. Mas eu consegui umas coisas - modéstia a parte - interessantes. Entrei com uma moção aqui na Câmara contrária a urgência do projeto. E nós aprovamos pelo o conjunto dos vereadores. Então a cidade de Porto Alegre estava se manifestando através de sua câmara de forma solidária. Levamos isso para o presidente da assembleia, governo do Estado, Ministério Público e Defensoria Pública através de reuniões. Então convidei as lideranças do movimento a irem comigo nas reuniões. Então houve um recuo da governadora a partir desse movimento, em especial ao movimento das comunidades, que ocuparam a assembleia várias vezes, dos deputados de oposição que acolheram a pauta deles (desses movimentos). E foi muito importante que o Ministério Público ele zarou uma recomendação para a governadora para não votar e ele entrou com uma ação civil solicitando a regularização fundiária na justiça, uma ação inclusive que ainda tramita desde lá. Entrou com uma ação, entrou com uma recomendação para a governadora, isso tudo foi o que apresentamos na casa, na assembleia. Naquele momento foi criado um elo com o movimento que se organizou de uma forma muito diferenciada de outras lutas comunitárias, por que os movimentos ambientalistas adotaram o morro, outras entidades urbanistas que influenciam e pensam o planejamento da cidade como o SENGE (Sindicato dos Engenheiros), como IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), Universidade e o grupo constituiu esse movimento que chama o Morro é Nosso. é a aliança da classe popular com a classe média organizada em entidades que discutem o urbanismo, a terra, o estatuto das cidades. Esse vínculo que nós criamos lá já me trouxe em consequência de que nós precisamos caminhar juntos pelo direito à moradia, regularização fundiária...

E ainda hoje tu continua participando das reuniões do movimento, participando das assembleias?

Sim, desde lá. Aí o governador Tarso ganhou a eleição e eu comecei a ajudar na interlocução com o governo do Estado, com o governo do meu partido. Então o tarso em seguida fez um decreto concedendo o direito de morar. A outra conquista de muitas reuniões, muito difícil foi a autorização da secretaria de justiça e segurança a quem está ligada a área da FASE para a colocação da energia elétrica, porque a CEEE ela não faz projeto de investimento se os donos da área não autorizarem. Isso a gente conseguiu, foi uma das grandes vitórias do governo Tarso. Essa colocação foi em 2015, mas foi cultivada por muito tempo

Trabalho fazer os projetos de instalação da energia elétrica avaliando as áreas lá que são íngremes e são risco salvar gaúcha não está urbanizada, em especial Gaúcha eram duas precisavam: a União e a Gaúcha. Então foram feitos os levantamentos topográficos e a CEEE fez compras específicas de postes no caso da gaúcha postes menores de polietileno para o computador peça risco dentro colocar postes enormes Na Gaúcha era muito arriscado é uma caminhada de outro lado nós conseguimos que o estado contratasse uma empresa para fazer o levantamento sócio-econômico geológico que precisava para a fim de fazer o projeto urbanístico total do Morro acho que isso foi uma caminhada importante esse resultado deste trabalho todo está praticamente pronto o governador Sartori recebeu ainda com algumas questionamentos e isso hoje está parado que é uma pena outra Grande Vitória nesta caminhada que aí participar das reuniões regularmente elaboramos e escrever no plano diretor consagrar no plano diretor da cidade uma área especial de interesse social que tem três dimensões que vai ter nas áreas de interesse social (onde estão as moradias), a área de especial de interesse cultural (onde estão os prédios históricos que estão listados em especial, na Padre Cacique) e as áreas de Proteção Ambiental (ou seja, todo esse Verde remanescente de Mata Nativa até do Pampa, tem até identificação de rios e Córregos está toda para Coletiva nós colocamos diretrizes para a colocação do Parque diretrizes para regularização fundiária as AEIS, inclusive prevendo a necessidade de realocação das famílias para abrir vias para regularização da rua por causa de área de risco será realocado no próprio morro. e aprovamos por que a comunidade toda estava mobilizada o conjunto de de vereadores foi sensibilizado e o próprio prefeito acabou sancionando foi uma vitória emblemática! quer dizer dois ou três anos depois de quase vendida aquela área para comercializar para construir moradias para venda aqui na frente em especial conseguimos consagrar eu assim na sua lei Mas essa lei é uma lei escrita e de conquista coletiva Foi emocionante de uma base importantíssima para o

início da regularização fundiária. então nós andamos forte agora nós temos outras demandas que ainda não andaram já são anteriores principalmente na gaúcha em especial a regularização da água lá não tem água regular. então tem dificuldades no verão, inverno, e tal. a luz agora tem iluminação inclusive pública

Pois é quanto esta questão da luz a gente olha e pensa que todo mundo tem luz em Porto Alegre ainda mais perto do centro mas era esse não era o caso do Morro Santa Tereza.

O DMAE agora já foi na comunidade por conta dessa nossa intermediação. Eu faço muito essa intermediação com os órgãos e com a política.

E o GT como tem andado os trabalhos?

Esta foi uma questão que não jogou um balde de água fria no início do novo governo. As primeiras reuniões do novo governo com o movimento e a Secretaria de Habitação pareciam avissaleiras. “ah vamos Instalar GT para dar os próximos passos” e chegou a ser instalado e foi suspenso o grupo de trabalho foi suspenso na sequência para a inclusive no ato de suspensão para revisão dos dados este momento que estamos fizemos a denúncia do Ministério Público de que o estado estaria revisando todo esse processo sem a participação da população depois de tantos avanços e o Ministério Público já gerou um questionamento para o governo do estado, estamos nesse pé, no governo Sartori nós não temos nenhum avanço ainda, já fazem quase dois anos.. já por está com a preocupação em relação aos estudos que foram contratados eles são base para os projetos urbanísticos. nós queremos desenvolver os projetos urbanísticos para o morro nós temos parcerias para desenvolver os projetos urbanísticos para cada comunidade. para buscar recursos e eventualmente construir algumas das moradias e para a comunidade Como projeto urbanístico poder participar do orçamento participativo indicando as ruas para asfaltar para esgoto sanitário principalmente naquela região em função da Proteção Ambiental que nós queremos também em função da qualidade de vida, saúde da população Mas precisamos canalizar o esgoto. nada disso nós temos na comunidade para te ver na área central de Porto Alegre. Então tenha uma caminhada enorme pela frente.

(...)

Sobre o governo Sartori, Sofia Cavedon e eu conversamos um pouco mais sobre este governo, no qual é de oposição a sua base partidária.

Sofia afirma que não haveria cura Para o estado pois poderia ser feitos estudos com base nas parcerias...

Você acha que nitidamente existe uma tentativa do Governo do Estado para bloquear as ações do movimento?

Sofia fala sobre a votação de terça-feira que pretende regularizar a comercialização de bens públicos Rua praças patrimônios do Estado trocar alienar então não se sabe qual é a intenção do Governo do Estado. já vivemos um estresse porquê supostamente o governo conseguiu supostamente um financiamento para reformar o espaço dos adolescentes da fase mas essa reforma já preferia fechar um posto de saúde em uma escola aberta que tem na área da fase. então a gente nunca tem segurança de que esta reforma da fase. uma das comunidades que nos preocupa muito que é a que menos têm problemas de risco, no entanto ela tem menos autonomia, que a comunidade da Padre Cacique que aqui ao redor da dos prédios da fase que ali mora um famílias de funcionários e funcionários da FASE. Não tenho dependência de correio não tenho dependência de energia elétrica não tem água pois tudo está vinculado como prédio na fase. a fase paga a luz e a água elas mesmos querem ter a independência de pagar a luz e a água. toda elas estão em estado de alerta e pressionando o ministério público para que andem os projetos urbanísticos isso no Governo do Estado. e no município a regularização da água para onde falta de canalização de esgoto separação da água da chuva e esgoto.

O pessoal tem se mobilizado para ficar caminhadas ou projetos culturais para a região?

Tem agora depois da campanha, deu uma parada durante o período de campanha mas a comunidade está se organizando para realizar uma caminhada para o fortalecimento da identidade e cuidado com o morro após o período eleitoral, onde a gente pode te convidar. Nós temos orgulho de dizer que nesses oito anos de processo não a ampliação da Comunidade por conta da conscientização dos moradores. pelo trabalho e pela mobilização das lideranças. aqui mais perto da Cruzeiro já houve tentativa de ocupação e nós mesmo a comunidade mesmo me pediu para tomar providências para não ter ocupação Então essas caminhadas fazem o reconhecimento de lixo de questões de manejo ambiental nós temos que tirar os pinos (pinheiros) que estão invadindo a mata Nativa. em deve uma sequência de novembro.

eu gostaria de te perguntar sobre a mídia porque eu no passado o movimento se pronunciou devido algumas manifestações Zero Hora, por exemplo, falando sobre o Morro ser o território do medo. Então, o movimento se manifestou dizendo que não é território do Medo ..

O que tu acha sobre o papel da mídia e o movimento?

Nós reagimos a forma que os jornais falaram sobre o conflito que houve com policiais e traficantes numa das Comunidades Na Gaúcha que ela inclusive chamada pela nenhuma mídia e por todo mundo de buraco quente e na real são comunidades uma especificadas a gente caminha lá e vai ver os trabalhadores que acaba tendo inexplicavelmente uma violência maior do que devia da polícia Nossa reação coletiva com movimento da Imprensa foi pra enfrentar isso que nós chamamos de criminalização e marginalização o que caracterizar uma comunidade e como violenta da drogadição submetida ao tráfico baixar auto-estima e diminuir a condição de busca da urbanização da Cidadania a gente não pode afirmar que a intencionalidade do morro e tirar as comunidades daí mas é um desserviço que a grande mídia causou e nós tentamos fazer o contraponto todo movimento que a gente faz é tirar da invisibilidade a população de Porto Alegre que buscam um lugar para morar em visibilidade porque a ausência de política pública ou uma política pública precária Ou seja é um problema sério de gestão da cidade

Eu gostaria de saber sobre os governos e o movimento sobre o governo Yeda o governo Sartori e o governo Tarso em relação governo Sartori por exemplo no governo Tarso não foram os avanços que nós gostaríamos Nós gostaríamos que haveria a construção coletiva da área mas não houve mas houve avanços avanços energia elétrica ao reconhecimento do Decreto direito de morar foram avanços significativos e também a legislação porque nós aprovamos aqui na câmara que o estado se prontificou se manifestou prontamente como dono da área, por exemplo, são todos os avanços significativos para o movimento Como sangrar aquela área comum a e é consagrar para Porto Alegre Um Novo Parque maior do que o Parque da Redenção em parque diferenciado nosso sonho é organizada nas comunidades e ter um acesso sem medo o próprio Belvedere o que mais avançou foi no governo Tarso tem algum destaque das maiores maiores ganhos do movimento e quais são os pontos que ainda Precisa avançar.

Eu penso que mais importante para as comunidades ao regime urbanístico o projeto para a fim de resolver os problemas de acesso as políticas públicas entraram ambulância entrar o caminhão de lixo ao atendimento aos direitos básicos do cidadão uma coisa leva outra nós precisamos para as pessoas arrumar a sua casa um espaço definitivo regularização fundiária os fatos desenvolvermos isso precisamos que o estado novo e o estudo levantar fazer um levantamento sócio-econômico e Pública reconhecer publicar em Diário Oficial esse é o

caminho o grande desafio e na sequência as grandes à comunidade viram correr atrás e nós resolvendo o projeto urbanístico Nós também podemos avançar no projeto para o parque porque há um conflito importante como as camisas vão dar acordo para fazer o projeto para o parque e não foi resolvido a localidade projeto para morar uma coisa leva outra o projeto urbanístico é o que mais nos mobiliza a última pergunta que tem participado dos encontros do movimento qual a periodicidade desses encontros a média acaba sendo duas vezes por mês,quinzenalmente, eventualmente a gente alguma fazendo a gente acaba fazendo mais reuniões .

Tu acaba participando das reuniões mais ampliada ?

Eu não participo de todas as as reuniões, mas tem uma assessora que a Sandra que participa quando eu não posso participar de todas as reuniões. e assembleias nas comunidades com movimento, mas nas que eu consigo vou sim. Tento priorizar os seminários e principalmente as reuniões com Ministério Público. Estas eu procuro priorizar mesmo. Que é meu cargo político a gente aprendeu com outras energias como ACESSO, por exemplo, com advogados no Jacques Alfonsin que faz a gratuitamente assessoria jurídica para essas comunidades. Nós aprendemos com ele que temos que andar juntos com os três pés a organização Popular, ação jurídica e a política para que fará obras essa magnitude. Então as três juntas que resultam num sucesso então esse papel político que eu compro ele só tem força por conta dos outros dois caminhando juntos e papel político refortalece a organização popular e as ações jurídicas quando elas são necessárias aí aquela participando junto.

Ou seja, tu participa das tomadas de decisão?

Na tomada de decisão com certeza. Especialmente na tomada de decisão. A gente vota isso, a gente discute todas as entrelinhas. Para que todos se sintam incluídos.

Inclusive quem não é morador?

Inclusive para quem não é morador. Porque o morro ou não é dos moradores, O morro é dos moradores e da cidade. Isso é um aprendizado que a gente teve. Temos que acolheram Morro Santa Teresa como nosso da nossa cidade.

ANEXO E - Entrevista Lucimar Siqueira

Sobre a entrevistada: Lucimar é bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (1994) e mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002). Integrante da equipe do Observatório das Metrôpoles (INCT), doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR) e diretora da Seção Local da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB Porto Alegre para o período 2014-2016.

Local de entrevista: Contraponto, reitoria da UFRGS.

Gostaria de saber como que conheceu um movimento?

Na verdade eu faço parte da AGB, Associação dos Geógrafos Brasileiros. A Associação de Geógrafos Brasileiros participa desde o início do Fórum Brasileiro de Reforma Urbana no Brasil, para você entender como a gente se organiza: a AGB se organiza em 41 núcleos chamados de sessões locais, temos uma Direção Executiva Nacional, depois as pessoas locais espalhadas pelo Brasil. No Rio Grande do Sul tem uma Seção que é a Associação dos Geógrafos Brasileiros- seção Porto Alegre, ela atende todo o Rio Grande do Sul, e através dessa articulação e do fato da AGB participar do Fórum Nacional de Reforma Urbana e quando se consolidou o Fórum Estadual de Reforma Urbana no Rio Grande do Sul, nós também entramos para apoiar e participar do fórum.

Nesse período lá por 2008, 2009, 2010 me dediquei a atuar só no Fórum Estadual de Reforma Urbana, nesse período estava acontecendo a luta do Morro Santa Teresa, mas até então era outro grupo e eu tinha acabado de chegar em Porto Alegre, se eu não me engano foi em 2009... Me mudei para Porto Alegre em 2009 e então eu conheci a luta deles. Eu acompanhava muito, mas eu não atuava com movimento Santa Teresa porque eu estava atuando no Fórum Estadual de Reforma Urbana. Conheci a luta deles quando eles conseguiram barrar o PL 388 que a Governadora Yeda queria vender a área da FASE naquele período.

Vencido essa luta começaram outras, como o que vai fazer e como eu fazer. Eu acompanhava só de longe o movimento, mas chegou o ponto e o pessoal do CDES começou a se envolver com o Morro Santa Tereza. O CDES também faz parte do Fórum e eu acabei me envolvendo também. Fui convidada a me envolver com movimento.

Quem te convidou para participar foram as lideranças do movimento ou pessoal do CDES?

O pessoal do CDES, porque a gente já formava uma equipe como agora, por exemplo, e essa articulação de advogados populares. Tem um grupo de advogados de ONGs o pessoal da rede nacional da Renata está mais um grupo de entidades de pesquisa que atuam sobre a questão da moradia. Nós acabamos nos reunindo nesse grupo e assim aconteceu.

Quando tinha uma demanda a gente acabava se reunindo, tal pessoa tal entidade que já tem uma experiência nesse tipo. A AGB também tinha atuado na questão da remoção da Chocolatão já tinha dado um resultado interessante, no ponto de vista de ajudar na luta para a denúncia das violações que estavam acontecendo e conseguir sem fazer com que o poder público se comprometer-se com alguma coisa. Mesmo que a gente saiba as consequências tem

muita gente que voltou para a rua. Mas enfim, como AGB carrega essa experiência. Isso é uma forma de atuar no Brasil todo tem experiências no Rio de Janeiro, no nordeste, a questão Portuária e Grandes projetos de infraestrutura e que provocam impactos no meio ambiente.

Como a questão dos megaeventos?

Isso! Tem uma experiência no sentido de um corpo técnico de elaborar dossiês. Isso ajuda os advogados na sua atuação. Voltando para para cá, foi nesse contexto que eu acabei me envolvendo com o Morro Santa Teresa, quando eu entrei já tinha passado aquele auge da luta para não vender o Morro já tinha vencido; Só que então tinha uma outra luta: Então o quê se quer com esse movimento? Essa era a questão. Foi então que aconteceu um seminário bem importante, no SENGE que reuniu lideranças comunitárias, moradores, os apoiadores, professores da Universidade que foram lá da palestra, ajudar a fomentar uma discussão. Ocorreram oficinas para as pessoas falarem o que elas gostariam de ter Morro.

Tudo isso foi sistematizado em três grandes eixos, que virariam pautas de luta do movimento. que eram as seguintes: a questão ambiental, a questão social da moradia e a questão do patrimônio histórico. Porque ali tem aqueles prédios históricos. Então essa questão do resgate da memória que precisava ser preservados precisava de um projeto de reconstrução desses prédios. Então essas três bandeiras se transformaram em bandeiras do movimento e a partir dali então um grupo técnico de apoiadores começaram a se reunir com as lideranças para ajudar a levar adiante essas ideias. Bom, o que faremos em termos ambientais, por exemplo. o que é a questão ambiental era necessário deixar claro.

Então prioritariamente olhando o mapa do Morro precisamos definir uma região uma área, (Lucimar e eu pegamos o mapa do morro) que precisamos preservar, uma área que não está ocupada. A outra área que está ocupada, o que vamos fazer? precisamos urbanizar. Porque as pessoas estão vivendo ali esta fora do estabelecido. Não tem saneamento, não tem serviços públicos por que não é regularizada e urbanizada. Então nós trabalhamos no processo de afirmar o direito à moradia dessas pessoas que estão aqui. Onde se respeitou todo histórico, por exemplo, o governador Tarso Genro tinha assinado um decreto que garantia a permanência daquelas famílias ali. Ele reconhecia as famílias que estavam ali por tanto tempo e reconhecia o direito delas permanecerem ali. Mas isso não leva adiante todos os direitos básicos como saneamento e essas coisas todas que dependem deste processo de regularização.

Então a primeira providência que se fez foi a de termos definido o que queríamos para essa região do Morro.

Foi então vimos que precisávamos fazer um mapeamento do zoneamento do Morro. Precisávamos definir o que para nós é Mata (área que deve ser preservada ambientalmente), uma área que deve ser preservada do ponto de vista social (e garantir o direito à moradia das famílias) e uma área que estão os patrimônios dos edifícios históricos.

Então nós avançamos na luta pelos três pontos do movimento. Todo esse processo levou mais de um ano para chegar nesse mapa de zoneamento, isso porque não basta só querer, a gente tem que transformar isso em lei e fazer com que todo o processo ande: escrever o projeto, passar pela câmara, passar para o prefeito para então, de fato, estar garantido no papel. Nisso foram dois anos de luta.

Dois anos com encontros intensos de luta, imagino..

Isso mesmo, 2 anos intensos de luta para nós. Tentamos e vimos como precisava ser. É bom que fique bem claro: o papel importante do CDES! O CDES teve um papel muito importante nisso, os técnicos da onde ACESSO também, tiveram um papel extremamente importante, que merece ser citado, o pessoal da assessoria jurídica para escrever o documento, todo processo de análise.

Então para que essas são as entidades que mais participam do movimento?

Então tem um GT, uma espécie de GT, que foi aquela reunião que você foi, que tem um grupo técnico que tem engenheiro civil, tem advogado, tem geógrafo (que sou eu)... Que não bastava só ter o grupo, vamos ajudamos escrevendo um projeto de lei. Precisa-se saber como se escreve um projeto de lei, Os porquês ir para a câmara e vai direto para o Executivo, então toda discussão foi feito no grupo de trabalho.

Então foi feito esse projeto coletivamente para contemplados as necessidades da comunidade, isso?

Exato, feito coletivamente para contemplar as necessidades da Comunidade e construído com eles. Em todas as reuniões as lideranças estavam junto para para decidir onde era para passar a linha, Nós andamos lá dentro, sabemos que tem casas que precisam ser removidas, ou seja, que o local onde eles estão não é seguro. Então a gente precisa pensar

margem no entorno a possibilidade de construir casas. Então se alguém precisar sair daqui, por exemplo, irá para ali. E não vai lá para Restinga, como normalmente em projetos de remoção vem acontecendo

Tudo isso foi pensado quando se desenhou o que está traçado aqui (Lucimara aponta para o mapa) e nisso aqui teve a participação dessas ONGs que eu te falei: o CDES, o apoio técnico (AGB), a ACESSO, com apoio jurídico. Esse foi o mais importante.

Então, tu pode dizer que estas entidades são as mais atuantes?

Sim, e tem mais.. Seria interessante tu ver a apresentação da Karla, depois te passo a data, mas se não me engano é dia 14.

Tentei falar com ela, mas acredito que ela esteja bem atucanada com a finalização da dissertação.

Isso fala com ela. Ela faz mestrado e eu faço doutorado aqui no PROPUR. Ela te passa a lista dos apoiadores do grupo técnico, mas acho que esta no site.. Então, como a gente se relaciona com aquele grupo maior: Tem esse grupo técnico menor que se reúne com mais frequência com os moradores.

Com que frequência mais ou menos?

Depende da demanda, tem umas que são mais urgentes, às vezes é uma questão de uma semana para outra a gente tem que se reunir. Às vezes demora mais. quando teve mudança de governo tinha uma demanda nossa do movimento que era a criação de um GT. Qual foi a problemática em relação a isso tudo aqui... Cada um desses pontos passa por um grupo de secretarias ou setores dentro do poder público. Então imagina... Uma das conquistas foi no governo Tarso fazer com que ele comesse o processo de levantamento sócio-econômico. Então ele contratou uma empresa. No final ele recebeu um documento da empresa que fez o levantamento, eles fizeram todo o levantamento sócio-econômico com vistas à implantação de isso aqui: regularização fundiária, demarcação do Parque, tudo isso...

Para ti o governo Tarso foi o que teve de mais conversas com movimento em relação a este?

Foi. Ele teve muita conversa. Apesar de que houve muita dificuldade internamente no momento de fazer com que as secretarias dialogarem. Eu olho o movimento hoje e o período que mais avançou foi no governo Tarso, por causa do que ele conseguiu fazer. Uma prova disso é o documento, esse ou levantamento sócio-econômico, porque você sabe que isso é um processo demorado, é caro... É aquele documento que levanta uma por uma das casinhas.

Lembro de uma nota que eu vi na Defensoria Pública ou no ministério público sobre a regularização fundiária do Morro Santa Tereza e eles bem prontamente me responderam perguntando se eu tinha alguma dúvida para que entrasse em contato.

Então, isso eu considero como uma conquista do movimento o fato deles terem feito esse levantamento, porque assim se conheceu a situação do Morro e a condição real das Comunidades.

E como atua o movimento?

O movimento atua... quando ficou pronto o levantamento sócio-econômico, nós solicitamos uma apresentação no Ministério Público, para podermos discutir. Aconteceu uma reunião no Ministério Público em que o Governo do Estado apresentou o documento, e aí aparecia lá: área precisa de X número de remoções, não lembro exatamente o número, então nós questionamos. Por dizer assim: “o número de X de remoções por estarem em área de risco”, e aí nós questionamos que risco e quais são as medidas para mitigar esses riscos. Pois isso faz parte do plano diretor de habitação, Ou seja, você tem classe de riscos. Tem três níveis: o nível de risco que você não tem outra alternativa a não ser remover; Como estar em cima de água, ou qualquer outro motivo que não tem solução; e os outros dois tem solução. Ai, depende do nível e há solução para cada um.

A empresa deveria apresentar isso, só que a empresa não apresentou. Ela apenas disse que havia número X, e colocou o número total de risco. Então nós questionamos. O movimento tinha esse grupo técnico que tem esse papel também, não apenas de cobrar mas também de monitorar as ações do governo. Porque se não houvesse esse grupo o governo chegaria dizendo que era isso e seria isso.

Um fato bastante importante desse movimento foi o de ter conseguido aprovar - o prefeito e o Ministério Público - terem sancionados o zoneamento e depois do Governo do Estado no governo Tarso ter conseguido fazer o levantamento sócio-econômico. Então houve

a mudança de Governador. Ainda no final desse mandato a empresa devolver teve que fazer no e atualizar o levantamento e só depois apresentar novamente.

Qual era a dificuldade que a gente via nesse processo junto ao Governo do Estado: que cada um deles era um grupo de secretaria envolvida e quando você pega só a regularização fundiária, cai na Secretaria da Habitação - que era a Secretaria da Habitação. e agora não tem mais - quando era a questão ambiental, caí na secretaria do meio ambiente. Era uma decisão quebrada e que nunca se conversam. Isso criava um encaminhamento esbarrando no outro. Dentro do governo Tarso também foi criado no GT e o movimento solicitou participar, e esse GT reuniu todos os envolvidos.

Esse GT foi que começou a funcionar agora em 2015?

Isso, só que teve muita dificuldade não conseguiram efetivar o GT, fazer uma reunião. Só existe na lei. No início do ano o que aconteceu o governador Sartori montou GT: chamou lideranças, representantes do movimento para participar. Mas dali a 10 dias ele desfez o GT.

Tu acha que o governo estava tentando engessar formalmente e informalmente o movimento a partir do GT ou acabou não entrando nessa questão não conseguiram nenhum dialogar com governo?

Até hoje não tivemos respostas do governo porque ele cancelou o GT.

Agora em julho ou junho saiu uma notícia que foi retomado o GT no governo pelo menos ...

Só o governo, sem o movimento. E aí a gente não tem muita ideia do que aconteceu o quê esse GT fez, qual resultado, não tem transparência. não tem esse acesso.

E antes dessa reformulação o movimento podia participar das reuniões desse GT?

Podia. Agora não pode mais. Uma interpretação minha... coincidiu com o período em que o governo do estado saiu em busca de áreas, e aliás saiu a notícia ontem ou antes de ontem na Zero Hora, sobre as privatizações...

Eu gostaria de perguntar sobre isso já que tu que tocasse no assunto, porque em julho saiu no sul 21 uma notícia sobre uma possível volta da história da privatização do Morro.

Então, essa foi uma questão que preocupou o bastante. Porque imagina uma linha do tempo: no início do ano ele lança o GT, 10 dias depois ele cancela o GT. E aí Tira o movimento GT. Só que ele não encerra o trabalho. A minha interpretação é que esses trabalhos seguiram porque eles estavam tentando identificar locais e imóveis para - Porque eles estão precisando de dinheiro- negociar, para a venda.

Saiu recentemente uma lista a com as áreas para as áreas para a venda...

Isso, eles estavam mapeando as áreas com possibilidade de recurso. Por isso o Movimento ficou em alerta porque eles tiraram o movimento mas a equipe continuou trabalhando. Quando aconteceu isso, em paralelo, logo em seguida, ocorreu uma audiência pública, mais fechada, era pública mas era meio sem divulgação, fechada no sentido de que não teve mais uma ampla divulgação, para discutir os imóveis do Estado. Nós tentamos acessar essa lista para saber se alguma área do Morro, se algum pedacinho ali, estava nessa lista, nunca tivemos acesso.

Isso foi o que levantou a preocupação do movimento. aí o movimento organizou aquela entrevista coletiva. ou seja tinha essa possibilidade.

E sobre ações diretas do movimento? eles têm tido alguma feito alguma passeata como na época da Copa. agora o pessoal tem ido para a rua articulado novamente esse tipo de ação?

Não, na verdade uma das ações que o grupo faz, que não é assim uma ação de manifestação de rua daquele modelo que a gente conhece, é fazer das caminhada um ato político. Já aconteceram 10 caminhada no morro. Essas caminhadas não são só para levar os visitantes para conhecer o Morro. Estão se transformado em um ato político também, pois a caminhada acontece junto de quando a gente quer mostrar alguma situação para os administradores públicos.

É comum você entrar no site e ver fotos de caminhada que estavam secretários, estavam represen do governo. Isso é o que o pessoal tem chamado de ação. Mas assim, não

em mais aquela ação direta de “vamos para rua e mobilizar o povo para fazer uma passeata”. Porque sem querer vai acontecendo esse diálogo e sempre havendo um tencionamento por dentro do governo. E o governo reage dando seus passos e assim por diante.

Nas caminhada, todos os apoiadores e essas entidades são convidados a participar?

Sim, são todos convidados a caminhada. Ela é pública. Só que ela é organizada quando algum agente do Estado pode ir e aí convida todo mundo e aí tem o grupo que vai mostrando os lugares.

Esse é o momento para chamar todos os apoiadores?

isso, tem a divulgação via Facebook e convite.

E quais as outras atividades que esse grupo maior de apoiadores participa, o que fazem para mobilizar à rede?

Esse ano tivemos uma dificuldade para mobilizar a rede toda com essa situação de impeachment/golpe.. Porque foi um golpe e pegou o grupo. Tomou as energias para outras coisas. Mas o que o movimento tem com regularidade, dependendo da ação e do ritmo do grupo, uma reunião aberta normalmente no IAB em que se convida toda aquela lista de apoiadores. Esse é aquele momento que a gente traz as pessoas e da satisfação do que esse grupo menor trabalhou e atuou. Ali se acolhe sugestões.

Quanto a essa parte mais geográfica, se tu tivesse que apontar uma região que precisa de mais avanço que tinha essa condição da luz e da água, qual tu a pontaria?

Isso é algo importante, que eu estava esquecendo, ao mesmo tempo em que se tem um procedimento mais duro e mais complexo, que é mais demorado, tínhamos essa demanda. Nós precisávamos regularizar tudo isso, mas também existem as necessidades emergenciais. As necessidades emergenciais são coisas da nossa vida do dia a dia. Lá eles precisam de luz e precisam de água. Precisam de todos os serviços básicos.

Nós precisávamos começar por algum lugar. Foi então que decidimos que começaríamos pela Luz. Essa era uma questão que estava pegando para eles.

E ainda tem locais sem luz por lá?

Agora acho que não. Se não me engano todas as comunidade já estão regularizadas.

Foi em 2015 que iniciaram a colocação de luz né?

Isso, mas confesso que não sei se eles chegaram a terminar, pois tem uma outra questão que é o acesso à comunidade. Porque você sabe que tem esse problema com as gangues. Eu ouvi um relato que o pessoal da CEEE estava tendo dificuldade para acessar no finalzinho da ação. Mas, eles já concluíram. Tem aquela questão de se identificar. Eles precisavam saber quem estava lá arrumando a luz, se eram realmente o pessoal da CEEE.

Algo que acaba influenciando muito é a mídia. Como por exemplo no ano passado as notícias sobre o Morro do Medo e sobre os índices de violência no local. isso é uma coisa que atrapalha o movimento?

Atrapalha mas o movimento reage. Esse discurso da mídia vem muito próximo com o mercado imobiliário, então se você observar na região onde está o Morro Santa Teresa que está aqui (Lucimar mostra o mapa) está o Menino Deus, por exemplo... Então se você observar o mercado imobiliário se aproxima do Morro.

È muito difícil, agora pensando de uma forma genérica sobre a cidade, em um grupo de pessoas muito pobres morar no Moinhos de Vento. Agora é muito fácil muitas pessoas do Moinhos de Ventos virem morar numa área muito pobre... Eles começam a empurrar. { **aí o pessoal vai parar lá na Restinga, pontuei conforme o mapa** }

Isso, e começa empurrar. Essa região no Morro Santa Teresa é muito fácil. Muito fácil, entre aspas, pois eles estão muito próximo... O Morro está no meio. É uma pressão do mercado imobiliário de todos os lados. Como está muito próximo do Iberê Camargo, aquela região da Orla, que está sendo revitalizada, e tem aqueles projetos todos. Do outro lado está o Menino Deus. Então tem uma pressão... Eles não construíram casas do programa Minha

Casa Minha Vida lá na Cruzeiro para reassentar as famílias, e é bem possível que nunca construam. As pessoas estão saindo estão sendo expulsas, então a gente percebe assim essa pressão do mercado imobiliário ao mesmo tempo que famílias estão saindo de suas casas sem o direito de voltar. Ou seja, essa pressão acontece aqui no morro também...

Sobre a mídia: Então esse mercado imobiliário ele se beneficia com esse discurso da mídia de que é violento, de que a comunidade tem problema com a polícia. Esse discurso que é mídia joga falando das condições nessa comunidade que, entre aspas, residuais aqui no Morro, ajuda ao mercado imobiliário. Ele se beneficia, se aproveita desses espaços e vai empurrando as pessoas. Uma das coisas que o movimento fez nesse período, porque o Movimento tem o papel na vida real das pessoas que vivem ali, foi trabalhar com as questões emergenciais. E uma dessas questões que as comunidades pediam era a questão da água e da luz.

Nós conseguimos fazer um movimento na CEEE, e a CEEE implementou um programa que ela tinha na época, algo do tipo legal. O que ajudava a CEEE, Porque dessa forma que estava a CEEE tem muita perda de energia. Imagina, a CEEE trazia energia até o poste. E aí de repente desviavam energia.

Nesse meio do caminho havia muitos problema?

Isso, e mais o problema de segurança. Se tu olhar fotos lá no site vai ver que tinha um parede de fios. A CEEE montou um projeto especial com um tipo de poste diferente, para poder entrar nos bequinhos porque não poderia ser aquele poste grande de concreto pesado. Precisavam ser postes mais leves. Foi assim que eles conseguiram regularizar energia elétrica.

Ao mesmo tempo que regularizaram, no ponto de vista técnico, eles orientavam o junto de famílias para mostrar como é que usa e como economizar a luz nas casas. Coisas básicas de ignorar problemas, orientação.

E a questão de patrimônio público e cultural, tu acha que o movimento tem conseguido fazer o resgate cultural de praças e espaços?

Não, esse movimento ainda é muito pequeno para isso. Para todas as suas demandas. Isso depende da mobilização das lideranças na comunidade. Por exemplo, a Orley, ela está aqui na União ela e a Michele, então aquelas têm uma atuação. Aqui na Vila Ecológica em

outra liderança. que até já saiu recentemente. ela estava lá mas aconteceu um problema ela acabou se mudando para Santa Catarina. E assim cada uma delas tem um jeito de atuar.

E sobre o perfil das lideranças na comunidade, tem liderança jovens?

Não, o pessoal mais velho.

Nem como apoiadores?

Tem alguns mais aqui na Padre Cacique, filhos dos moradores mais velhos que acabam ajudando. Mais lideranças mesmo dos moradores não. E a maioria dos participantes são mulheres que atuam.

Quanto ao teu relato, podemos dizer que as principais mudanças foram no governo Tarso?

Algumas pessoas que você vai conversar vão te dizer que não, que houve um apagão no governo Tarso, porque não houve mudança concreta na vida delas. Mas eu acredito que sim, por conta do estudo e este é um processo caro e demorado e sem ele não se pode fazer nada. Uma pena que o governo Sartori não prosseguiu com esses dados porque eles precisam ser atualizados.

Se tu fosse colocar como uma das principais conquistas do morro, qual seria?

A permanência deles no Morro. Terem conquistado o direito de permanecer eles onde estão. E terem realizado o zoneamento, que toda a cidade e o RS se beneficiam, nessa região tem uma área remanescente do bioma Pampa. Então ele é extremamente importante.

Nesses últimos tempos qual a periodicidade das reuniões?

Nesse período de eleições nós não nos reunimos muito, cada liderança tem seus candidatos e nós não interferimos, vamos fazer outras coisas.. Ai depende mesmo.

E sobre a tomadas de decisão: todo mundo decidi junto ou mais os moradores?

Todo mundo decidi junto nas reuniões. A gente usa muito as ferramentas de comunicação whatsapp agora.. Tem o blog e tem uma página do facebook. Sou eu que alimento o blog. E eu alimento conforme as ações do movimento. Você pode observar que ela está parada agora... Em outra situação a gente postaria outras notícias, mas foi uma decisão do Movimento que a gente só postasse ações do movimento.

E as reuniões mais ampliadas, elas ocorrem periodicamente?

De tempos em tempos a gente tem um conjuntos de pautas que levamos para serem discutidas. Elas não tem assim um prazo para ocorrerem.

E essas reuniões maiores são no Morro?

Não, normalmente são no IAB porque grande parte dos apoiadores não são do morro e se precisa de um espaço maior...

E os moradores do morro vão nas reuniões do IAB?

Depende das lideranças, porque a gente não interfere nas mobilizações que as lideranças fazem. Mas a gente conhece pessoas novas. Mas não interferimos nisso. cada liderança vai trabalhar com suas bases e do seu jeito.

E quais as que mais participam das reuniões?

A que menos participam das reuniões é da Vila Ecológica. Por duas razões; 1) era uma senhora bem idosa, tanto que ela se afastou porque estava doente, a dona Teresinha, mas ela foi bastante ativa, que se afastou por questões de saúde mesmo. Está bem velhinha. 2) e porque entrou outra liderança ele não conseguiu e teve essa questão da disputa das gangues, ai um deles saiu e foi embora. Mas as outras todas são bem atuantes. Eles levam pra gente as demandas deles...

Tem alguma coisa que tu gostaria de destacar?

Esse é um movimento ímpar no Brasil, em particular, porque esse é um movimento que aproxima o movimento de luta pela moradia com o movimento ambientalista. Historicamente quando o movimento ambientalista surge, ele surge expulsando a moradia. Nesse movimento não é assim -não é fácil o diálogo - mas ele consegue fazer esse trabalho de conscientização da comunidade (faz um casamento) entre as questões de moradia e preservação.

Está para acontecer uma caminhada nesse mês de novembro me acompanha no face que eu te convido. Vou te enviar um email com a data da defesa da Karla. Só me lembra.

Muito obrigada!

ANEXO F- Entrevista Karla Moroso

Karla Moroso é carioca, nascida no Rio de Janeiro (RJ), mas sempre viveu em Porto Alegre. É Arquiteta e Urbanismo pela UNISINOS (2003). Trabalha no Centro de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Local da entrevista: Sede do CDES. Centro Histórico de Porto Alegre.

Como e quando você conheceu o Movimento? como começou a tua participação no movimento ?

Então a articulação do movimento começou muito antes de eu entrar começou com a proposta do projeto de lei (PL) 388 que propôs a venda da área. Quem foi importante na época foi o MST quem teve um papel de articulação bem importante no morro foi o MST e no sentido de mobilização de alguns atores políticos ficaram dentro da comunidade, como as associações de moradores como a Orley é uma pessoa importante, porque ela participa de outras organizações e ficou sabendo da proposta. Então a partir dessas dessas outras organizações que ela participa que ficaram sabendo desta informação.

Então foi a partir disso que o pessoal começou a se articular. Isto foi em 2009 e de lá para cá eu entrei nessa história, em 2010/2011, pois eu acompanhava a história do movimento que começou a se encontrar e a fazer as reuniões periódicas. Comecei a participar das reuniões quando estavam discutindo a gravar a lei das AEIS nesta área. Como eu sou arquiteta me coloquei à disposição para contribuir e comecei a contribuir com as pautas deles naquele momento especial estavam na proposta de lei de zoneamento do Morro.

E tu já trabalhava aqui no CDES?

Eu trabalho aqui no CDES desde sempre dá pra dizer. Quando falo eu estou pelo CDES que introduziu através de mim. em 2011. E eu moro no Cristal e que é bem perto do Morro.

O movimento tem reuniões periódicas?

Depois que derrubaram o projeto de lei 388 o movimento e as entidades de apoio começaram a se reunir para pensar depois do projeto de lei pensar como transformar aquela área da FASE em projeto que atendesse as três demandas que estavam colocadas ali que eram: habitação, que era regularização fundiária das vilas; a questão do Parque Ambiental e a questão da descentralização da FASE. Então o Movimento surgiu daí. Dessa necessidade de um projeto conjunto.

A partir desse projeto eles começaram a traçar estratégias, se foi até o projeto da minha dissertação de Mestrado, como o começaram a se reunir periodicamente oficialmente tem mais de 50 reuniões registradas e inúmeras outras reuniões que não foram registrados, que são reuniões rápidas que acabam acontecendo em função de alguma demanda. Eles se reúnem sistematicamente, nesse ano de 2016 o Movimento tem se reunido bem pouco por sinal por contra conjuntura política nacional-local. Acaba interferindo mas essas reuniões têm

muito foco de definir, são as ações e políticas e estratégias que eles pensam para votar, o projeto da regularização fundiária, fazer o parque funcionar o grupo de trabalho acontecer, as obras emergenciais acontecerem ... Então tem várias demandas.

Então tu começaste a participar e ter interesse no movimento por conta de ser arquiteta ou porque mora próximo ao Morro Santa Teresa? Gostaria de entender um pouco sobre isso...

Por conta de que o CDES é uma organização dos direitos humanos e trabalha também com a questão das cidade e dos conflitos e a regularização fundiária na sua natureza, as pessoas que estão aqui sempre atuaram nesse campo. No caso do Morro Santa Teresa a gente não estava inserido no início totalmente. Mas foi algo que casou... Nós somos procurados também para algumas outras entidades que já estavam inseridas no morro, como o Sindicato dos Arquitetos, AGB, a própria ACESSO... Foi por conta dessa rede de relações que vêm de outros trabalhos e de outras lutas que a gente acabou entrando. Mas eu acabei entrando mesmo pela atuação de CDES.

Tu falaste que o movimento esse ano tem se reunido pouco...

Perto de outros anos sim, bem pouco, em função de que tinha uma estratégia que colocados em primeiro momento da revolução fundiária e do grupo de trabalho, do saneamento e das obras emergenciais.

Como por exemplo, nos reunimos muita para falar sobre as obras emergenciais, como o projetos da rede de energia elétrica na Gaúcha e na União. O grupo de trabalho, que foi instituído em 2012 por decreto, assumiu com posse em março deste ano de 2016 e um mês depois foi destituiu o grupo de trabalho. Isso também gerou um questionamento de como seria estratégia. No início, esse governo que vinha se colocando numa postura de diálogo conosco a partir disso mostrou que não há um diálogo.

Mudou o perfil do GT?

Sim, mudou bastante o perfil de Governo de Estado e mudou bastante o perfil do GT. Mudou a postura da prova gestão que no primeiros dois anos se colocou aberto ao diálogo, mostrando disponibilidade de avançar dizendo que esse era um projeto a ser abraçado pela gestão que está agora... De repente houve uma guinada que fechou as portas e não avança, mesmo com todas as condições tínhamos feito. E ainda, junto com isso a conjuntura nacional. Tomamos um golpe.

Toda a conjuntura Nacional... O movimento tem atores políticos, além das Comunidades de base. Então tudo isso acabou interferindo. Acabou nos atingindo direta e indiretamente.

E atualmente, o movimento tem participado do GT?

Não, o movimento foi retirado do GT. O governador criou outro decreto alterando o GT que foi agora em abril ou maio, até onde a gente tem notícia até o momento ele não se reuniu mais. Em junho /julho ocorreu a retomada do GT, mas foi só no papel. Não aconteceu nada até agora. O que tá acontecendo paralelamente a isso é o PL 141, que propõe a venda de áreas públicas, não necessariamente da área da FASE, porque a área da FASE é uma área que está em litígio. Mas é a venda de patrimônio público. Pode não ter a ver com o Morro agora, mas ela tem o marco temporal que vai até 2018. Então eles [governo] têm feito tudo o que dá durante a gestão deles.

Assim como tem uma sentença judicial no Morro dizendo que tem que fazer regularização fundiária e que tem uma aplicação direta, também diz muito sobre esse tipo de Gestão Pública e com relação ao patrimônio público. Nós como Movimento estamos tentando ficar atentos quanto a isto.

No que diz respeito a regularização fundiária: Sobre o período do governo Tarso e o Governo Sartori, tu acha que tem um período de estacionamento? Avanços... pode falar mais sobre isso?

A regularização fundiária é um processo, primeira coisa ela não é uma ação, ela é processo de longo tempo. Ela deveria ser uma política de estado, pela característica de ser um processo muito longo. Ainda mais porque envolve a urbanização e a titulação em todas as

suas fases. O primeiro passo importantíssimo aconteceu na gestão Dutra, na verdade, no sentido de que era necessário reconhecimento de que ali era uma área de regularização fundiária. Esse reconhecimento foi através de decreto. Mas decreto é uma ação que pode ser derrubada. Mas independente do Decreto, o direito à moradia e a regularização daquelas famílias está assegurada de outras formas nacionais que não são decreto, mas para avançar precisava-se de estudos técnicos, de topografia, cadastros modo de cobertura vegetal, geologia, entre outros. Todas essas questões que foram iniciadas no Governo Tarso. Ele em sua gestão de 4 anos, captou recursos para a licitação e contratou uma empresa. A empresa que fez os estudos que tinha o prazo de dois anos para fazer, 18 meses.

Acabou a gestão do Tarso e eles não terminaram o estudo.. não acertaram os produtos, não validaram outros. O governo teve problemas com empresa. Mas, enfim, sem os estudos tu não consegue avançar na regularização fundiária dentro daquilo que ela se propôs. Então o movimento tentou incidir para que pelo menos a parte jurídica avançassem, mesmo tendo visões diferentes entre si. Como dar a posse das famílias em áreas de risco, como daremos a terra sem urbanizar, outros dizem que precisavamos garantir a terra. Então essas discussões acontecem dentro do movimento.

E dessas discussões são os consensos, foi o consenso vendo que o governo ia perder eleição, e que nós não sabíamos o que ia acontecer, resolvemos brigar pela posse coletiva. Nós montamos uma estratégia jurídica nesse sentido e levamos um não, bem redondo alias, no final da gestão do Governo Tarso. Ele disse que não ia dar concessão coletiva para o Morro, porque tem famílias em área de risco, porque não temos todos os estudos. Então, disse não. Tudo tecnicamente justificado, mas foi uma derrota para nós, pois havíamos pensado nisso um bom tempo.

Então com a mudança de de governo a tendência é de que se comece tudo do zero. Montamos uma nova estratégia no início da gestão de que iríamos brigar para continuar de onde paramos no Governo Tarso. Nós queremos que termine seus estudos dali, para então avançamos na regularização fundiária. Foi então que o governo começou a questionar os estudos da Engeplus... Aceitam o cadastro de topografia e outras coisas não. Uma outra alternativa seria encerrar o contrato com a empresa e fazer uma outra licitação... Então nós dissemos não, que nós ficamos 4 anos nisso e não voltaríamos ao início de novo.

Nós sabemos que os estudos tinham alguns problemas, mas que até precisava atualizar algumas coisas. Segundo um relato que teve em março de 2016, eles encerraram os

estudos em contato com Engeplus e eles sinalizaram um laudo onde avaliaram tudo. Finalizaram o cadastro de topografia e fizeram apresentação. Em 9 março e eles nos mostraram uma síntese do trabalho. Mas não chegaram a discutir uma ação de regularização fundiária apenas disseram que havia um monte de área de risco e que era difícil. Levaram essa discussão para dentro do GT que nós apostávamos quando estávamos que poderíamos levar um contraponto. Queríamos levar a discussão para dentro do morro sobre a regularização fundiária. Tentaríamos flexibilizar algumas coisas, mas esse espaço não aconteceu.

No momento não sabemos o que o GT fez. Se não se reuniu e a regularização não avançou ou se GT não reuniu e eles estão avançando na regularização fundiária sem falar conosco. Ou ainda se o GT está se reunindo e falando tudo isso e nós não estamos sabendo. Estamos tentando furar o bloqueio, mas esta bem nebuloso. Falam de transparência e de participação, mas é blá blá blá. Bem difícil mesmo. É bom dizer que mesmo na gestão anterior, do Tarso, não se tinha também diálogo aberto. Então a gente faz avaliação do dentro do Movimento, de que nós poderíamos ter avançado muito mais na outra gestão, mas nós avançamos muito pouco. E por entendimento que foi por falta de capacitação técnica deles e até mesmo por vontade política muitas vezes.

Nós chegamos como movimento a fazer uma carta para o Tarso quando ele estava em campanha, realizando uma avaliação da Secretaria de Habitação com relação à forma que conduziu esse o processo. Foi uma gestão bem difícil para nós, por mais que a gente tivesse mais diálogo, porque o diálogo não é... como é que eu vou te dizer... Ele pode ir lá te receber e te dar um tapinha nas costas e não te dizer nada. Para deixar bem claro essa questão da AEIS e dizendo que o morro que duas Vilas que são parte de um programa de regularização fundiária que existe desde 98, então atravessou a gestão do Olívio, atravessou a gestão do da Yeda, atravessou a gestão do Rigotto, e assim vem vindo, como uma demanda de regularização fundiária... então uma política de estado.

Podemos falar sobre a questão da privatização? Não faz muito tempo que saiu no Sul 21 uma notícia de que o movimento estava temeroso quanto a isto, o retorno da questão privatização... Isso esta bem presente nas discussões de vocês?

]

Sim, mesmo que de forma bem remota as vezes, Como eu te disse antes a história do PL 141 que esta tramitando por ai...

Os apoiadores e os moradores do bairro tem os mesmos poderes de decisão dentro do movimento? Todo mundo pode opinar é o conceito geral ou eles acabam tendo um peso maior na tomada de decisão?

Na realidade de uma das suas ações iniciais foi agregar em entidades apoiadoras. O Movimento tem uma lista de 40 e poucas entidades que apoiam aquele projeto do movimento que é a descentralização da FASE, o Parque Ambiental e a regularização fundiária. De lá para cá essas entidades não se reúne as 42 sempre. Tem se reunido, além das associações de moradores, que são 4, em torno de 5 a 8 entidades.

Quais são as que mais participam das reuniões?

E a AGB, a ACESSO, o CDES, o Sindicato dos Arquitetos, o SENGE, o IAB, mas que são essas as mais ativas. e para algo, alguma ação com as caminhadas...

Essas organizações que eu te falei se reúnem para algo mais operativo. Mas, geralmente chamamos todas as quarenta e poucas para uma reunião que acontece geralmente no IAB. E aí fazem as caminhadas, se chama todo mundo. Sempre tem momentos que agrega todo mundo. Mas, o núcleo operativo que são as que eu te falei, e a tomada de decisão das transações são feitas nesse grupo operativo, com são as representações das associações dos moradores.

Nas avaliações que o movimento tem feito é que a gente precisa voltar às bases. De que associações precisam voltar para suas bases para conseguir tecer um diálogo maior com os moradores. Mas isso é um papel das associações de moradores e não dos movimentos externos é uma dinâmica que deles tem como lideranças comunitárias... Da Michele, da Orley, do Seu Darci, do Julio... Eles que tem que voltar para os seus pares e fazer essa mobilização de base.

Esse não é um movimento que é popular tipo o MST ou o Movimento de Lutas pela Moradia (MLM) ele é um movimento que tem um outro perfil. Um movimento que agregou outra outras entidades com projetos comuns e formou uma rede. São movimentos de base que

mobilizam e tem outro perfil. Eles se colocam dentro das Comunidades e em apoio às Comunidades ajudando a se organizar em associações. No caso então vem outro perfil.

Tu sabe se eles fazem assembleia na comunidade?

Quando têm pautas deles eles fazem, são cinco as que tem lá.... tem a Prisma que a gente fala muito pouco, mas por exemplo, a União é uma das cinco é a mais articulada e, é a mais orgânica, não só no movimento, mas entre elas. As gurias da Associação de Moradores, eu digo gurias que as Associações de Moradores só tem mulheres, elas estão presentes em vários movimentos e vários espaços decisórios a cidade, como no orçamento participativo, no conselho de várias instâncias, no quilombo do sopapo, também dialogam com o MST. Elas têm uma grande rede.

Elas [da União] fazem mais atividades da comunidade, o movimento apoia, e fazem Assembleias. A Gaúcha, do ano passado para cá, passou por vários problemas de violência de várias questões internas deles, que eu não ouvi falar de muitas assembleias. A Ecológica também... Em dois anos houveram sucessivas alterações de moradores que se intercalam nas lideranças e fizeram uma ou duas assembleias. Mas muito na função de eleger seus representantes seus quadros de associação.

Mas o movimento em sim não faz assembleia na comunidade. Isso não acontece por que as comunidades trazem suas demandas para dentro do movimento, mais como um aporte e apoio. O movimento abraça as causas da comunidade e tenta articular por fora. A Gaúcha e a União, por exemplo, tinham a questão da luz que era muito forte. Então nós trouxemos isso para dentro movimento e fez com uma demanda fosse para frente. Dessa forma não é só a Gaúcha, mas a União, a Padre Cacique, separados...são os sindicatos, os apoiadore.. É o movimento que abraça a causa. Ai tem outro peso.

Tu falaste sobre a questão da violência e da mídia, no ano passado houerm várias notícias sobre o Santa Teresa. Onde uma delas foi bem emblemática trazendo a questão do Morro do Medo. Como tu julga o papel da mídia trabalhando nesse espaço que tem um peso muito grande e muita influência?

Então eu não julgo porque o que acontece a violência está por todos os cantos. Nós não podemos negar isso. Com relação ao Morro Santa Teresa o Movimento até se colocou numa perspectiva de defender o Morro. Nós fizemos uma coletiva de imprensa para desmistificar o Morro Santa Tereza, e dizer que a violência era só ali. E principalmente a forma pejorativa que a mídia colocou nas reportagens, como por exemplo o “Buraco Quente”. Nem chamam a comunidade pelo nome, falam como se todos eles fossem marginais, e na verdade não vem o outro lado das Comunidades. A mídia não vê também que existe uma ausência muito forte do Estado, no sentido de políticas públicas, e que o Estado só aparece com a força policial e em momentos pontuais.

A mídia que está ali no Morro tem interesse naquela área porque está associada a grandes corporações. Ela acaba se utilizando para criar um aspecto de que “essa gente tem que sair daí mesmo”, entre aspas, principalmente aqui no Rio Grande do Sul, onde eles têm um lado bem definido. E eles vão alimentando a opinião pública, que na realidade não é opinião pública, e é que na minha avaliação, é aquela massa que existe nas comunidades vulneráveis e o pessoal os apoiadores, e as pessoas que conseguem ver o mundo de um jeito, que encheram as desigualdades em todo esse processo. Existe uma burguesia minúscula e existe também uma massa de alienados que é o peso da balança. E que chama o isso de opinião pública. A questão geográfica para eles é uma questão importante, pois nem tudo no Morro, às vezes é na Grande Cruzeiro. Não que ali não haja violência. E a gente sabe que em Porto Alegre existe uma guerra do tráfico. E eles reduzem suas análises.

Se tu fosse delimitar as regiões do Morro que precisamos de mais ajuda: qual tu acha que precisa de mais organização que as demais, como saneamento básico. Qual é a comunidades mais carente?

Acho que as comunidades têm características bem diferentes: a Gaúcha, a União e a Ecológica tem uma configuração espacial, um desenho, no jeito de ocupar o território - formalmente falando - que é denso. Com ruelas, cubículos, lotes pequenos, áreas de risco. Essas precisam de uma urbanização.

O que já conseguiram até o momento: água encanada, energia elétrica... Eles conseguiram agora, e é importante a questão de esgotamento sanitário em todas elas. Mas a Gaúcha e na União principalmente. Elas têm alguns setores que principalmente que são de risco. E realmente são de risco para as famílias que estão ali e precisam de uma obra que trate

aquele risco de penhasco e de segurança ou a realocação para um lugar seguro dentro da Comunidade.

Por ser comunidade muito densa a tendência que seja necessário na área da FASE ali na matrícula para realocação de algumas delas, isso é muito forte na União. Quando fala em risco, subentende-se que seja vida. Por mais de que nunca tenha acontecido nada grandioso, a Michele e a Orley já pediram auxílio para algumas famílias, mas não é dispensar o morro como acontece no Rio de Janeiro, e é o que se tenta vender aqui. São situações pontuais que precisam ou de obras estruturais para sanar o risco ou uma realocação dentro da comunidade.

Também os acessos que, fisicamente não cumprem seu papel. Vou falar como arquiteta: a rua tem um papel que é levar os serviços urbanos até as casas, algumas daquelas ruelas não conseguem fazer isso. Precisam ser qualificadas para poder atender minimamente a comunidade, passar um cano de água, colocar um poste. Tem lugares aqui que tem um poste de luz e não se consegue passar do lado sem cair. Então tem que ações assim que tu não consegue dizer que tem direito à moradia, direito à moradia não é isso. Tem que qualificar. Essas três tem esse perfil. Dentre as três a ecológica é aqui fisicamente é mais fácil de intervir porque ela tem menos ruelas, é menos densa, menos área de risco.

Bom, a Padre Cacique ela já não sofre dessas questões... É aquela que fica mais perto da faixa, não tem adensamento as casas e são boas, o perfil das famílias, a infraestrutura deles é diferente: eles têm a da água e a luz pela FASE. Mas isso é um problema. A questão não é que eles não têm energia elétrica própria. Eles são dependentes na FASE, para eles isso gera um problema. E gera um problema para FASE que dizem que eles não pagam suas contas de água e luz e que a sociedade que trabalha para pagar. Eles tem outros problemas também, mesmo ele não tendo problemas acesso. eles estão muito próximos a duas nascentes. Não é uma área de risco, mas sim uma questão ambiental. Também tem a questão de que eles estão muito próximos a instalações da FASE e estão muito próximos a prédios tombados pelo Patrimônio Histórico. Isso aí é um nó. E é nó que o movimento tem que enfrentar e que os moradores têm que enfrentar.

Compatibilizar os usos funcionais da FASE com aquelas moradias levando sempre em consideração que eles estão ali mais de 50 anos, vivendo assim e muito bem obrigada, sabe. Essas questões da cultura burocrática que se colocam ali tanto para os moradores quanto para a FASE... Eu estou tentando fazer o meio de campo, por mais que eu tenha um lado, todos os dois têm os seus questionamentos. Os moradores reclamam muito eles porque eles não tem

correspondência, eles precisam ir lá na FASE pegar quando a parte administrativa esta aberta, ou seja, no horário comercial de trabalho, pegar uma correspondência. Eles poderiam colocar uma caixa de correio na porta da FASE, é uma ideia, mas não. E apenas é porque não.

A luz a luz deles é junto com a FASE e a FASE vive jogando na cara dele que eles não pagam a luz que quem paga a luz deles é a sociedade. O que eles mais querem é pagar a luz deles, mas a fase não individualiza. A CEEE diz que não podem individualizar porque aquilo é da FASE e tem portão dizendo que aqui existe dono, que é a fase, não é uma via pública. Eles só podem colocar em uma via pública.

Então dá-se a ideia de fazer a via pública, mas ali não é apenas a sede administrativa da FASE. Ali também estão os menores infratores, que estão em conflito com a lei e que tem todo o trabalho pedagógico social. Pelo menos teoricamente. Tem vários pontos de vista com relação a isso e é por isso que os ambientalistas diz que não corte a árvore, nem que prejudique a nascente entre outras coisas...

Esses movimento tem essa peculiaridade que é agregar essas distintas visões divergentes, e ao ao mesmo tempo são complementares. porque é muito comum ter despejo por área ambiental. Aqui eles se abraçam e se juntam pra tentar salvar essa área. Eu acredito que essa estratégia, mas isso necessita de uma intervenção na área da fase, e que isso seja visto em suas múltiplas fases.

Então que meio ambiente se sente a FASE, e esses se sentem com os moradores. Cada um com seu olhar e façam seus acordos. Não tem outro jeito de fazer isso. Eu não consigo vislumbrar outro jeito. Porque não é a área da fase ou só o patrimônio público, É o patrimônio público da cidade, mas para os moradores é o seu lugar de moradia. E esse lugar de moradia não pode agredir o patrimônio ambiental, que por outro lado, o patrimônio ambiental não pode ser motivo de tirar as famílias de lá que já estão a 50 anos. E o mesmo acontece com patrimônio histórico, e assim os detentos da FASE. Então tu cria ali todo um conjunto de fatores que precisam ser compatibilizados. Não pode ser um arquiteto sozinho, nem um ambientalista sozinho, nem um assistente social... tem que ser todos juntos. por issoa importância do o GT que foi por água abaixo.

Se tu tivesse que apontar sobre as principais ações do movimento acontecidas até o momento, quais seriam elas?

Na minha dissertação eu fiz observação participante e peguei todas as atas das reuniões isso pode te ajudar... Em suma observando as atas das reuniões dos comércios do Movimento Eu percebi que eles fizeram muitas reuniões para o GT funcionar, que é o decreto 12600 alguma coisa que esqueci o nome número. reunião com Secretaria Geral do governo com a casa civil com o meio ambiente com habitação tentando fazer que o GT acontecesse.

Um grupo ou outro de reuniões e com a Secretaria de Habitação principalmente para fazer a regularização fundiária avançar então foi o monte de reunião para ter o estudo técnico um monte de reunião para ter licitação um monte de reunião para ver o resultado o montes de para.. e assim foi. Depois tem um outro conjunto de reuniões que foi para as obras emergenciais reunião com prefeitura reunião com o estado para conseguir falar com a CEEE e conseguir energia elétrica... foram reuniões com prefeitura para o lixo e ir lá porque o lixo não vai, para o esgoto que estourou, para água. foram várias reuniões, mas em o menor quantidade com Prefeitura de Porto Alegre, mas muito voltadas para as inscrições de serviços.

O GT a regularização fundiária, um conjunto de reuniões focada nas ações jurídicas reunião com Ministério Público, Defensoria Pública pedindo processo judicial, com Procuradoria Geral do Estado para concessão de uso para tentar com o Ministério Público para ser parte do inquérito civil, que foi negado. Por que essa parte do inquérito civil, o inquérito civil porque o Ministério Público promoveu contra o Governo do Estado foi pedindo a regularização fundiária em Instâncias judiciais e o juiz mandou o Estados fazer a regularização. fundiária.

Como ele vai fazer? para isso o Estado tem que fazer o estudo técnico contratar empresa fazer os projetos e para lá para onde a gente fica brigando Então no meu texto da dissertação até falo isso enquanto processo judicial sobre a regularização fundiária então o movimento fica tensionando para que tem os estudos a gente precisa valor então ficamos tencionando para que ocorresse luz. ação judicial tá mandando estado fazer igual. o juiz mandou mas a gente tem que ter o controle em cima. então procuraram fazer esse levantamento judicial andar. disse que o estado recorreu no final do governo Tarso Mas pode levar 10 anos mas dificilmente vai desfazer a sentença na avaliação do jurista, eu não sou advogada, mas isso é que o Jacques o Cristiano e a Gláucia fala então foi esse conjunto de de coisas e um grupo importante de reuniões pela regula regularização fundiária focou os projetos e focou zoneamento, que foi uma grande vitória do movimento o movimento foi lá

que por obra foi uma lei proposta por um vereador uma vereadora no caso a Sofia cavedon mas a construção dele foi todo feito toda feito no movimento pelos advogados e pelos seus arquitetos que sentaram com o gabinete e disseram a isso que a gente quer e aí junto a gente montou uma estratégia onde visitamos todos os vereadores tiramos fotos com eles porque na hora que a gente visita eles aprovam e dizem que estão apanhando. Então vamos lá, tirar uma foto dizendo que tu está apoiando no dia da votação todo mundo dizendo que fulano de tal a prova então foi votação unânime a favor. então movimento faz as suas articulações mas muito nesses... o que a aconteceu. Tem um tripé que é: meio ambiente, moradia e descentralização da fase estava tudo junto para derrubar o PL derrubado PL o que tomou mais força dentro desse movimento foi pela moradia então todas as ações caminharam em função da regularização fundiária. então conjunto de reuniões que foi para fazer o parque acontecer mas o parque sempre ele vem integrado com projeto a ideia que fato regularização fundiária e se houver a necessidade de realocação família dentro da área da base e o que sobra faz o parque. não o que mas valor ambiental. é o parque. então tenho toda uma discussão no movimento sobre o nome “parque”. é uma unidade de conservação ambiental. a gente não sabe se Parque ou se outro nome. mas tem lei.. regra isso, eu não sou da parte ambiental, mas o Chico que é do movimento também ele sempre coloca essas questões. e tem a FASE, A descentralização da fase enquanto estava na outra gestão eles participavam de algumas reuniões que a gente chamava mas agora a frase parece que é a princípio tem me abraçou a parte da descentralização, minha avaliação não do movimento, tomou um posicionamento digamos assim, não sei.

Tu acha que o movimento tem ficado mais em reuniões do que ações diretas de rua ou não tem esse perfil?

Então essa pergunta é boa, essa é uma pergunta que eu quis fazer para os moradores na minha pesquisa, eu entrevistei as associações de moradores, a Orley fez uma fala .. ela e a Michele entrevistei elas juntas, elas fizeram uma fala de que tem a questão da rua e do gabinete. disseram que o movimento foi pra dentro do gabinete e abandonam as ruas uma avaliação externa e interna também e até por sinal se tornou um título de um capítulo da minha dissertação. É muita casa do movimento é o movimento que ele nasceu de uma ação de rua para derrubar o PL mas se na sua trajetória ele adotou não foi para dentro do gabinete ele adotou o diálogo com estado porque ele acredita na construção com estado ele demanda do

Estado as suas políticas as suas demandas ele quer regularização fundiária ele demanda para estado ele não sabe manda de dizer que eu quero casa porquê ele quer sentar com estado e dizer como ele que a casa então se ele quer dizer como ele quer casa dele ele precisa sentar no gabinete Então vem uma fala que o Jax sempre usa que a gente não pode sentar na mesa para discutir com o nosso opositores sabendo menos do que ele a gente tem que ter Igual acesso à informação está munido com as mesmas informações e ter as mesmas condições de construir uma proposta porque senão Tecnicamente não derrubam E aí O movimento tem o seu apoio técnico. Então se tu olhar enxergo o estado como algo que não quero poder tomar o poder do estado e ele já disse que tu quer que tem como atender a demanda e tu quer sentar pra discutir como estado tudo em sentar no gabinete, não é na rua, tu tem que sentar na mesa. o movimento não anda nas ruas durante a rua que foi derrubado o PL e foi uma ação de rua e foi importante e foi necessário e foi aonde que foi o dispositivo para tudo. depois daquilo o movimento teve um projeto comum e aquele projeto ele disse eu vou fazer ele não disse eu vou fazer não tem como a sociedade civil dizer que vai urbanizar uma vila.. não tem como a sociedade civil dizer que vai dar a posse da área, é o estado... não é a sociedade civil que faz isso é o estado. e aí se é o estado nós vamos propor por Estado então ele estabeleceu essa estratégia então se ele estabeleceu essa estratégia e aí o que aconteceu Estava até agora Aos Trancos e Barrancos Estamos chegando no momento que o diálogo não está mais acontecendo Talvez seja um momento de uma ação tática de rua. mas aí vem uma outra questão Também. bom enquanto a gente fica nesse tempo construindo dentro dos gabinetes mas não de uma forma pejorativa dentro do gabinete foi uma estratégia de luta Pois estávamos dentro do gabinete construindo coisas o movimento descolou das suas bases das Comunidades. hoje pra rua o povo não desce a Michele disse isso eu acho. a não ser A não ser que diga eu vou vender o morro de novo que é uma coisa assim que não está descartada mas é um pouco remota Então vem a sua leitura não digo que é um é outro o movimento vem utilizando estrategicamente as as formas de fazer suas lutas eu não vi vendo nenhuma em outra eu acho que as duas são complementares. e eu estudando consegui entender que se articularam dessa maneira não planejava mente mas que as coisas foram ficando assim da mesma forma Quando é o PL do Morro estava sendo proposto os moradores não foram sozinhos para Rua teve todo máscara são de fora que foi o MST que organizou isso e ajudou ele a mobilizar e ajudou eles responderem nas ruas tanto que hoje as gurias tu quando te entrevistar elas vão dizer o que a

gente precisa de pouco a gente tem que chamar o MST. A Orley tem essa leitura da rua e a Michele tem essa leitura do gabinete.

ANEXO G - Entrevista Orley Maria da Silveira

Moradora da Vila União, Morro Santa Teresa, tem 59 anos de idade. É conselheira no Orçamento Participativo.

Local da entrevista: Morro Santa Teresa, Vila União.

Gostaria de saber como iniciou tua participação no movimento? tu já participava com alguma outra organização na comunidade?

Eu vim morar aqui Depois de 25 anos morando em Porto Alegre, eu morava na Cidade Baixa e a minhas primas já moravam aqui. a Michele atual presidente da associação da Vila União, morava no bairro. Eu não conhecia Vila eu tinha medo de Vila porque não conhecia, nunca morei em Vila. quando vem para cá Foi por causa do aluguel. quando que cheguei aqui o meu primo, que é primo da Michele também, estava participando desse negócio... Ele era cabo eleitoral do Olivio e me convidou para fazer parte do Orçamento Participativo, para entrar na chapa da associação do bairro. Eu vim morar aqui, comprei essa casa. E disse que queria fazer alguma coisa para ajudar. Isso aqui não era nem a metade do que tu está vendo agora. Era uma coisa horrível. Ai eu comecei a participar do orçamento participativo como figurante, para aprender como funcionava as coisas. Porque tudo que tem nas ruas de Porto Alegre é a prefeitura que encabeça, arruma poste, asfalto. Mas até ai eu não sabia que eu estava em uma área que não era da prefeitura, que era do Estado. Isso no fim de 2009, quando a governadora Yeda queria vender isso aqui, fiquei sabendo por uma colega minha sobre a venda. Ela me perguntou se eu sabia que a governadora queria vender o Morro. Ai eu perguntei: Como assim? Chegou de noite e eu chamei o Alex que mora aqui do lado e

perguntei para ele se ele sabia que ia vender o Morro. Dai ele me perguntou “Como assim vão vender o Morro?!”. Ai eu disse para ele que iriam vender o Morro e contei o que fiquei sabendo na reunião do OP. Ai, o Alex que era presidente da vila, presidente não de fato, mas presidente de boca.

Ele era presidente da associação de moradores?

Não no papel ele era presidente de boca, era um grupo de amigos que se reuniam e faziam coisas para a vila, não tinha nada registrado. Nesse meio tempo junto com o pessoal do PT e apoiadores conseguiram para nós reivindicar, que nós fossemos uma pessoa jurídica. Onde eu era a tesoureira a ter uma associação no papel. Nesse meio tempo eu fui aprendendo com o pessoal do centro que também achavam um absurdo pelo valor, e nesse meio tempo venderam a área ali perto do internacional, no Menino Deus, estavam oferecendo a metade do que tinha oferecido para eles ali nos eucaliptos. Aí o pessoal lá do centro mandaram seus apoiadores para nós.

Então, quem foram esses primeiros apoiadores?

Foi o SENGE, os arquitetos, os correios, os professores, sindicatos... Na época um dos mais atuantes foram o MST.

O MST está atuante no movimento atualmente?

Não, mas ele está sempre na guarda. E o que acontece. Nós tínhamos a vontade de atuar, mas não tínhamos a estratégia, O MST é estrategista, tu sabe né, eles tinham a estratégia junto com o Levante (da Juventude). O Levante também faz parte é um apoiador que a ponta do MST na cidade, mais as ocupações no Morro da Cruz e todas as outras ocupações que estavam junto conosco. Eles vinham aqui e diziam para nós.. Eles nunca disseram para nós “façam isso!”... Eles davam para nós três opções de diretrizes e nós seguíamos aquelas que mais achávamos melhor. Eles nos explicaram se seguíssemos tal diretriz poderia acontecer isso e aquilo... e Assim por diante. Nós usávamos o quadro negro porque eles nos diziam o que eram os poderes executivo, legislativo e judiciário e como eles funcionavam e como nos neutralizariamos esse povo. Chegávamos do trabalho e tinha uma

reunião, no outro dia a mesma coisa, chegávamos do trabalho e tinha outra reunião. Então aquilo foi tomando uma proporção de que quando vimos já estávamos até a raiz dos cabelos em um movimento. A primeira movimentação de que nós não estávamos brincando foi a seguinte: uma coisa é nós fazermos a reunião aqui em quatro paredes, outra coisa pra mostrar que nós estávamos ligados é sair para a rua. Então essas foi a primeira manifestação que a gente fez. Chamamos toda a comunidade dos moradores aqui. Essa foi a primeira que fomos ali para a frente da FASE. Ai quando nós trancamos a frete da FASE as 9 horas da manhã, ai veio aquela coisa assim... O falatório de que nós eramos vagabundos, de que nós não trabalhávamos, que nós não queríamos trabalhar e que nós estávamos trancando a rua e aquela coisa toda. Ali o pessoal começo a se assustar e dizer: “opa, não é por ai”. Começou assim.

No fim de 2010, dia 14 de fevereiro entrou o projeto da Yeda na câmara. Aí começou o movimento de rua e o movimento de buscar os apoiadores. Dentro da assembleia legislativa, dentro da câmara de vereadores. Desta forma foi se alastrando. Nós tínhamos 42 apoiadores de entidades. Tomou uma proporção maior que veio gente do exterior para lutar conosco. Veio gente do mundo inteiro. Veio gente da França, dos Estados Unidos, Alemanha... Nós tínhamos gente de todos os lugares. Da França o número era bem maior de apoiadores, bem expressivo. Vieram jornalistas do mundo inteiro querendo fazer parte e divulgar esse movimento.

Ai começamos dentro da Assembleia, batendo de porta em porta, de gabinete em gabinete. Desde os que eram a favor aos que eram contra para não votarem. Nós passamos mais de 3 meses tentando atrapalhar a votação. Nós não dormíamos e nem comíamos mais. Nós tínhamos dias que nós abraçávamos uma com a outra e nos abraçávamos porque era um cansaço fora do comum. A Claudinha (Cláudia Favaro) também fazia parte desse movimento, nessa época ela trabalhava com o MST.

Desde então a gente começou, as reuniões eram aqui na comunidade... Na casa de um e de outro. Na casa de qualquer um. Depois a gente começou a fazer no IAB as reuniões. Nós já estamos na 67ª reuniões nesse tempo que nós estamos nesse movimento. Desde eu comecei a entrar nesses movimentos. Fui então na Copa.. Antes, quando o Brasil foi sorteado para se a sede da Copa, nós já começamos. Ai eu já entrei nesses movimentos. Comecei a tomar gosto. Porque eu sempre fui revolucionária, mas eu não sabia... Comecei a entrar..

Foi ai que tu teve a oportunidade?

Sim, ai que eu tive a oportunidade. Quando eu achei uma turma que era revolucionária que nem eu, que pensava como eu pensava, eu entrei. Ai eu pensei: “É por aqui que eu vou indo”. Foi assim que eu fui entrando nos movimentos. Então foi assim que a gente conseguiu cancelar o PL 388, que eu tenho cópia. Ninguém tem cópia, só eu que tenho guardado aqui, do projeto da Yeda. No dia da votação que a gente conseguiu fazer aquele dia do sim ou não, morreu o Bernardo de Souza que fazia parte da câmara, ai foi adiado mais uma vez a votação. Na outra semana nós entramos em peso para dentro da Assembleia.

O pessoal fez video, colocou na internet ne?

É. depois nós conseguimos acabar com o PL começou a luta verídica. Ai veio a campanha. O Tarso vai entrar e nós começamos a fazer campanha para o Tarso (PT). Se o Tarso entrar nós já estamos tranquilos, pensamos, pois ele era do mesmo partido do movimento que nos apoiou dentro da Assembleia. Estamos tranquilo..

Só que não foi verdade. Porque nós fizemos audiência pública naquela época ele fez um decreto para cá ele não chamou as lideranças nem nada. Ele fez junto com a equipe dele e lá fez uma média e largou fora e nunca mais. COlocou o Secretário da Habitação para nos ajudar a fazer a regularização fundiária aqui. O Secretário nos enrolou os quatro anos.

E nos quatro anos do governo Tarso teve alguma coisa que tu disseste “isso foi importante que aconteceu? ou tu achou que foi enrolado?”

Só enrolação. não teve nada que nós.. Quer dizer, a única coisa que nós tivemos nos quatro anos do governo Tarso foi abrir a porta. Por exemplo assim, se nós marcássemos uma reunião para saber o porque não estava andando. Eles nos abriam a porta e davam meia dúzia de explicações e nós saímos dali.

Quanto a isto, nós já entramos na justiça através do Dr, Jacques (Alfonsín), para que nós entrássemos como integração de posse para todos os moradores aqui de cima. entramos na justiça e até hoje não desenrolou. A única coisa que o juiz mandou bater o martelo é que entrassem as obras de energia elétrica emergenciais. Que o Estado não tinha como remover o pessoal mais daqui. Enquanto isso nós permanecemos no local, nos precisamos gravar uma lei

que nos deixe mais fortalecido. Então fomos fazer uma lei de AEIS, junto com a Sofia (Cavedon), porque precisa de um membro da câmara, um vereador para somar. E nós fizemos essa lei dentro de casa. Dentro da minha casa, dentro da casa dos moradores.

A lei AEIS foi feita dentro da nossa casa. Um dia aqui em casa, outro dia na Padre Cacique, outro dia foi alina Gaúcha, junto com a liderança que nós fizemos a AEIS. Não foi feita dentro da câmara de vereadores.

E quais as comunidades mais atuantes desde o início do movimento?

A Gaúcha, que o líder é o Seu Darci, nós aqui [a União], a Michele e eu, ali na Padre Cacique que nós estamos sempre juntos e a Ecológica que é aqui embaixo.

E todo mundo participa?

Não, a Ecológica ultimamente não. Antes era a dona Teresinha. Mas, a dona Teresinha estava muito doente e ela passou a associação dela para o pessoal fazer a eleição, mas o pessoal que se candidatou para fazer a eleição viu que o estatuto deles está muito atrasado. E tem que atualizar o estatuto e também tem uma dívida porque eles colocaram uma rádio comunitária e tem uma prestação de contas para fazer e o Ministério Público disse que teriam que pagar essa dívida. Os novos que entraram disseram que não irão assumir uma dívida que não é deles. Agora eles estão tentando fazer um novo estatuto e uma nova associação. Nós continuamos todas as quatro juntas.

Tu vieste me mostrando os postes e as ruas. Sobre as melhorias, quais as obras mais importantes que ocorreram desde o início do movimento?

A luz. Apesar de não ter saído ainda nesses quatro anos a regularização fundiária, mas teve o decreto. E uma das coisas que nós conseguimos, muito importante foi colocar a luz. Porque eles não queriam colocar a luz porque quando entra a luz numa área que não tem dono, ela caracteriza a posse. Então eles estavam reticentes. Antes era tudo 'gato' vinha tudo lá por baixo. Quando eles colocam a luz determinam que é para sempre. Eles não fizeram a regularização fundiária porque o Frizzon, que era o Secretário da Habitação, porque ele dizia que enquanto eles não fizessem o estudo de ver as ruas e aquela coisa toda, porque tinha

muita gente em área de risco. Só que eles não nos diziam que risco era esse. Eles nos mostravam o projeto, falavam que era área de risco, não diziam onde e como. Como nosso grupo de apoio tem engenheiro, arquiteto, geógrafo... nós temos toda a espécie de gente capacitada para esse tipo de coisa, e eles não diziam o que era. Porque se eles dissessem o que era nós veríamos como poderíamos sanar esse risco. Porque tem risco leve, médio e grave. Os grau de riscos... E eles não nos diziam para que nós não nos instrumentalizássemos, porque se não nós teríamos mais argumentos.

E até agora das comunidades, quais as que tiveram a colocação de luz?

A Gaúcha, a Ecológica foi a primeira que teve. Porque a Ecológica fez luz, água e esgoto através de apoio político, com suas parceiras. Eles só estão precisando da regularização fundiária porque o resto eles já tem.

E quais as que ainda tem mais pendências?

O seu Darci, entrou para nós primeiro e a Gaúcha foi a segunda, que já terminou a luz. E nós da União também. A Padre Cacique tem a luz da FASE. A água nós [União] conseguimos em 2004, com o Todeschinni que trabalhava no DMAE. Ele conseguiu para a vila da dona Teresinha, então para passar para a dona Teresinha teria que passar primeiro para nós aqui na União. E como a água não sobre ela precisa descer. Então o Todeschinni para agradar o meio político dele conseguiu vir do Bevedery ali de cima passassem para cá.

Antes a água era como?

Era clandestina. Tem uma caixa d'água lá em cima e pessoal fechava. Às vezes nós passávamos o dia sem água aqui, eu não morava aqui, uma menina que era minha amiga morava aqui em casa. Eles cortavam a mangueira de tarde.

Para fazer uma pressão para colocarem água?

Não, porque a água era de uma torneira. Então todo mundo fazia assim, para pegar água. Eram aqueles canos de PVC, então um puxava para cá e outro puxava para lá. Quando chegava de tarde ninguém mais tinha água. Ou se não eles lá em cima tinham água e aqui

embaixo não porque a vizinha fechava o cano. Porque para eu ter água aqui o cano passava por dentro da casa de outro vizinho. Era um ninho de gato.

Nessa época quando eu vim para cá tive que comprar uma caixa d'água, porque enchia a caixa d'água e ficava. Havia vezes que nós ficamos 3 ou 4 dias sem água. Tínhamos que ir buscar lá na fonte ou comprar. Quando vim para cá eu chorava dia e noite. Porque eu dizia “o que eu estou fazendo aqui nesse lugar, passando essa trabalhadeira.”. A minha mãe esteve aqui e se apavorou, disse que eu precisava ir embora, sair daqui. Mas, aí eu pensei que alguma coisa tem a ver, porque não é atoa que eu estou aqui. Meu irmão veio me dizer o que eu estou fazendo aqui... Só que eu gosto dessa cidade. Eu amo Porto Alegre! Na minha última encarnação deve ter sido aqui. Porque essa cidade tem uma coisa assim... Olha que eu viajei o Brasil quase todo, mas quando estou chegando em Porto Alegre começo a chorar. E eu não sou filha daqui. Sou de Rio Grande.

E das coordenações atuais das comunidades?

Aqui na União a Michele é a presidente e eu sou a vice. O seu Darci, da Gaúcha, Julio Pacheco, na Padre Cacique, na Ecológica era o Mano, mas o Mano saiu.

Sobre o governo Tarso: Fora a luz o que nós conseguimos no governo [Tarso] é que nós poderíamos ter andado muito mais, muito mais... É isso que nós queríamos. Que nós não dependessemos desse. Tem o estudo que foi feito aqui, o estudo socio-econômico, foi feito pela prefeitura, em 2009 (acho) para regularização fundiária. Foi só jogo de cintura... mais conversa do que outra coisa. Em resumo, ele saiu. Nós lutamos para que ele ficasse para nós podermos cobrar. Ah! também tivemos a aprovação da lei da AEIS. Para um governo aliado estávamos esperando uma coisa mais concreta.

E com esse governo Sartori, o que vocês estão esperando? Como foi o desenrolar até agora?

Começou num raciocínio numa linha de diálogo, bem no comecinho, ele disse para nós que uma das prioridades era resolver esse problema do Morro. Que daria visibilidade para ele já que nós estamos lutando por muito tempo. Então, no início, foi abrindo as portas. A SOP (Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação) começou a regularização fundiária com base no estudo da empresa anterior, mesmo incompleto, porque muitas coisas que a empresa fez dentro das comunidades não estavam completas. Pois teve um problema entre a empresa e

o governo, então a empresa se retirou. Mesmo assim, o governo deu carta branca para a SOP começar a fazer a regularização.

Empossamos o GT de tabalho, onde nós (movimento) queremos fazer parte desse GT. Não abrimos mão disso.

Eu gostaria de te perguntar sobre esse GT. Como andam os trabalhos desse GT?

Por que do GT, é óbvio que nós não somos técnicos. Os moradores não tem conhecimento de fundação, solo. Sabemos que aqui é argiloso, tem rochas, mas a FASE quando viu que tem essa lei que os moradores não podem ser retirados ou afastados da sua casa, ainda mais esses que estão cadastrados. Os moradores estão todos cadastrados. Inclusive uma das nossas reivindicações é que eles colocassem no Diário Oficial o nome de todos os moradores... Mas, não conseguimos.

Acontece que o GT foi empossado na secretaria e tivemos a primeira reunião. Nesta reunião foi o secretário da FASE, os moradores (Eu, a Michele, seu Darci) e os apoiadores (a Karlinha (Karla Moroso), que é arquiteta, e mais o jurídico que é o Dr. Jacques, da ACESSO).. A intenção é que se um não puder ir o outro pode.., Sempre tem que ter alguém junto. Na primeira reunião que tivemos na SOP já deu problema. Nos mostraram o mapa, muito bonitinho e tudo, nos mostram o que era área de risco, que podia retirar, que poderia remover... E nós não comentamos nada. Só vimos e ouvimos.

Depois da primeira reunião nós nos reunimos com aquele material, pedimos cópia. Ai a FASE retirou-se do GT. Porque na primeira reunião que houve do GT eles nos disseram que eles não discutiriam com pessoas que não tinham conhecimento. E que o governo não poderia nomear nós para fazer parte do GT - esse foi o argumento deles - porque o governo não tinha controle sobre nós e que nós éramos pessoas físicas (não fazíamos parte do governo). E que o governo só poderia e pode indicar pessoas que trabalham no quadro deles. Estranho né? Ai, fizeram um outro decreto aonde eles nos retiravam do GT e que para o futuro nós poderíamos ser convocados para comparecer lá para ver como estava. Ficaram de convocar uma reunião para 10 dias, 15 dias, 30 dias.. mas, até agora nada.

Nós fomos até a SOP falar com o secretário de habitação. Ele nos disse que foi uma guerra no GT e que ele também se retirou, porque ele não conjugava das ideias dos outros apoiadores. E na verdade não haviam outros apoiadores, mas sim outro, que é a FASE.

E a relação de vocês com a FASE, tu pode me falar sobre?

Conosco aqui, com as comunidades da periferia da FASE, ele não tem nada a ver. O problema da FASE é com a Padre Cacique que nós não abrimos mão deles fazerem parte do mesmo movimento e da mesma luta. A relação entre FASE e movimento é conflituosa por causa da Padre Cacique. Fui numa reunião semana passada e o pessoal da FASE me disse que eles estão interessados em resolver essa questão por conta das empresas. Por que a gente sabe que as empresas batem os olhos ali.

O que a gente fez com o PL que assembleia poderia passar os imóveis, vender e tal... Foi então que nós nos antenamos de que fazíamos parte desse imóveis do governo e nos chamou a atenção.

Em julho saiu aquela notícia no Sul21 de que essa área poderia ser privatizada.

Como vocês têm lidado com essa pauta? O governo tem procurado vocês?

Eu já vou chegar nessa parte para eu voltar...

Nesse dia foi um rapaz da vila Sargento, em que a FASE pediu a reintegração de posse. Foi aí que começaram a vazar as notícias sobre que a FASE estaria pedindo a retirada dos moradores. Muito pela distorcido pela mídia...

Sobre a maioria das pessoas que participam das comunidades, são homens ou mulheres?

Mulheres, de lideranças, a Michele e eu, depois tem o seu Darci e o Julio. É meio a meio.. tem homens, mulheres, crianças que participam aqui.

E sobre as reuniões, vocês tem feito mais reuniões dentro ou fora da comunidade?

Mais para lá. Mas falando com a Michele, ela disse que vai fazer alguma coisa para chamar o pessoal daqui. Eu por mim sou mais democrática. Eu quero avisar que eu estou apanhando. A Michele, não. Ela acha que as pessoas não vem. Mas eu digo que a gente fazer um bolo que as pessoas bem. Nós fizemos umas comidas ali em cima.. Tinha mais de 200

peessoas, na hora da reunião vem poucas. Então nós vamos fazer um bolo e chamar eles para uma reunião na rua.

Acontece que é o tipo que é colocar a responsabilidade nas mãos das lideranças.

No inicio do movimento as pessoas desciam o morro para fazer manifestações?

Desciam.. Estavam todos com medo da venda do morro, então todo mundo desciam. A gente dizia que ia ter ônibus, encostava o ônibus já estavam todos ali e todo mundo desciam. Tu pode ver as fotos e ia todo mundo junto.

Então tu pode dizer que o movimento perdeu um pouco disso?

A gente perdeu. Nós poderíamos ter mantido isso, que também foi um erro nosso. O que aconteceu. Começaram as reuniões de gabinete. Então quando começam as reuniões de gabinete e de escritório não vão às famílias e vão só as lideranças das comunidades. Quando a gente faz aqui, na garagem da bolinha, minha prima que a gente apelidou de portierinha, eles vem. Dá uma caminhada, eles vem para ver o que aconteceu.

Tem acontecido aqui outras atividades?

Dia 19 de novembro, sábado terá outra caminhada. Vamos colocar lá na lista.

Tu acha que as pessoas não tem ido no IAB talvez seja algo mais formal?

Acho que não é por isso, na verdade eu não sei. Não é por isso. Se tu vai para o centro tu vai pagar do teu bolso, porque ninguém paga, nossa associação não tem fundos lucrativos, ou então temos que arrumar um ônibus para levar o pessoal. E hoje é muito complicado, caro. A população não se mexem porque dizem que nós somos os representantes e dizem que nós temos o aval para fazer o que entendemos. Eu digo que é que nem as mulheres antiga onde o homem era o provedor da casa. Que a mulher era a esposa e só costurava e passava. Acontece é que eles acreditam que eles tem o representante e não precisam ficar se envolvendo.

E os apoiadores, a ACESSO, CDES, IAB, AGB... São esses o que mais participam, quem mais?

Esses que mais participam.

E todos tem o mesmo poder de voto não só vocês da comunidade é que votam?

todos tem o mesmo poder de voto. As decisões são tomadas nesse grupo em consenso de todos. Agora o seu Vinicius disse que nós temos que tomar a frente e não podemos esperar por eles para agendar reuniões. Ele sempre nos cobra que nós tenhamos chamar as reuniões. Agora ficou decidido que nós da comunidade é que chamaremos os apoiadores e não ao contrário.

E dá para dizer que essas pessoas que apoiam o movimento fazem parte ou apenas apoiam?

Eles fazem parte, porque aqui é um tripé: regularização fundiária, permanência da fase no local e o que sobrar é parque que é a preservação do bioma da região. Eles lutam pela preservação ambiental e nós com a regularização fundiária e a permanência da FASE no local (reestruturação da FASE)

Desse tripé o que precisa mais avançar?

O parque. Porque o parque é como se fosse uma sobra depois da regularização fundiária. Aqui nós temos uma saibreira que podemos usar para fazer algo acustico e cultural. Se nós abrimos mão de qualquer uma dessas parte automaticamente nós estaríamos dando margem de perder os outros.

O movimento tem acompanhado outras lutas da cidade ou as pessoas individualmente?

Eu é que participo mais como movimento e como moradora. Acontece o que a mesma coisa que estou fazendo contigo eu faço nas faculdades falar o que o governo tem feito na cidade que é de limpar mesmo as pessoas carente, limpar a classe baixa da cidade. Quanto mais longe melhor. O que acontece, essa higienização social que tem acontecido na cidade, que vinha acontecendo de uma forma menos agressiva do que agora, porque quando eu cheguei aqui em Porto Alegre em 1978 já estava acontecendo a higienização de Porto Alegre

só que era de uma forma mais discreta. Do tipo, vamos construir a Perimetral. Eu cheguei em Porto Alegre bem nessa época que tiraram todos os moradores da Perimetral, que moravam aqui na Cascatinha. Eu vim na época que limpavam a Cascatinha. Eu morei bem na frente da praça Garibaldi... Isso tudo aqui era mato, eu vim para cá. A Cruzeiro era mato dos dois lados e tinha ali só as casas do DMAB. O ônibus Santa Teresa passa.

Orley me mostra os prédios que haviam na época perto do IPE da sua janela, onde comentamos sobre a retirada dos pobres do Centro de Porto Alegre.

Aí veio a higienização... Naquela época era mais sutil. Agora não, é mais acentuado essa coisa de tirar as pessoas. Foram tiradas e colocadas as pessoas dos lugares de onde moravam as pessoas no meio do mato. Com o advento da Copa tudo que era projeto eles resolveram dar visibilidade... Acontece que foram fazendo os projetos e foram dando bonus moradia para as pessoas com 50 mil reais para as pessoas comprarem onde quisessem,, mas prefeitura ganhou milhões com isso. O poder público e as empresas de construção civil ganharam muito dinheiro com isso... O pobre quis, não tinham nada, mas casas caindo aos pedaços.

Quando eu entrei para o movimento dos direitos humanos eu fui entendendo que a violação era muito maior do que eu imaginava e que a própria mídia dizia. A mídia dizia que a cidade precisava crescer e que precisava se adequar, mas era se adequar do jeito que as empresas gostariam que fosse,,

E na copa isso foi fortíssimo...

Na época da Copa eu, a Cláudia e a Karla, que fizemos parte do Comitê da copa mapeamos e mostramos para a população dizendo o que ia acontecer e como ia acontecer e as pessoas não nos deram ouvidos (falando sobre as remoções).

Até a copa vocês tiveram mais movimentos de rua, tua acha que está faltando isso de novo?

Tivemos bastante foi o pico na época da copa. Tem que voltar o embate de rua, mas com uma outra visão. Como eu disse para a Claudinha, eu não concordo com esse embate. Tu tem que se fazer presente, mas que seja uma luta de classe. Mostrando o que é real, mas a gente não consegue ter controle total sobre as pessoas. Quando a gente faz algo para colocar o pessoal na rua a gente tem reuniões prévias, a gente precisa ter organização.

**Sobre a mídia: o que tu tem a dizer sobre o embate do movimento com a mídia..
trago o exemplo do Morro do Medo que saiu na Zero Hora?**

Nós entramos na Justiça sobre isso. A gente não pode negar que tem essa questão da violência, mas eles chamam de buraco quente e tal. Aqui não é buraco quente... Aqui moram trabalhadores.

ANEXO H - CAMINHADA PELA COMUNIDADE

Data: 9 de novembro de 2016.

Chegando na comunidade pude ver os postes que ainda restavam com os fios de gato, que não eram mais utilizados após a colocação de luz elétrica regular na comunidade. Após a entrevista Orley me levou para realizar uma caminhada pelo morro. Ela me apresentou alguns

vizinhos e mostrou algumas áreas da comunidade como o Belvedery, a vista do ponto mais alto da comunidade. É possível enxergar outros pontos da cidade como o Hospital Divina Providência, no Bairro Cascata. Do alto do Santa Teresa é possível ver diversos pontos da cidade e a vista entre a Zona Sul e o Centro da cidade de Porto Alegre.

Conheci área provável do parque. Ela me fala sobre uma provável retirada dos pinheiros que estão invadindo a área da mata nativa. Conversamos sobre a retirada do lixo no local, as pessoas colocam por vezes o lixo naquele espaço alto do morro, ela lembra que o morro não tem coleta do lixo regular.

Pude observar a área da FASE e as comunidades do Morro do alto. Orley me mostrou uma série de casas de contêineres após a queimada em um local próximo dali. A moradora me mostra a área de um prédio desativado em que tem-se o projeto de realizar um possível museu local, mas isso ainda não foi aprovado.

Orley me mostra pelo caminho o concreto feito pelos moradores para possibilitar a passagem dos carros. A moradora relata que após o processo de regularização fundiária esse processo de urbanização será importante para melhores condições do local, pois por vezes se abrem buracos enormes, que ela chamou de crateras, em função da chuva, por isso a ação dos moradores em fazer o concreto. Devido o início da chuva não prosseguimos a caminhada no qual fui convidada para participar na que ocorrerá no mês de novembro.

Seguem algumas fotos tiradas durante a caminhada:

Guaíba e proximidades com a área de preservação ambiental



Vista da casa da Orley



Vista de um dos pontos do Morro: Caminhando pela comunidade



ANEXO I - ENTREVISTA COM MORADORA E INTEGRANTE DO MOVIMENTO O MORRO É NOSSO.¹⁵

Entrevistada: Orley Maria da Silveira.

Data: 27 de maio de 2014.

Local da entrevista: Bar do Antônio, Campus Centro - UFRGS

Durante a tarde do dia 27 de maio de 2014, realizamos entrevista com a moradora e integrante do Movimento afim de nos apropriarmos de maneira mais clara da realidade das pessoas que vivem no Santa Tereza e de como funciona e é organizado o Movimento o Morro é Nosso. A entrevistada foi contatada via correio eletrônico, seu contato foi fornecido pelas administradoras, Kátia Manko e Raquel Casiraghi, do blog Comitê Popular da Copa. As jornalistas desse canal noticiam os fatos referentes aos atingidos por megaeventos. Segundo a entrevistada, Orley Maria da Silveira, o Movimento compreende cinco vilas, são elas:

¹⁵ Entrevista realizada para a construção de um trabalho para a disciplina Estratégias de Desenvolvimento Loco-Regional em 2014.

Ecológica, Gaúcha, Padre Cacique, União Santa Teresa e Prisma. A última citada é a menos ativa em termos de manifestar-se sobre o que acontece no Morro.

A moradora veio ainda jovem morar em Porto Alegre, nascida na cidade de Rio Grande, veio a capital gaúcha com a intenção de melhorar de vida. Residiu por 25 anos no Centro da cidade, sempre morando em casas de família, onde trabalhava. Quando veio a aposentadoria ela pensou em comprar a casa própria, dessa maneira, relatou que não tinha condições de comprar uma casa no Centro ou em algum outro bairro central devido ao alto valor dos imóveis, sendo assim, resolveu se mudar para o Morro. Morando no Morro há dez anos ela se considera uma moradora jovem da região. Sempre com o interesse de melhorar as atuais condições de onde vive começou suas atividades de colaboradora da comunidade onde vive através do Orçamento Participativo. Ela relata que existem hoje morando no Morro em torno de 7 mil pessoas.

O Movimento surgiu, segundo ela, quando os moradores souberam que o Morro seria vendido. Não houve em nenhum momento por parte dos governadores algum tipo de conversa com os moradores. O governo Yeda simplesmente tentou privatizar o Morro, não conseguiu devido ao Movimento o Morro é Nosso ter colocado na rua aproximadamente dez mil pessoas para exigir o direito de moradia dos moradores e a conservação do patrimônio tanto público como de preservação ambiental. Não houve em nenhum momento qualquer tipo de violência ou depredação durante as manifestações do Movimento, relata a entrevistada. O próximo governador, Tarso Genro, assinou um Decreto, porém, novamente sem nenhum tipo de conversa ou reunião com os interessados no assunto, o Movimento O Morro é Nosso. Considerada um avanço, a Lei Complementar da Vereadora Sofia Cavedon, redigida de forma coletiva e com a participação do Movimento, visa dar aos moradores o mínimo de infraestrutura necessária à vida.

A entrevistada relata que no Morro não há energia elétrica, saneamento básico, coleta de lixo, encanamento de água potável, entre outros. Segundo ela, existe insegurança por parte dos moradores quanto ao próximo Governo Estadual, considerando que esse ano é ano eleitoral e a partir do próximo ano o Palácio Piratini pode ter outros governantes. Como a área pertence ao Estado do Rio Grande do Sul depende das políticas do Governo Estadual que são incertas para o próximo ano, 2015. “É muito difícil lidar com o Estado, quando em uma empresa as decisões e atitudes são para ontem e tudo precisa andar de forma rápida e ágil, no Estado tudo é demorado, depende de política e são decisões tomadas a longo prazo, para os

próximos vinte anos, é muito complicado depender da boa vontade dos governadores e dos políticos, nós cidadãos moradores do Morro.”

Sra Orley relata que os moradores do Morro e os gaúchos de modo geral são menos ativos em movimentos sociais do que em outros estados do país. Ela foi apresentar o Movimento em outros Estados e conheceu experiências no Rio de Janeiro, quando participou do Rio+20 e em Belo Horizonte quando representou o Movimento no 1º Encontro de Atingidos por Megaeventos.

ANEXO J - Entidades apoiadores do Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa¹⁶

Entidades

SENGE - Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul

IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil

AJURIS – Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul

ACESSO - Cidadania e Direitos Humanos

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CPERS - Sindicato

Comissão Especial de Direito Urbanístico e Planejamento Urbano da OAB/RS.

FETRAFI/RS - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Instituições Financeiras do RS

SINDBANCÁRIOS - Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região

SINDSEPE/RS - Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do RS

SINDIÁGUA/RS - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado do RS

SINPRO-RS - Sindicato dos Professores do Ensino Privado do RS

UGEIRM – Sindicato de Escrivães, Inspetores e Investigadores de Polícia do RS

SEMAPI - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS

ASAE - Associação dos Servidores da Ascar/Emater-RS

AFUFE - Associação dos Funcionários da FPE e FASE

AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

InGá - Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais

Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente - MOGDEMA

ASTEC - Associação dos Técnicos Industriais da Corsan

AECO - Associação dos Engenheiros da Companhia Riograndense de Saneamento

CMP - Central dos Movimentos Populares do RS

MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados

Grande Oriente do Rio Grande do Sul

Associação de Moradores da Vila Gaúcha – ASMOVIG

Associação de Moradores da Vila União Santa Teresa

Associação de Moradores da Vila Padre Cacique

Associação de Moradores da Vila Ecológica

¹⁶ Esta listagem foi retirada a partir de abaixo assinado realizado pelo Movimento. Disponível em: <http://www.omorroenosso.com.br/noticia51.html>. Acesso em: novembro de 2016.

Associação de Moradores da Vila Figueira
Associação de Moradores da Vila Santa Rita
Associação dos Moradores do Centro
Associação Comunitária do Morro da Cruz
Associação dos Moradores do Bairro de Ipanema
Amigos do Bairro Jardim Botânico
Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho
Movimento em Defesa da Orla do Guaíba
Movimento Abraça o Guaíba
ONG União pela Vida
ONG Solidariedade
Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC)
Defender - Defesa Civil do Patrimônio Histórico
Centro de Desenvolvimento dos Bairros Tristeza, Vila Assunção, Conceição e Pedra Redonda
Centro Comunitário Educacional
CIDADE - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos
Associação Ambiental Amigos da Paisagem Preservada de Quintão/PS/RS
Comunidade Autônoma Utopia e Luta (Coopsul)

Parlamentares

Airto Ferronato (vereador - PSB)
Bernardino Vendruscolo (vereador - PMDB)
Beto Moesch (vereador - PP)
Carlos Todeschini (vereador - PT)
Fernanda Melchiona (vereadora - PSOL)
Maria Celeste (vereadora - PT)
Mauro Pinheiro (vereador - PT)
Nelsinho Metalurgico (deputado estadual - PT)
Pedro Ruas (vereador - PSOL)
Raul Pont - (deputado estadual - PT)
Sofia Cavedon Nunes (vereadora - PT)
Tarciso Flecha Negra (vereador - PDT)
Toni Proença (vereador - PPS)

Apoios individuais

Adacir José Flores - ARCCOV (Associação Representativa e Cultural dos Comerciantes do Viaduto Otávio Rocha)
Adelia Menezes dos Santos - E.E.E.Médio Ernesta Nunes
Ademar de Bernal Baldi
Ademir Franceschini
Adilson Di Correia da Silva - Organização Social Conviver Transformando a Vida - Capela Dom Orione
Adriana Ferreira Hartmann
Adriana Fritz Ferraz
Adriana Klein
Adriana Marques Strohaecker – UFRGS
Adriane Bertoglio Rodrigues - Agapan, NEJ-RS e Defenda a Orla
Adriano Uber
Ainda Santoro

Alan Dorneles Nardon
Alessandra Vieira da Maia – FASE
Alessandro Rosa
Alessandro Silveira
Alex da Silva Vidal
Alex Sandro Souza da Silva - Associação dos Moradores da Vila União Santa Teresa
Alexander da Ré Poggetti – Morador do Morro Santa Teresa
Alexandra Müller Barbosa – CORSAN
Alexandra Regina Zanatta
Alexandre Castro de Souza
Alexandre Chow
Alexandre Pereira Santos – IAB
Alfano A. R. Moreira - Pedagogo - Especialista em Saúde Mental Coletiva
Alice Hertzog Resadori - Prefeitura Municipal de Canoas
Aline Beatriz Cervo
Aline Cezar Becker
Álvaro Roque Kern Junqueira
Amanda da Silveira
Amanda Motta Angelo Castro
Amarildo Bandeira da Silva
Ana Clarice Figueiredo de Andrade
Ana Lúcia Braga
Ana Lucia Xavier Frigerio – FGTAS
Ana Noro Grandó
Ana Paula Moreira da Silva – IPEA
Ana Paula Philipsen – Arquiteta
Anaídy Maria Covalesky Soares – Farmacêutica
Anderson Santos Klein
André F. Weiler - CORSAN
Andre Luis Correa Garcia – CORSAN
André Ruaro Teixeira – Arquiteto
Andréia Costa Kirsch da Silva
Andréia Maranhão Carneiro - Fundação Zoobotânica (FZB)
Angel Rojas Filho
Angela Maria Santos Tavares - Comitê Multidisciplinar de Planejamento Urbanístico da Orla do Guaíba
Antenor Pacheco Netto - Secretaria do Meio Ambiente da CUT/RS
Antonio Audmard de Queiroz Filho – Ascar-Emater/RS
Antonio Barbo - CRO
Antonio Carlos Leite de Borba – Emater
Antonio Carlos Rodrigues – CPERS
Antônio João Dias Prestes
Arlete Ieda Pasqualetto – FZB
Arlette Yolanda de Freitas Mabilde - Ars Educandi/Consultoria
Armando Luis Rezende Jr - Associação dos Engenheiros da CORSAN
Ary C. Camargo
Babette Gertrud Keller Kerpan de Gonzalez
Bárbara da Cunha Teixeira

Beatriz Barros Aydos – UFRGS
Beatriz Brod da Silva
Bernardo Mombelli Bicocchi – PMPA
Bethania Oliveira Azambuja - Ecologia UFRGS
Bibiana Volkmer Martins – UFRGS
Brasilmar Ribeiro – Empresário
Brízida Godoy Machado - Guia de turismo Regional e Nacional
Bruna Silveira Marques
Bruno Rodrigues da Fonseca Bon – CECLIMAR
Camila Backes dos Santos - UFRGS
Camila Leão da Silveira – InGá
Camila Santos da Silva Floriano
Candida Tremea
Carla Pereira Lampert
Carlaile Dall'Agnol – CORSAN
Carlos Alberto Alves Marques
Carlos Alberto Bordignon
Carlos Alberto Messa Hübner – CORSAN
Carlos Alberto Peres Moojen – Arquiteto
Carlos Alvin Heine
Carlos André da Rosa Bittencourt
Carlos André Souza da Silveira – AMVUST
Carlos Cini Marchionatti – Desembargador e ex-presidente da AJURIS
Carlos Farias Tiburski – IPA
Carlos Frederico Schmidt
Carlos Hübner
Carlos Humberto Oliveira Alves
Carlos José Bandeira Cardozo - Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Carlos Justo Paulo
Carlos Souza Coelho
Carlos Tarci Jacques Piegas - Associação Aposentados Fundação CORSAN
Carlos Vanderlei dos Santos
Carolina Hartmann Galeazzi
Carolina Saibro Girardi
Cecília Nin – SEMA
Cedile Maria Frare Greggianin
Celso Copstein Waldemar – AGAPAN
Celso Woyciechowski - CUT-RS
Ceres Ferreira Hartmann
Cesar Cardia - Movimento Defesa a Orla
Christine Rondon Teixeira – ACESSO e NAJUP
Cicero Alvarez - Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul
Clairton Felício
Clara Freund - CREA - RS
Clarete Teresinha Nesolo de David - Trabalhadora da Saúde do Estado
Clarisse Schramm Zeni
Claudia Damian Fernandes
Cláudia Lulkin – Ambientalista

Cláudia Parra Stein
Claudia Prates - Marcha Mundial das Mulheres
Cláudio Engelke - Conselho Municipal de Saúde do Rio Grande
Claudio Luciano Silva Martinez – TRF
Cláudio Soares de Souza
Claudio Wurlitzer - Jornalista - Associação de Preservação da Natureza Vale do Gravataí
Clea Marcia Motti - Jornalista e radialista
Cleide Beatriz da Silva Lima
Cleiton Costa Alves
Cleunice Burtet Silveira
Clovis Alberto Oliveira de Souza - Conselho Estadual da Umbanda e dos Cultos Afro-brasileiros do Rio Grande do Sul - CEUCAB/RS
Cris Ramires
Cristiane Gross
Cristina Pasqualetto Rodrigues - Blog Somos Andando
Cristina Pasqualetto Rodrigues - Blog Somos Andando
Cristóvão Feil - Blog Diário Gauche
Daiane da Rosa Borges – UFRGS
Dailor Sartori Junior – Advogado
Dalia Tavares Leindecker - Professora aposentada
Daltro do Valle Branco - CREA RS
Daniel dos Santos Hammes – ABRAÇO/RS
Daniela Oliveira Comim
Daniela Oliveira Tolfo - CIDADE - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos
Daniele Fraga Dalmaso - Movimento Abrece o Guaíba
Daniema D'Emilia
Danilo José Corrêa Amaral – CORSAN
Darly Salazar Pereira
Deisy Ventura – USP
Delvany Mascarenhas Azevedo - Associação dos Moradores e Empresários do Jardim Líbano
Denise dos Santos Simões - Ateliê Integral
Denise Terezinha Hartmann Galeazzi - Professora
Deoni Pellizzari - Secretaria da Fazenda
Dilena Cardoso
Dirceu F. Guimarães
Doris Saraiva de Oliveira
Edegar Abel
Edelurdes Brun dos Reis – Religiosa
Edgar Fogaça - CAED – Unisinos
Edi Xavier Fonseca – AGAPAN
Edilson Negreiros de Lemos
Edison Ricardo Kern
Edmundo Hoppe Oderich – FEAB
Ednando Bertoglio Rodrigues
Edson Cadore
Eduardo Augusto Simch da Silva
Eduardo Finardi Rodrigues – AGAPAN
Eduardo Luís Ruppenthal - Mogdema/Ingá/Garra

Eduardo Seidl - Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo
Eduino de Mattos - ONG Solidariedade
Egbert Scheid Mallmann - Prefeitura Municipal de Canoas
Eliane Schneider Medeiros
Eliane Simões da Silva
Elida Rossi
Eliete Rosa Toledo
Elisabete Ramos Glassmann - CRESS – GUAYI
Elisabeth Karam Guimarães - INGA
Elisabeth Karam Guimarães - União pela Vida
Elisiane de Fátima Jahn - Movimento de Mulheres Camponesas/Rede de Educação Cidadã
Emanuele Fontana Zanellato - Ceclimar/UFRGS
Emilia Galeazzi
Emiliano Maldonado
Enrique Sousa – Arquiteto
Eraldo Irace Silveira
Ercy Pereira Torma - Associação Riograndense de Imprensa – ARI
Erone Pedrinho Londero
Ester Hodara – InGá
Eugênio de Faria Neves
Evelise Lazzari
Evelyn Hunsche Ruhl
Fabio Bittencourt Meira - EA/UFRGS
Fábio Carvalho – Engenho Comunicação e Arte
Fábio Nunes Castro - Ugeirm/Sindicato
Fátima Carlos Saikoski
Fatima Schebela Mazzoleni
Felicio Almiro Lima Rodrigues
Felipe Kroll
Felipe Marques
Felipe Scheid - Movimento Roessler para defesa ambiental
Fernanda Monteiro Sarmento
Fernanda Saretta
Fernando Dias Lopes – UFRGS
Fernando Gazola Guerra – IAB
Fernando Haas
Flavio Gilberto Trescastro Uebel – CEF
Flávio Kiefer - Arquiteto e Professor
Flávio Renan Fialho Círio – Astec
Francisco Carlos Roza – AECO
Francisco Eduardo de Tolla Goulart – SENGE/RS
Gabriel Ludwig Katz – ASCAR/EMATER-RS
Gabriela Hartmann Ferreira
Gabriela Martins de Lima
Geisa Bugs
Gelso Juaris Batista Job - Técnico Agrícola
Gelson Adriano Machado Rodrigues
Gelson R. Klein

Gemma Alice Franzoi Andrighetti
Geraldo Muzykant – STIMMEC
Gervásio Paulus – ASAE
Gilberto da Silva
Gilda Goulart - APN-VG
Gilles Gomes
Gilnei Oliveira dos Santos
Giovane Sperb
Giovani Montanher Madruga
Giovani Subtil Palma
Giovanni dos Santos
Gislaine Vargas Saibro - AAI Brasil/RS
Gladis Ribeiro Marques
Gladis Teresinha de Oliveira - Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus
Glauber Righes
Glauco Ludwig Araújo
Gleci T. Schmuck - Pousada Neg. Imobiliários Ltda.
Gorete Losada
Guilherme Abrahão Matzenbacher
Guilherme Dornelas Camara - EA/UFRGS
Guilherme Dutra Gonzalez de Moraes
Guilherme Saideles Genro - Banco Central do Brasil
Guilherme Senna - Abrece o Guaíba
Guilherme Silveira Júnior - Movimento Popular
Guilherme Toledo Barbosa
Gustavo Cherubine - Sociedade do Sol – SP
Gustavo de Souza Ferreira – OAB/RS
Gustavo Jaquet - Arquiteto, IAB
Haidê Allegretti Venzon
Haroldo Pinto Hugo - Amigos da Gonçalo de Carvalho
Heitor Monteiro Lima
Helena Botelho Senna
Helena Dutra
Helena Souza Xavier
Hélio Alcântara Magalhães Alvarez - AECO/CORSAN
Henrique Cezar Paz Wittler - Engenheiro
Henrique Slomp Ramos
Hermes Vargas dos Santos - SENGE/RS
Herno Gonçalves de Campos – FASE
Heverton Lacerda - Instituto de Comunicação Social e Cidadania
Hileia Fernanda Ricarte Cabral – CORSAN
Honorio Antonio Omizzolo
Hugo Bruno Mombach - Professor aposentado
Iara Borges Aragonez - Cooperativa GiraSol
Iara Rosi Meirelles
Idair Anita Trapp
Ignez Maria Serpa Ramminger - Central dos Movimentos Populares – CMP
Igor des Essarts Manini - Manini Maffei Cia Ltda

Igor Rabuske Araújo - DCE UFCSPA
Ilva Ina Santos daCunha
Ingrid Portaluppi
Ingrid Schneider – AGAPAN
Ir.Beltriz Gema Zanotelli - Soc. Caritativa e Lit. São Francisco de Assis
Isabel Selbach
Isaura Regina Pacheco Rodrigues
Italo Galeazzi - Arquitetura Zanesco Galeazzi
Ivan Nicolau Horvath
Ivo Krauspenhar - Movimento Petrópolis Vive
Ivo Milanez Gloeden
Ivone Teixeira Galeazzi
Ivone Teresinha Jung
Jacob Italo Hartmann - Escritório de Contabilidade e Advocacia
Jacqueline Custodio
Jacques Távora Alfonsin - ACESSO - Cidadania e Direitos Humanos
Jairo Rogério Rodrigues
Jana Alexandra Oliveira da Silva
Janaina Bechler – PPG/PSI-UFRGS
Janaina Rodrigues Teixeira – UFRGS
Jane Kaczaniuk Pinhatti
Janete Viccari Barbosa - Associação Amigos da Caixa d'Água de Petrópolis
Janice Antonia Fortes - Movimento de Conscientização Sindical
Jaquelina Packs
Jefferson Silva Argout de Azevedo
JL Assessoria Previdenciária
Joana Olivia Fernandes
João A.F. Appratto
João Andrighetti
João Carlos Klein - Arquiteto e Urbanista
João Farias Rovati - Professor UFRGS
João Luiz Nicolodi – FURG
Jocenara Trindade
Jones Oliveira de Moraes
Jorge Amaro de Souza Borges - Grupo Marica/Viamão
Jorge Conceição O. de Oliveira - Conpat Gestão Empresarial Ltda
Jorge Luís Stocker Junior - Defender
Jorge Luiz Gavillon
Jorge Luiz Lara Viana – CORSAN
Jorge Pradella Zancan
José Augusto Evangelho Hernandez - Caixa Econômica Federal
José Carlos Tonolli
Jose Cláudio Freitas do Calmo - Jornal do Centro de Porto Alegre
José de Oliveira Luiz
José Édil de Lima Alves
José Luiz Bortoli de Azambuja - SENGE-RS
José Marcos Mantese - Engenheiro civil
José Raymundo Marques Filho

José Romari Dutra da Fonseca
José Romeu Hartmann
Josué Cilmar Lopes da Silva - Central dos Movimentos Populares RS (CMP)
Josué Krug – ASSIBGE
Juliana Brod da Silva
Juliana Kreling – UFRGS
Juliana Ludwig Otto
Juliano Alexandre Motta
Julio Alt - ONG Acesso e Movimento Abrece o Guaíba
Julio Cesar Soares Vivian - Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região
Julio Cezar Vallandro - Arquiteto
Juramar Vargas - Associação dos Ilheus Ecológicos
Justina Inês Andrighetti
Karin P.S. Richter – Terapeuta
Karine de Abreu Scienza - Gráfica Montenegro
Karine Dias Sehn – Arquiteta
Karla Moroso - Arquiteta Urbanista
Katia Marko – Engenho Comunicação e Arte
Katia Régio Antonio
Katiane Gomes de Oliveira
Laci Carmem Martins de Medeiros
Lairton Rezende
Lais Fernandes de Moraes
Laline Bittencourt – AAI
Larissa Liss Cardoso de Andrade
Laura Cristine Dellamora Garcia
Laureano Galeazzi - Auster Nutrição Animal
Lea Bonesso
Leandro Damaceno
Leandro Lobato – Publicitário
Leila Aparecida Cunha Thomassim
Leo Spiller - LeMa Arquitetos Associados
Leonardo Gunther - ACESSO - Cidadania e Direitos Humanos
Leonardo Raphael Thomaz - Semapi
Lia Scholze - Sinpro/RS
Liajara Fernandes - IAB-RS
Liana Guterres Galant
Liane Maria Hart
Lígia Maria de Mattos Paim – Veterinária
Lilian de Avila Zaupa
Lilian Dreyer
Lilian Uber
Liliane Rocha Varinot
Lirene Finkler
Liv Ludwig Gonçalves
Loivo da Silva Gonçalves – CORSAN
Lucas Henrique da Luz - Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Lucas Laitano Valente - ACESSO - Cidadania e Direitos Humanos

Lucas Silva França Aprato - Poder do povo
Lucia Ketterl
Lúcia Rosane Eltz Silva
Luciane Bracher Rocha
Luciane Garcia de Garcia - Associação de Moradores da Padre Cacique (AMPC)
Luciano Antonio Rigon - CORSAN
Luciano Fetzner Barcellos - Banrisul/Sindbancários
Luciano Guimarães Mendonça
Lucimar Fatima Siqueira - Cidade - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos
Lucio Erig Salimen
Ludmila Losada da Fonseca
Luis Eduardo Farias
Luís Fernando Pruciano
Luis Henrique Vieira Silveira – Engenho Comunicação e Arte
Luísa Helena Bernd Faria
Luiz Afonso de Melo Peres – Advogado
Luiz Alberto da Silva – UFRGS
Luiz Alfredo Escobar Fialho – Física
Luiz Antônio Picada Felin – Engenheiro
Luiz Augusto Estrella Faria - UFRGS
Luiz Carlos Domingues Soares - Associação de Moradores da Padre Cacique (AMPC)
Luiz Carlos Einloft - Associado ao CREA/RS
Luiz Felipe de Oliveira Teixeira - Recid - Rede de Educação Cidadã - Ugeirm Sindicato
Luiz Fernando Smidt - LA Empreendimentos Imobiliários Ltda
Luna Camargo Pesce – UFRGS
Magda Ávila
ManoOxi - Nação Hip Hop Brasil
Mara Brum
Marcelo Cafrune - ONG Cidade
Marcelo do Amaral Saraiva
Marcelo Eduardo de Souza – Engenho Comunicação e Arte
Marcelo Figueiredo Duarte
Marcelo Granatto - Tec.Seg. do Trabalho e Meio Ambiente
Marcelo Gotuzzo - Arquitetura UFRGS / Escola Técnica Parobé curso Edificações
Marcelo Maria Gonçalves
Marcelo Pereira de Mello
Marcelo Ruschel Träsel - Jornalista e professor universitário (PUCRS)
Marcelo Sperling - TU-Darmstadt
Marcelo Vellinho D'Angelo – Arquiteto
Marcely Malta - Igualdade RS
Márcia Beatriz Krüger
Marcia Cristina Alves – UFRGS
Márcia Luciane Ramos - Assistente Social
Márcia Mariano Naimayer
Marcio André Klein – CORSAN
Márcio Bueno Dias - Cia da Revista
Marcio Fernando Machado
Marco Alexandre Sangineto

Marco Antonio Duarte Ferreira - Associação de Moradores da Vila União Santa Teresa
Marco Aurelio Velleda
Marco Aurélio Weissheimer - RS Urgente
Marco Miceli
Marcos Antonio Casagrande – Empresário
Marcos Vinícios Luft
Margarete M C Noro
Maria Alice Gravina - Professora UFRGS
Maria Amázilia
Maria Beatriz Brasil Peixoto – Advogada
Maria Bernardete Sulzbach da Silva - EMATER/RS
Maria Cristina Cezimbra Ortiz - Terapeuta Floral
Maria da Graça Falkembach
Maria da Graça Valle Silveira
Maria de Fátima Neves Warth – CORSAN
Maria de Fátima Saber
Maria de Lourdes Gomes Calixto
Maria Elisa Silva - União pela Vida
Maria Eloá Gehlen
Maria Helena Carneiro Tôrres
Maria Helena Portal de Almeida
Maria Helena Z. Frantz
Maria Ivony Rodrigues
Maria Juliana Meneghetti Peres – PMPA/SMF
Maria Lina Jardim Volkmer
Maria Lovat Sieburger – Professora
Maria Lucia Pereira de Sampaio
Maria Lúcia Ramos – Enfermeira
Maria Luiza Benitez - Programa nos Quadrantes do Sul - Rádio Guaíba
Maria Luiza Vigiano
Maria Rosa Fontebasso
Maria W Zozula
Mariana Marasco – Arquiteta
Mariana Sant'Anna de Oliveira – Jornalista
Mariene Jaeger Riffel
Marilea Pinheiro Fabião
Marília Müller
Marina Jerusalinsky
Marina Ramos Dermmam - ACESSO Cidadania e Direitos Humanos
Mário Fernandes de Souza - APN-VG
Mario Luiz Baldasso
Marion Krause Hemb – IPERGS
Maristoni Lima de Moura - Ksa Rosa Novos Horizontes-EPS
Marli Bonini - Instituto Federal
Marlise Pereira de Oliveira - FASE
Marly Freitas Cambraia
Marta Biavaschi Felizardo - Arquiteta e Lighting Designer
Martina Compani - CAIXA

Mateus Henrique Weber
Maureen Rose Martini Braz
Mauri José Vieira Cruz - Instituto de Estudos Jurídicos em Direitos Humanos – IDHES
Mauro José Hidalgo Garcia - Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Mauro Luiz Lunardi – PMPA/SMF
Mauro Marques
Máximo Foschiera
Melina Macedo
Melina Viero de Moraes – Ceramista
Meris Maria Slomp
Miguel Angelo Matiello
Miguel Jorge Palaoro - SENGE-RS
Milena Moura de Ornelas
Millos A. Stringuini – Biólogo
Miraci Machado
Mirella da Fontoura Bedin
Miriam Magadan
Nádia Franco Pisetta – UFRGS
Nair Casagrande – Professora
Nair Maria Heineck - Professora Colégio Conhecer
Najara Goulart de Oliveira - Associação de Moradores da Vila União Santa Teresa
Nara Lima Branco
Natalia de S. Andrade – Permacultura
Néia Corrêa Uzon - PMPA/SMF e CIDADE
Neiva Maria Heck – Professora
Nelcinda Aguirre da Silva - Topo Gigio
Neusa Ildenara de Souza Duarte
Nina Camarano
Noraí Elizabeth Mariano Naimayer
Norizete de Fatima Rodrigues – CORSAN
Nory Celeste Sais de Ferreira - Servidora pública federal
Nurimar Dal Bó
Odila Zanella - Associação Oki do Yoga
Olair Severo de Oliveira
Oliviero Erwan - CNRS Paris
Oneide Castro – CORSAN
Paráclito Brazeiro de Deus – SINDISERF
Patrícia Benvenuti – Jornalista
Patrícia da Cunha Langlois
Patricia Soares da Silva - CPERS
Patrick Walesko Fontes – UFRGS
Paula Cassandra Alves – InGá
Paula de Moraes Lopes – IAB
Paulo Afonso Volpe Weyne
Paulo Antônio da Rocha Vencato - Moinhos VIVE - Associação dos Moradores do Bairro Moinhos de Vento
Paulo Brack – InGá
Paulo de Tarso Carneiro

Paulo Fernando Alves de Farias - Central Única dos Trabalhadores RS
Paulo Gilberto de Moraes Guarnieri - Associação de Moradores do Centro de Porto Alegre
Paulo Renato Menezes – InGá
Paulo Roberto Nunes da Silva
Paulo Schommer – AECO
Paulo Sergio Mendes Filho - Secretaria do Meio Ambiente da CUT-RS
Paulo Sergio Saldanha Dolacio
Paulo Ziglioli Barcellos
Pedro Henrique Salomão
Rafael Flores – UFRGS
Rafael Gonçalves Rolim
Rafael Zancan Frantz
Raquel Aguiar
Raquel Dias da Fontoura
Raquel Heck – Publicitária
Raquel Novo de Azevedo – UFRGS
Raul Osório de Andrade Neves Pinto
Rejane Dreher – Arquiteta
Renato Mendes da Costa
Renato Sergio Klein
Renê Dias Muller
Ricardo Maestri - SENGE RS
Risomá Cordeiro Lopes Filho - A Corda Criança Orquestra de Inclusão Social
Rita de Cássia Portella – Estudante da UFRGS
Roberta Silva França Aprato - Poder do Povo
Roberto Cataldo Costa
Roberto Fichtner Schmitz
Roberto Machado Gomes - APN-VG
Roberto Voltz Thomaz - Blog Questão de Consciência
Rodrigo Abrahão Machado Gomes - CEL (Centro de Estudantes de Letras - UFRGS)
Rogério B Silvano - Circulo Operário Ferroviário do RS
Rogério Oliveira Bohns – SME
Rogério Rodrigues Antonio
Rogério Schwarzbach – CORSAN
Rosa Groisman - Atelier Arte em Vidro - Glass Art
Rosa Maria Cavalheiro Gusmão - Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Rosa Maria Fristsch Feijó
Rosa Maria Mendes Baldini
Rosane Baldissera
Rosângela R. Coletto
Rosângela Zimmermann Simões
Rosângella Coelho Nunes
Rose de Porto Alegre – Escritora
Roseli Jahn
Rosemari Dias Ribeiro
Rualdo Menegat - Curso de Geologia da UFRGS
Rudáia Guimarães Correia - Garimpo Brasil - Agência de Desenvolvimento em Comunicação, Eventos e Responsabilidade Social

Rui Porto – Sindiágua/RS
Salma Cafruni
Samuel Andrighetti de Campos
Samuel Martins - Amigos da Terra Brasil
Sandra J.M. Ribeiro – AGAPAN
Sandra Maria Costa
Sandra Regina Borges Porto - Arquiteta e urbanista
Sandra Vargas Freitas – FASE
Sandro Eduardo Marques - Cambada de Teatro em Ação Direta Levanta Favela
Sandro Luis Romeiro Alves – Associação dos Moradores da Vila Ecológica
Sandro Reolon Zanella – CORSAN
Sara Patrícia Kirchhof
Sara Stumpf Mitchell
Sebastian Tedeschi
Sérgio Antônio Volkmer - Sérgio Volkmer Arq. Ltda.
Sérgio Gregório Baierle - Cidade - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos
Sergio Luiz Bassanesi - Departamento de Medicina Social - UFRGS
Sérgio Luiz Mallmann – CORSAN
Sheron de Moura Minor
Sidnei Geisler Bueno - AGAPAN Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
Silvana Beatriz Klein - Sintrajufe/RS
Sílvia Beatriz Saint Martin Ribeiro
Stefan da Silveira Bender – UFRGS
Suzete Cerutti Kummer
Sylvio Nogueira Pinto Junior - Movimento Gaucho em Defesa do Meio Ambiente
Taís da Rosa Dellamora Garcia
Taís Fonseca - Instituto Caminho do Meio
Tania Jamardo Faillace - Jornalista
Tânia Margarida Mayer - Ascar/Emater-RS
Tânia Maria Dias Peixoto – Associação de Preservação da Natureza Vale do Gravataí
Tânia Marques Strohaecker – UFRGS
Tatiana Heidrich Mendes
Tatiana Maria Vaz dos Santos
Teresinha Guerra – UFRGS
Terezinha Albina Bordin
Thais Teixeira Barros
Theresinha Cunha Bastos – MDCA
Udo Silvio Mohr - AGAPAN e Movimento em Defesa da Orla
Vanderlei Sant'Ana Prochnow
Vanessa de Faria Santos Kussler
Vania Cecilia Izolan Kortosev - Movimento Pelos Direitos da Criança e do Adolescente
Vânia da Rosa
Vania Elisabeti Duarte
Vania Sotilli Azevedo – MST
Vanir Silveira Galho
Vaniz de Oliveira
Vera Elisabethe Hartmann
Vera Lúcia De Có – CORSAN

Vera Lucia Rocha de Souza
Vera Lucia Tomatis
Vera Maria da Costa Dias - Fundação de Ciência e Tecnologia – Cientec
Vera Maria Uber
Vera Regina de Fraga Cardoso
Vicente Campozani
Vicente Zancan Frantz
Wilson Schmidt da Silva - Terapeuta holístico
Vinícius Fleck de Almeida - UFRGS
Vinicius Galeazzi – Engenheiro
Vinícius Kercher
Vitor Azubel
Vitor Luis Brinkhus
Vivian Ceris Agnoletto
Viviane Maria Foresti
Wagner Munhoz de Azevedo
Waldomiro Eduardo de Lima Alves
Walter Frantz - Professor (UNIJUI)
Williams Wentz Halles
Zoravia Bettiol - Movimento em Defesa da Orla